



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MAÍRA FERNANDES ALENCAR

**ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO  
NA ARQUIVÍSTICA:  
ABORDAGENS PARA CONSTRUÇÃO DE TESAUROS  
FUNCIONAIS**

---

Londrina  
2017

MAÍRA FERNANDES ALENCAR

**ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO  
NA ARQUIVÍSTICA:  
ABORDAGENS PARA CONSTRUÇÃO DE TESAUROS  
FUNCIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Brígida Maria  
Nogueira Cervantes

Londrina  
2017

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

A368o Alencar, Maíra Fernandes.

Organização e Representação do Conhecimento na Arquivística: abordagens para construção de tesouros funcionais / Maíra Fernandes Alencar. – Londrina, 2017.  
106 f. : il.

Orientador: Brígida Maria Nogueira Cervantes.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2017.

1. Tesouro funcional. 2. Vocabulário controlado. 3. Arquivística Pós-custodial. I. Cervantes, Brígida Maria Nogueira. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU: 025.43

MAÍRA FERNANDES ALENCAR

**ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NA  
ARQUIVÍSTICA: ABORDAGENS PARA CONSTRUÇÃO DE  
TESAUROS FUNCIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Ciência da Informação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Brígida Maria Nogueira  
Cervantes  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Ana Cristina de Albuquerque  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Natália Bolfarini Tognoli  
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Londrina, 28 de agosto de 2017.

A todas e todos que encontrei na vida durante essa fase e cooperaram com aprendizados significativos (dessa condição humana de passageiros) ao permitirem que a expressão diária fosse de amor (em sua essência, além do conceito, além da palavra, mas naquilo que residiu do sentir) oriundo de um estado contemplativo do momento presente.

## AGRADECIMENTOS

Aquilo que mora na gente  
faz da gente  
moradia de seu SER,  
assim,  
mora em mim a gratidão  
e nesse espaço que dou a ela,  
ela constrói em mim  
um novo espaço  
que faz caber  
amor, fé, paz  
e **coragem**  
para seguir,  
para remar,  
para caminhar  
neste mundão  
de contínuos aprendizados!  
gratidão  
ela me alimenta,  
e num sentido mútuo – a alimento.

Gratidão: a todo poder divino de Deus que habita em mim e em todos que encontrei nessa fase, ao compartilharem comigo nessa espiral de aprendizado as melhores cores para um quadro de um mundo vivo de experiências valiosas!

Mãe - artesã da vida, me ensina a costurar as alegrias e transmutar as tristezas com tecidos coloridos para sempre compartilhar amor. Pai - contador de história e protagonista da vida do fazer acontecer, me ensina a ir à luta diária e não ceder à desistência de nossos sonhos. Ca - guerreira e provedora de um novo ser de luz, ensina a realizar as mudanças na vida para nossa luz brilhar sempre. Dan - sonhadora e realizadora, ensina sobre o poder de nossas escolhas na vida e o quanto devemos agir com força e coragem. Kel - que nos levanta com suas atitudes de quem faz com amor ao ter em si arte de nos fazer sorrir e acreditar na vida. Ta - a pequena aprendiz, que ensina a estarmos no tempo presente e imaginarmos o mundo que almejamos, com a realização do que sentimos, a minha ancestralidade de muita luta e muito amor que com esforços diários são minhas raízes de força de vontade, luz e coragem: avós e avôs.

Canela - amiga ser de luz, poeta que brilha o caminho por onde anda, de forma simples vibra amor em palavras e ações. Adi - aventureira que ensina sobre a dança enquanto arte que nos anima. Cáh - menina que desperta a tranquilidade em mim ao ser leve na vida. Rafita - que me acompanha nos conhecimentos científicos, espirituais e criativos da vida ao cozinhar com todo amor. BilBirson - conselheiro e amigo que o cosmo presenteou.

Aos moradores da casa do gambá, pelas aventuras naquela casinha. Juh - menina da alegria e da inspiração solta e cativante. Bia - menina de atitude e das comidinhas gostosas. Maiconzito - grande mestre dos ensinamentos da vida em cada aprendizado transmitido de coração a coração. Ao seu primo Jefferson, que mostrou um caminho de ricas experiências ao falar desse curso num dia qualquer! Natii - pedagoga do amor que reencontrei, você transmite fé e coragem por onde anda. Jack pelo recebimento de muito amor. Di, Gb e Paja pelos jogos de xadrez e treinos de capoeira! Aos felinos gatos pela serenidade: Negão e Lili.

A uma mulher de muita sabedoria e amor pelo que faz! Professora Brígida, que soube como uma artesã ter paciência comigo e incentivar o melhor de mim! Obrigada por todo apoio e dedicação nessa fase!

As professoras da Banca: Ana Cristina, exemplo de mulher guerreira, sempre com temas em prol das questões sociais e questionamentos para mudanças positivas, gratidão Professora pelo despertar constante dessas mudanças! E a Professora Natália, protagonista de uma história linda na Arquivologia e na vida, que traz consigo o poder da didática para uma compreensão que permite o mundo do conhecimento arquivístico se ampliar! Sou grata ao Professor José Augusto que permitiu esse encontro! Você sempre é uma inspiração Professora!

A todos os professores do PPGCI-UEL pelas aulas com muitos aprendizados! A todos funcionários da UEL, sem vocês nada seria possível! Obrigada por tudo! A todos os colegas de sala com quem pude aprender junto e crescer junto também!

A toda equipe do Gotas de Luz: vocês contribuíram para essa jornada ser de luz. A Margha - mestre de Reiki, que tive o prazer de reencontrar nessa fase para aprender sobre o quanto devemos lembrar de nossa luz interna para iluminar nossos caminhos com os ensinamentos de Mikao Usui em só por hoje:

- não nos preocuparmos e confiarmos no poder divino,
- não nos zangarmos e focalizar nossa energia no que faz bem,
- a sermos gratos por tudo e a tudo, pois toda situação é para nosso crescimento,
- a realizarmos nosso trabalho com amor e honestidade e
- respeitar todos os seres desse planeta, pois somos todos um, de uma só criação divina!



É gratificante poder olhar para trás e ver que caminhamos acompanhados de seres que revelaram na gente sentimentos que vibraram construções para as realizações de harmonia de nosso ser humano com o espiritual.



Sou grata a tudo e a todos que permitiram por meio de muita compaixão eu estar viva para caminhar e aprender com muito esforço e novas construções que essa fase permitiu transmitir.

Como diz um grande amigo: m o v i m e n t o s geram m o v i m e n t o s.



*Aceptación es dejar que todo venga.  
Perdón es dejar que todo se vaya.  
Amor es dejar que todo sea.  
Sabiduría es dejar que todas las cosas surjan,  
florezcan y se realicen naturalmente.  
Consciencia es una atención relajada, dejando que todo suceda.  
Eso es todo.*

**Sri Bhagavan**

“Eu classifico novos *links* constantemente em minha mente, e reduzo tudo a um conceito cíclico. Acho que em termos do universal e o cosmos, destila-se tudo até um pequeno número de ideias essenciais”. **Paul Otlet**

ALENCAR, Maíra Fernandes. **Organização e Representação do Conhecimento na Arquivística**: abordagens para construção de tesouros funcionais. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

## RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é desenvolver um estudo teórico-metodológico para a construção de tesouros funcionais com fundamentos da Arquivística Pós-Custodial, visto que nesse paradigma reside a perspectiva de acesso, aspecto esse inerente aos vocabulários controlados. Quanto aos procedimentos metodológicos, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e exploratória com abordagem qualitativa. O universo de pesquisa é constituído pela literatura científica no período de 2000-2016, pela temática da arquivística pós-custodial nos idiomas português, espanhol e inglês, e pela literatura técnico-científica por meio da temática tesouro funcional. Para a análise dos dados utiliza-se o método de análise de conteúdo de Bardin, agrupando nas categorias PMEST de Ranganathan para a arquivística pós-custodial, e nas categorias de natureza pragmática conceitual, aspectos preliminares necessários, funções que o tesouro desempenha, aspecto teórico evidenciado e etapas de passos e ações necessárias para a construção do tesouro funcional. Verificou-se que, no que tange a sistematização teórica, a Arquivística possui enquanto energia que a move os instrumentos terminológicos no prisma do acesso, e no que tange a construção dos tesouros funcionais, o manual do Arquivo Nacional da Austrália descreve passos e ações necessárias para sua construção, mas que podem ser aprimoradas. Conclui-se que a perspectiva de acesso tem tomado direções norteadoras no que concerne a informações arquivísticas e nesse sentido o tesouro funcional atua como uma contribuição nesse aspecto.

**Palavras-chave:** Tesouro funcional. Vocabulário controlado. Arquivística pós-custodial.

ALENCAR, Máira Fernandes. **Knowledge Organization and Representation in Archiving: approaches to the construction of functional thesauri**. 2017. 106 p. Dissertation (Master's Degree in Information Science) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

#### **ABSTRACT**

The general objective of this research is to develop a theoretical-methodological study for the construction of functional thesaurus with fundamentals of Post-Custodial Archives Science in this paradigm lies the access perspective, an aspect inherent in controlled vocabularies. As for the methodological procedures, it is characterized as a bibliographic and exploratory research with a qualitative approach. The research universe is constituted by the scientific literature in the period of 2000-2016, by post-custodial archives in the Portuguese, Spanish and English languages. And by the technical-scientific literature through the thematic functional thesaurus. For the analysis of the data, the Bardin content analysis method is used, grouping in the categories PMEST of Ranganathan for post-custodial archival, and the categories of conceptual pragmatic nature, preliminary aspects necessary, functions that it performs, theoretical aspect evidenced And steps steps and actions required for its construction for functional thesaurus. It was verified that in what concerns to the theoretical systematization the archival science possesses as energy that moves the terminological instruments in the prism of the access, and as far as the construction of functional thesauri the manuals of the National Archive of Australia describes steps and actions necessary for their construction. But can be improved. It is concluded that the access perspective has taken guiding directions in what conserves the archival information and in this sense the functional thesaurus acts like a contribution in this aspect.

**Keywords:** Functional thesaurus. Controlled vocabulary. Post-custodial Archives Science.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 -</b>	Ilustração da espiral dos conceitos em Arquivística .....	22
<b>Figura 2 -</b>	Processos Nucleares da OCA.....	49
<b>Figura 3 -</b>	Sentido amplo e específico da OC: Da linguística às atividades da OCA para o acesso à informação .....	51
<b>Figura 4 -</b>	Mandala Arquivística: do plano da ação ao plano de acesso complementar .....	68
<b>Figura 5 -</b>	Etapas da metodologia por meio do mapa conceitual.....	73

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 -</b>	Metodologia para sistematização teórica para compor o corpus da pesquisa - Literatura Científica.....	75
<b>Tabela 2 -</b>	Metodologia para sistematização teórica para compor o corpus da pesquisa - Literatura Técnico-Científica .....	76
<b>Tabela 3 -</b>	Mapeamento geral Arquivística Pós-Custodial da literatura científica .....	79
<b>Tabela 4-</b>	Resultados da Sistematização Teórica- Arquivística Pós-Custodial .....	85
<b>Tabela 5 -</b>	Resultados da Sistematização Metodológica - Como construir tesouro funcional .....	86

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Sistematização metodológica da pesquisa .....	17
<b>Quadro 2</b> - Princípio da Proveniência e demais princípios arquivísticos: natureza, aplicação e importância.....	23
<b>Quadro 3</b> - Abordagens Teóricas Arquivologia Clássica, Moderna e Contemporânea (Geral) .....	33
<b>Quadro 4</b> - Abordagens teóricas da Arquivologia Clássica, Moderna e Contemporânea (Características) .....	35
<b>Quadro 5</b> - Tipos de instrumentos de pesquisa.....	59
<b>Quadro 6</b> - Relação dos tesouros funcionais com os instrumentos da organização e representação do conhecimento arquivístico.....	64
<b>Quadro 7</b> - Comparação entre as classificações bibliográficas e arquivísticas .....	66
<b>Quadro 8</b> - Processo passo-a-passo para a construção de um tesouro de funções principais .....	87

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>O CAMPO CIENTÍFICO DA ARQUIVISTICA: ELEMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS</b> .....	<b>18</b>
2.1	PANORAMA HISTÓRICO ARQUIVISTICO: UM OLHAR DOS SEUS CONCEITOS, PRINCÍPIOS E MÉTODOS .....	18
2.2	O PAPEL DAS TIC NO CAMPO ARQUIVÍSTICO: TRAJETÓRIA DE RUPTURAS PARADIGMÁTICAS .....	26
2.3	SISTEMATIZAÇÃO DOS PARADIGMAS NA ARQUIVÍSTICA: UMA ANÁLISE DOS PERÍODOS CLÁSSICOS, MODERNO E CONTEMPORÂNEOS DA ÁREA. ....	30
<b>3</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: VERTENTES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA</b> .....	<b>38</b>
3.1	DO REGISTRO DOCUMENTAL ÀS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS: PERCURSO DAS AÇÕES HUMANAS PARA POSSIBILITAR O ACESSO AO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO .....	38
3.2	OS TESAUROS FUNCIONAIS ENQUANTO UM INSTRUMENTO DE PADRONIZAÇÃO TERMINOLÓGICA PARA O ACESSO AO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO.....	54
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>71</b>
4.1.	ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL DA ANÁLISE DE CONTEÚDO (AC) .....	71
4.2	ÉTAPAS DA AC PARA COMPOR E ANALISAR O <i>CORPUS</i> .....	72
4.2.1	PRÉ-ANÁLISE: COMPOSIÇÃO DO <i>CORPUS</i> - LITERATURA CIENTÍFICA .....	74
4.2.2	COMPOSIÇÃO DO <i>CORPUS</i> - LITERATURA TÉCNICO-CIENTÍFICO .....	75
<b>5</b>	<b>RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÕES</b> .....	<b>77</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>92</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>95</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>99</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no mundo depois do advento da escrita e, posteriormente, dos meios de comunicação ampliaram as possibilidades do conhecimento ser registrado, isso originou também a preocupação com atividades de organizar, representar e disseminar essas ações comunicadas por meio dos registros documentais.

A área da Ciência da Informação (CI) com seu objeto: a informação registrada num contexto específico, por meio de seus desdobramentos disciplinares da Biblioteconomia, da Museologia e da Arquivologia, torna-se solo fértil dessas atividades. Portanto uma área cujo viés se sobressai em atender especificamente essas atividades produzidas pela materialização da comunicação e ação humana.

No que tange a área da Arquivística, cujo objeto de estudo são as informações orgânicas registradas, nota-se que essa materialização das comunicações humanas por meio de documentos irá produzir uma linguagem específica, pois tais registros resultam de atividades de um determinado órgão, com uma função específica, formando linguagens orgânicos-funcionais que possuem relações entre si.

Nesse sentido, pode-se inferir que a linguagem representa a ponte entre o pensamento e a ação, é por meio dela que ocorre a codificação de um signo para efetivar a comunicação e possibilitar a dinamicidade e realização das atividades humanas. Assim, na Arquivística, a linguagem é também ponte entre o usuário e a informação, e quando criada documentalmente se torna um vocabulário controlado para esse fim, resulta nesse processo atender a uma demanda informacional por meio de termos ali representados, pois assim torna-se possível ocorrer **o acesso informacional**.

Dessa forma, Smit e Kobashi (2003, p. 21) evidenciam que “o ideal é que o vocabulário controlado reflita a linguagem da instituição, aproximando-se o máximo possível da linguagem do usuário”. Essa característica se aproxima do paradigma social ao focar o usuário em relação ao contexto de recuperação.

Porém, no campo Arquivístico, esse olhar tem sido pouco trabalhado teoricamente e é de suma importância, já que as linguagens específicas que as instituições arquivísticas produzem precisam estar compatibilizadas com a linguagem dos seus usuários (em primeiro caso o produtor), caso contrário dificultará

a recuperação da informação.

A CI direciona um dos seus vieses de estudos para propor soluções para os problemas de comunicação do conhecimento e seus registros entre seres humanos, por meio da área de Organização do Conhecimento (OC).

O processo de organizar e representar a informação é, antes, um processo de busca do conhecimento. Dessa forma, considera-se que estudando meios da organização do conhecimento arquivístico (OCA) será possível propor formas de acesso à informação. Nesse sentido, compreende-se aqui OCA enquanto um processo da ação do contexto funcional, orgânico e intencional que resulta em informação, cujo aspecto simbólico se materializa em documentos dentro de um contexto específico de alguma atividade humana.

Para os autores Tognoli, Guimarães e Tennis (2013, p. 219, tradução nossa), “o conhecimento arquivístico [...] é todo o conhecimento produzido sobre uma pessoa ou entidade específica e agrupado em um fundo.” Os autores destacam ainda que o princípio da proveniência é um dos guias para a OCA, mas que “no entanto, não é suficiente para garantir a criação, o acesso e uso de documentos contemporâneos de acordo com os princípios arquivísticos.” (TOGNOLI, GUIMARÃES, TENNIS, 2013, p. 219, tradução nossa). Esse fator demonstra necessidade de estudos arquivísticos para se adequar aos documentos contemporâneos.

Considera-se aqui que um instrumento que poderá auxiliar tais etapas da criação, do acesso e de uso dos documentos será a padronização linguística, fruto das linguagens documentárias que estão dentro do campos da OC e atuam como “metacódigos ou metalinguagens, pois são construções artificiais ou convenções criadas para facilitar o conhecimento de um domínio” (DODEBEI, 2002, p. 49). Nesse sentido, a autora ainda salienta sobre o que compõe essa representação da informação, tendo assim dois elementos: “1) Objetos (coisas que queremos representar) 2) Propriedades (características de tais coisas).” (DODEBEI, 2002, p. 21).

Na área Arquivística, esses objetos são os conjuntos documentais e no âmbito das propriedades é o contexto funcional em que foi produzido, ou seja, a razão que deu origem ao documento. Entende-se, portanto, que o viés condutor no que tange a padronização da representação arquivística será uma sistematização terminológica das funções e das atividades que geraram o documento arquivístico.

Nesse sentido, indaga-se se para as tarefas representativas da OCA existem as funções de classificação e descrição (TOGNOLI; BARROS, 2015), qual será o instrumento que poderia complementar a sistematização terminológica nessa linguagem orgânico-funcional que é a essência do registro arquivístico? Por exemplo, como padronizar as linguagens ali representadas nos planos de classificação?

Para tal tarefa podem-se utilizar os tesouros funcionais, que são usados como pontes de acesso entre os usuários e a informação orgânica registrada, por eles serem estruturados na linguagem orgânica-funcional, compete-lhes representar a informação com termos de acordo com as razões que gerou o documento. Vogel (2007, p. 99) salienta que eles foram “desenvolvidos para dar conta da indexação de documentos de arquivos administrativos correntes”, sendo uma iniciativa do Arquivo Nacional da Austrália.

Dessa forma, sua importância para a área arquivística situa-se na vertente do acesso, visto que, ao ter a possibilidade de uma linguagem padronizada, o caminho do usuário até a informação torna-se flexível e amplo. Assinalando essas características no tempo atual das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), pode-se considerar essa ferramenta enquanto forma complementar de acesso à OCA.

A alteração e a dinamização da forma de produção, uso, organização e representação da informação pedem novos caminhos nesse novo cenário.

Nesse sentido, destaca-se uma corrente dos estudos arquivísticos que oferece subsídio a essa nova perspectiva, intitulada como Arquivística Pós-Custodial, pois sua principal característica concerne na “perspectiva de acesso e conservação da informação como factor de memória identitária do seu organismo produtor.” (RIBEIRO, 2005, p. 8)

Assim, já que os tesouros funcionais atuam enquanto ponto de acesso complementar que padroniza as linguagens orgânicas-funcionais dos conjuntos documentais, essa ferramenta pode ampliar a busca de soluções de problema de recuperação e acesso à informação registrada, dessa forma coloca-se enquanto questão de pesquisa: quais são as sistematizações arquivísticas teórico-metodológicas que subsidiam a construção de tesouro funcional?

Tem-se, portanto, como hipótese que a Arquivística Pós-Custodial oferece bases teóricas e metodológicas para a construção de tesouros funcionais, pois sua

concepção se centra no viés do acesso informacional que conflua na perspectiva de organizar e representar o conhecimento arquivístico para o acesso à informação.

Justifica-se este trabalho em três vertentes: a científica, a institucional e a social. A científica, uma vez que para a CI e para a Arquivística são necessários estudos dentro dessa temática que fomentem discussão, dado que há certa carência de sistematização da relação de vocabulários controlados no viés da linguagem orgânico-funcional embasado na corrente pós-custodial e nota-se que os elementos de representação desempenham papel vital para o acesso à informação.

Em relação à vertente institucional, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, situa-se a linha de pesquisa Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, linha em que esta dissertação se insere, assim, ampliar o escopo de atuação vai ao encontro de seu objetivo, qual seja, promover a estruturação da informação e do conhecimento, além de contribuir na reflexão de uma temática de que muito pouco se tem escrito.

E por fim a vertente social, uma vez que os Arquivos são frutos das relações humanas numa determinada época e contexto, os documentos ali produzidos são criações dos percursos históricos de fatos e atos. Dessa forma, ampliar o escopo de estudos dessa temática poderá contribuir para que tais órgãos possam ter um referencial complementar de representação arquivística posterior ao plano de classificação. Por conseguinte, os Arquivos interessam à sociedade, visto que as ações ali registradas dizem respeito aos seres humanos em diferentes atividades e propósitos. Nessa vertente, os tesouros funcionais atuam enquanto instrumento para auxiliar na representação da informação, para garantir organização e acesso a essas ações das comunicações humanas registradas.

Esta pesquisa tem como **objetivo geral**: desenvolver uma sistematização teórico-metodológica no âmbito de tesouros funcionais a partir da Arquivística como forma de padronização da linguagem orgânico-funcional. Tal objetivo realizar-se-á por meio dos **objetivos específicos**:

- a) Identificar os aspectos conceituais e históricos sobre as correntes Arquivísticas e estabelecer, dentre essas, uma que possa contribuir para a sistematização do tesouro funcional;
- b) Descrever os processos da organização e representação do conhecimento na Arquivística;
- c) Sistematizar aportes teóricos-metodológicos da Arquivística para orientar

etapas da construção de tesauro funcional.

A metodologia empregada para a dissertação é de caráter bibliográfico e documental no âmbito do tesauro funcional e Arquivística. Para tanto, recorre-se ao método da análise de conteúdo com as etapas de pré-análise, exploração do material e tabulação dos resultados. No passo da pré-análise, para compor o *corpus* da literatura científica, delimitou-se nos anos 2000-2016, nos idiomas português, inglês e espanhol, por meio dos termos: tesauro funcional, arquivística pós-custodial, linguagem orgânico funcional e vocabulário controlado arquivístico nos artigos científicos das bases de dados: Academic Search Premier - ASP (EBSCO), Library and Information Science Abstracts - LISA (ProQuest); Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP); Web of Science - Coleção Principal (Thomson Reuters Scientific); SCOPUS (Elsevier) e a BRAPCI. Para compor o *corpus* da literatura técnico-científica delimitou-se nos manuais de arquivo que abordam a temática de tesauro funcional.

A estruturação da dissertação está elencada da seguinte forma: na introdução apresenta-se o tema, o problema, a justificativa, bem como a hipótese, os objetivos gerais e os específicos. No segundo tópico aborda-se o campo científico da Arquivística pelo prisma dos elementos teóricos e conceituais que conduzem ao paradigma pós-custodial. Posteriormente apresenta seu diálogo com a Ciência da Informação, a fim de buscar formas de representar o conhecimento arquivístico nesse novo contexto, por meio do campo da Organização do Conhecimento (OC), destacando os tesouros funcionais.

Em seguida, discutem-se vertentes teóricas e metodológicas da Organização do Conhecimento para o acesso à informação arquivística, abordando desde o impacto de alteração das vivências humana por meio do registro até as formas de representar estes no contexto da Ciência da Informação a partir das linguagens documentárias, enquanto formas de promover o acesso ao conhecimento.

No quarto tópico tem-se os procedimentos metodológicos com início na composição do *corpus* até sua análise a partir da criação de categorias pela Análise de Conteúdo formuladas por Bardin.

No quinto tópico tem-se a análise e a discussão dos resultados com uma sistematização teórica da arquivística pós-custodial e uma sistematização metodológica do tesauro funcional com as etapas do processo de construção do

tesauro funcional para representar e dar acesso à informação arquivística. Por fim, no sexto tópico, nas considerações finais, discute-se a respeito das relações contributivas dos tesouros funcionais enquanto abordagem da representação arquivística pós-custodial.

Quadro 1. Sistematização metodológica da pesquisa.

<b>Problema</b>	Os tesouros funcionais atuam enquanto ponto de acesso complementar que padroniza as linguagens orgânicas-funcionais dos conjuntos documentais, essa ferramenta pode ampliar a busca de soluções de problema de recuperação e acesso à informação registrada, dessa forma coloca-se enquanto questão de pesquisa: quais são as sistematizações arquivísticas teórico-metodológicas que subsidiam a construção de tesauro funcional?
<b>Objetivo Geral</b>	Desenvolver uma sistematização teórico-metodológica no âmbito de tesouros funcionais a partir da Arquivística como forma de padronização da linguagem orgânico-funcional.
<b>Objetivo Específico 1</b>	<p>Tópico 2: O campo científico da Arquivística: elementos teóricos e conceituais da formação de seus paradigmas.</p> <p>2.1- Panorama histórico Arquivístico: um olhar dos seus conceitos, princípios e métodos.</p> <p>2.2- O papel das TIC no universo arquivístico: trajetória de rupturas paradigmáticas</p> <p>2.3- Sistematização dos paradigmas na Arquivística: uma análise dos períodos clássico, moderno e contemporâneo da Área.</p> <p><b>a) Identificar os aspectos conceituais e históricos sobre as correntes Arquivísticas e estabelecer, dentre essas, uma que possa contribuir para a sistematização do tesauro funcional.</b></p>
<b>Objetivo Específico 2</b>	<p>Tópico 3: Organização e Representação do Conhecimento: Vertentes teóricas e metodológicas para o acesso ao conhecimento arquivístico</p> <p>3.1 Do registro documental às Linguagens Documentárias: percurso das ações humanas para possibilitar o acesso ao conhecimento arquivístico</p> <p>3.2- Os tesouros funcionais enquanto um instrumento de padronização terminológica para o acesso ao conhecimento arquivístico</p> <p><b>b) Descrever os processos da organização e representação do conhecimento na Arquivística.</b></p>
<b>Metodologia</b>	<p>Tópico 4: Procedimentos Metodológicos</p> <p>4.1. Abordagem histórica e conceitual da Análise de Conteúdo (AC)</p> <p>4.2 Etapas da Análise de Conteúdo para compor e analisar o corpus.</p>
<b>Objetivo Específico 3</b>	<p>Tópico 5: Resultados: Análise e Discussão</p> <p><b>c) Sistematizar aportes teóricos e metodológicos da Arquivística para orientar etapas da construção de tesauro funcional.</b></p>

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

## **2 O CAMPO CIENTÍFICO DA ARQUIVÍSTICA: ELEMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS**

Neste tópico, apresenta-se o panorama histórico da Arquivística, abordando seus princípios, métodos e conceitos que a tornaram um campo mediador do conhecimento das ações humanas em suas atividades específicas. Posteriormente, contextualiza-se sua natureza dentro das Ciências Sociais, focalizando o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que culminou numa trajetória de rupturas paradigmáticas. Com isso, chega-se a uma sistematização dos paradigmas na Arquivística por meio de uma análise dos períodos clássico, moderno e contemporâneo.

### **2.1 Panorama histórico Arquivístico: um olhar para seus conceitos, princípios e métodos**

A origem da Arquivística acompanha a história das civilizações humanas, no advento da escrita, em que se fazia presente a preocupação de guarda dos registros documentais para usar como testemunho em caráter de prova ou preservação da memória.

Na ocorrência no período da Revolução Francesa esses registros ganham importância nas pesquisas históricas e nesse contexto instaurou-se a primeira instituição Arquivística: o Arquivo Nacional da França. Foi nesse cenário que se iniciou o pensar dessa instituição voltada para o âmbito público, em que o acesso aos documentos volta-se aos cidadãos em caráter de constituição da democracia.

Relativamente ao desenvolvimento científico enquanto disciplina, nota-se um panorama histórico que começa pela necessidade de tratamento e organização de acervos quando, em 1841, Natalis de Wally formula a noção de “Fundo de Arquivo” e posteriormente aparecem os princípios de “Respeito aos Fundos” ou “Princípio da Proveniência”, “Princípio da Ordem Original” e a “Teoria das Três Idades”, naquele momento prevalecia a Arquivística como área auxiliar da História.

Fonseca (2005) aborda que a maioria dos autores, entre eles Thomassen (1999); Schelemberg (1973); Heredia (1983); Lodolini (1988); Silva et al (1999), destacam o papel de grande importância do Manual dos Arquivistas Holandeses. Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin atribuem que a concepção da área

enquanto disciplina e campo autônomo de conhecimento ocorreu após a publicação deste manual em 1898.

Salienta a autora Ribeiro (2001, p. 5), em relação a essa publicação, que é uma “obra que marca a entrada da Arquivística numa nova era em que a vertente técnica da disciplina se afirma distanciando-se, por essa via, da subserviência em relação à História”. Esse novo tempo permitiu novos movimentos dentro dos escopos para organizar e representar a informação arquivística.

Esse sentido de disciplina para a área faz esse campo se ampliar até alcançar o *status* de ser um curso ensinado em uma Universidade, compreendendo a necessidade de um saber teórico e reflexivo para seu fazer prático. Essa análise pode ainda ser aprofundada quando se recupera a raiz epistemológica da palavra disciplina, que pode ter duas possibilidades de conceito, conforme ressalta Garcia (2006, p.70):

Uma delas reside na palavra latina *discipulus* – composta do prefixo *dis*, e do verbo *capere* -, que, num sentido literal, pode ser interpretada como *um indivíduo que se apropria de algo que lhe está sendo mostrado ou indicado* – daí o sentido de “discípulo” como aquele que aprende. Uma outra possibilidade deriva do verbo latino *disco*, comumente traduzido por *aprender ou tornar-se familiarizado*. Esse termo se origina na raiz grega, *da*, que compõem palavras tais como *didática*. Dessa raiz extraímos o sentido de *seguir ou acompanhar*. Nesse sentido, o termo disciplina pode se referir *a algo a ser seguido*. Ainda a partir dessa raiz etimológica, vemos que a palavra disciplina guarda relações com os termos *educar e docência*, com os quais compartilha um sentido de transformação.

Com esses aspectos, pode-se compreender que esse viés da Arquivística de *algo a ser seguido/ensinado* dentro do campo da ciência, portanto, uma disciplina científica, faz com que as sistematizações teóricas para esse campo começassem a ganhar espaços institucionais para serem pensadas e produzidas. Para efeitos conceituais, compreende-se aqui área enquanto uma palavra para designar o lugar de um conhecimento da ciência, por exemplo, área da arquivística. Por campo, compreende-se o espaço simbólico que tem disputas de espaços conforme teoria de Bordieu. A disciplina é situada enquanto um conteúdo teórico e prático que pode ser guiado para o ensino/compartilhamento do objeto de interesse do campo sobre a área.

Marques (2007, p.171), que em sua dissertação estudou “Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil”,

afirma que no Brasil essa formação revelou-se “pela necessidade de habilitação técnica de pessoal para o tratamento de acervos produzidos/acumulados, sobretudo pelas instituições públicas brasileiras”. Essas instituições a que se refere Marques (2007) têm maior incidência na região sudeste do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro.

O que contribuiu para outorgar condições teóricas, enquanto algo a ser ensinado, foi a construção de conceitos da Arquivística.

Essa característica de tecer conceitos, de acordo com Barros (2016), é vital ao ser humano, que ao longo da história nomeia coisas e fenômenos do cotidiano que o rodeia, enquanto uma forma de organização para compreendê-los e estudá-los:

[...] o Sol e a Lua, por exemplo, confirmavam seu ciclo diário, ditando um ritmo que se repetia sempre. A variedade de fenômenos era imensa. O céu para os primeiros homens que o observaram e particularmente para os que antes de todos tentaram examiná-lo de modo mais sistemático-, deve ter parecido um caos. Foi para organizar o céu- para torná-los mais familiar e compreensível, mais apreensível e assimilável, e, eventualmente mais previsível – que surgiram os primeiros conceitos da Astronomia. (BARROS, 2016, p. 14).

De modo similar podemos comparar com a Arquivística, pois o fenômeno da informação orgânica registrada de origem humana e social precisava de uma observação que florescesse conceitos para serem estudados/sistematizados.

Com isso, fundamenta-se a relevância que teve o Manual dos Arquivistas Holandeses em 1898, que trouxe uma possibilidade de ordenação de um caos, no objetivo de (BARROS, 2016 p. 14) “compreender com maior precisão as características” do fenômeno da informação humana que se materializavam nos Arquivos.

A busca de organizar o caos dos Arquivos por meio de conceitos resultou na Arquivística. Tal aspecto advém do argumento de Barros (2016 p. 14) que “foi, aliás, a intenção de superar efetivamente uma visão caótica do céu - extraído daí consequências práticas para a própria vida humana - o que fez nascer propriamente a Astronomia”.

O autor supracitado (2016, p. 15) argumenta como os conceitos incidem na vida humana, dando duas possibilidades, uma por meio da invenção quando há uma “observação sistemática” ou que também podem surgir por meio da imaginação num

“esforço puramente criativo”, compreendendo que não há hierarquia sobre eles, assim nota-se que estão ligados numa visão descritiva da realidade.

Para Barros (2016, p. 26), o conceito é uma “ideia que é evocada a partir de uma palavra ou expressão verbal que passa, desde então, a ser operacionalizada sistematicamente no interior de certo campo de saber ou práticas específicas”.

Com essa definição, toma-se como exemplo a palavra Arquivo, que dentro do ramo científico tem um conceito sistematizado, indo além da função física e encontrando também dimensões epistemológicas, diferente, por exemplo, de *Software*, que aqui seria apenas uma palavra que tem relação com Arquivo, mas não como um conceito, que seria um trabalho no campo da Ciência da Computação.

Nesse sentido, pode-se complementar que Barros (2016, p. 30) argumenta que para que uma palavra ou expressão verbal se torne efetivamente um conceito, é preciso que ultrapasse a mera condição de “unidade de comunicação” e se converta também em “unidade de conhecimento”.<sup>1</sup>

Os conceitos, dentro do campo arquivístico, foram construídos ao longo do tempo, atuando como “unidades do conhecimento”. Assim, em seu processo histórico, podem-se verificar diferentes contextos culturais, políticos, sociais e econômicos influenciando tais criações/sistematizações desses conceitos e com características de diversos países e regiões.

Com intenção didática de como entendê-los, na figura 1, pode-se agrupá-los em três categorias: conceitos raízes, conceitos galhos e conceitos frutos. Essa analogia permite que se analise aquilo que ancora os demais conceitos e como essa relação é intrínseca e recíproca de ambas as partes.

Nos **conceitos raízes**, ancorados num viés social de sua função (o que): arquivo, arquivologia, arquivística.

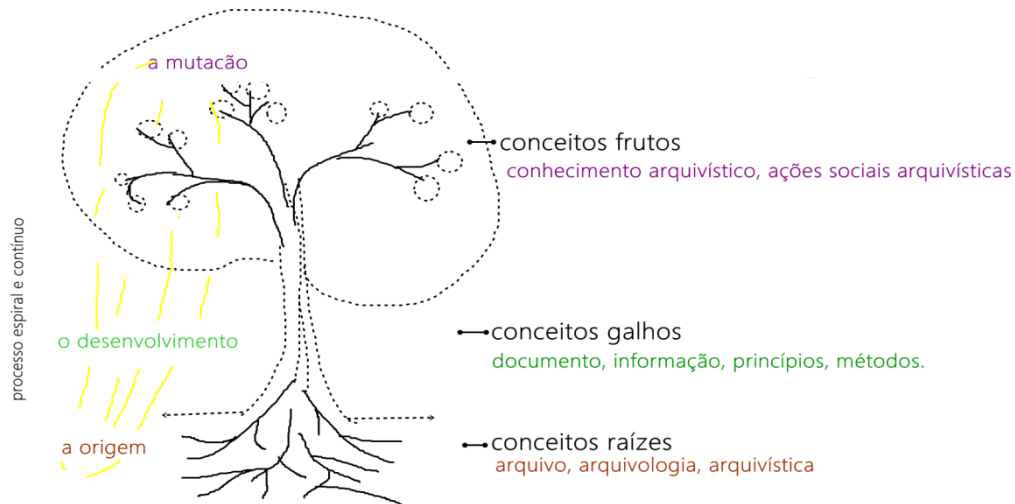
Em **conceitos galhos**, que permeiam a expansão em níveis intelectuais e operacionais (como): documento, informação, princípios, métodos.

Os **conceitos frutos** abrangem a razão final de todo processo (por que): conhecimento arquivístico, ações sociais arquivísticas.

---

<sup>1</sup> Dahlberg (2006) também aborda que os conceitos são unidades de conhecimento.

**Figura 1- Ilustração da espiral dos conceitos em Arquivística.**



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos conceitos arquivísticos.

Salienta-se que não há níveis de hierarquias desses conceitos, uma vez que todos estão conectados com a mesma razão de ser, aquilo que norteia a Arquivística: organizar e dar acesso ao caos do fenômeno social e humano, a informação orgânica, que de acordo com Rosseau e Couture (1998, p. 291) é “a informação elaborada, expedida e recebida no âmbito da missão de um organismo”.

Uma vez agrupados tais conceitos, percebe-se como Barros (2016) abordou a transição dos aspectos comunicação/conhecimento para que se tornem conceitos, isso é verificado na Arquivística na medida em que os autores da área nomearam os princípios que a regem, estes serão vitais para a construção desse campo, uma vez que nortearam a prática.

Dessa forma, se os conceitos ajudam a organizar o que se deseja examinar, os princípios, por sua vez, funcionam como um norte sistematizado para as ações, assim “Aristóteles já dera vários significados de ‘princípio’, ponto de partida do movimento de uma coisa; o melhor ponto de partida; o elemento primeiro e iminente da geração; a causa da geração; premissa entre outras.” (FERRATER MORA, 2001 p. 2371). O autor também atribui que, segundo o filósofo, o que é comum em todos os princípios é o fato deles serem as fontes que dão origem ao ser, à geração ou ao conhecimento.

Recuperando também o conceito de princípio num dicionário de Bibliologia, “princípio (do lat. *principium*. fr. *rudiment*; *i.rudiments*, *first notions*). Primeira proposição ou verdade dentre várias por onde se começa a estudar os

conhecimentos, que eram os rudimentos, para dar fundamentos a eles.” (SOUZA, 2004, p.757, tradução nossa.).

Com esses aspectos epistemológicos do que venha a definir princípio, pode-se dizer que para o campo da Arquivística foram eles, portanto, que deram origem ao conhecimento a ser estudado, visto que representam o ponto de partida do movimento desse fenômeno humano e social que é a informação orgânica registrada.

Marques (2011, p. 89), em sua tese “Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil”, de 2011, recupera alguns princípios da área e os inserem em contextualizações de natureza disciplinar, aplicação e importância:

**Quadro 2- Princípio da Proveniência e demais princípios arquivísticos: natureza, aplicação e importância.**

PRINCÍPIO	NATUREZA DISCIPLINAR	APLICAÇÃO	IMPORTÂNCIA
Proveniência	Arquivologia	Princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras.	Base para os demais princípios arquivísticos estabelece critérios básicos para a organização dos arquivos e contribui singularmente para a formação científica da Arquivologia.
Princípio do respeito à ordem original	História e Arquivologia	Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu.	Organicidade e fidedignidade.
Territorialidade	Direito, Administração, História e Arquivologia	Princípio segundo o qual os arquivos públicos, próprios de um território, seguem o destino deste último.	Memória, identidade.
Três idades	Administração e Arquivologia	Contempla os arquivos correntes, intermediários e permanentes.	Racionalização e eficácia administrativas; gestão de documentos.
Princípio da reversibilidade	História	Princípio segundo o qual todo procedimento ou tratamento empreendido em arquivos pode ser revertido, se necessário.	Conservação

**Fonte:** MARQUES, 2011, p. 89 (com base no Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), Rousseau e Couture (1998)).

Essa sistematização de Marques mostra como o Princípio da Proveniência, sido desenvolvido pela Arquivística, conferiu à área *status* de disciplina, que em diálogo com a Ciência da Informação (CI) ampliou-se de cientificidade.

Porém ressalta-se, com esse avanço, que a área para adquirir esses fundamentos o fez devido a uma prática metódica já existente de organização documental - aspecto de necessidade resultante de um processo histórico ligado à produção e valorização documental dos acontecimentos globais na economia, política e cultura.

Nesse sentido, Rosseau e Couture (1998) mencionam que os princípios só foram possíveis devido aos métodos para arquivos, existentes desde que o ser humano inicia sua sistematização de registros com a escrita. Os autores ainda categorizam quatro aspectos principais de métodos dentro da prática dos arquivos:

A disciplina arquivística desenvolveu-se em função das necessidades de cada época. Ela é constituída por um *savoir-faire* que se foi acumulando ao longo dos anos. Os métodos de trabalho mudaram, mas encontramos geralmente as mesmas preocupações funcionais. A história permite definir quatro grandes sectores principais que foram objeto dos trabalhos dos especialistas em arquivos, ou seja, o tratamento, a conservação, a criação e a difusão. (ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p. 48)

Para os autores supracitados, o método do tratamento ocorria nas primeiras ações que visavam o ato de organizar e tratar, para que posteriormente fosse possível recuperar aqueles documentos. Aspectos estes que ainda hoje não se diferenciam do propósito maior da área, porém, naquela época, ainda não havia um tratamento sistemático que atendesse as especificidades de cada órgão produtor/receptor e que também fosse padronizado num sentido de uma orientação constante para tal organização.

Essa sistematização só ocorreu depois da Revolução Francesa, com a elaboração do princípio da proveniência, que operou como um guia as diferentes formas de tratamento da época. Os autores argumentam que, por exemplo, no tratamento da classificação, havia divergência entre os arquivistas da época de qual podia se orientar cronológica ou metodicamente, com esse cenário é que o solo se torna fértil para as discussões e desenvolvimentos dos manuais e obras que iriam fortificar a área.

No tocante ao método da conservação, Rousseau e Couture (1998, p. 50) evidenciaram atenção que “foram inicialmente os modos de armazenamento e de arranjo dos locais adequados que constituíram a expressão da preocupação de conservação”, dentro disso os autores esclarecem que os métodos foram desde o suporte do documento (placas de argila, pergaminhos, papel, fotografias, filmes, documentos sonoros) até os espaços para tal armazenamento, que serão configurados com os arranjos físicos. Os autores ressaltam a importância que teve nesse método de conservação os microfilmes, invenção de Paul Otlet com o químico Robert Goldschmidt em 1906<sup>2</sup>.

Os métodos de criação (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 51) são ancorados na relação de eficiência administrativa, o que revela ser um aspecto mais recente, mas que consistia, sobretudo, “em assegurar a uniformização da forma dos documentos, bem como a gestão dos documentos eletrônicos”. Uma vez padronizado um modelo de criação do documento, irá tornar ágil o processo posterior de sua representação temática.

Por fim, no método da difusão, os autores fazem menção a um sentido de representar o conhecimento ali contido que ocorre por meio de exposição temática, publicação cultural, entre outras formas, que atuam num viés que culmina do propósito da difusão para um sentido cultural. Percebe-se que esse modo de fazer da Arquivística tem sido pouco estudado.

Essas quatro categorias metodológicas que a área se desenvolveu ainda hoje são aspectos de estudos e que lhe confere dimensões de construções, pois podemos refletir se, por ser aquilo que lhe formou, é de sua essência, e portanto sempre se manifestará em suas ações, o que merece atenção e olhares científicos.

Nesse sentido, a área é resultado das transformações sociais com as características da contemporaneidade. Um dos aspectos centrais desse cenário são as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), assunto que será abordado no próximo subtópico como um elemento que marcou a trajetória de rupturas paradigmáticas do campo arquivístico.

---

<sup>2</sup> Fonte: Mundaneum <<http://archives.mundaneum.org/en/history>>

## 2.2 O papel das TIC no campo arquivístico: trajetória de rupturas paradigmáticas

Ao considerar os paradigmas<sup>3</sup> enquanto uma visão humana de questionar, observar e produzir conhecimento sobre o mundo pode-se dizer que eles existem no campo científico devido à necessidade da constante busca de uma completude espiral entre o meio social do cientista, já que este é um sujeito/ator da história, e o meio individual, que por sua vez tem influências do meio social. Assim, essa construção da relação social e indivíduo na ciência irá ocorrer de forma mútua - os paradigmas tornam-se objetos e manifestações dentro do campo científico.

Tornam-se objetos, pois são percebidos nas características de um período histórico, por exemplo, dentro dos estudos das disciplinas da CI no mundo contemporâneo. As TIC representam um objeto inerente ao seu fazer e saber, aspectos que o período atual vive e constrói. Uma vez que é objeto, torna-se manifestação também, pois o comunica.

Nesse sentido, manifesta por meio de sistematizações teóricas ideias, conceitos e práticas de um determinado campo, a Arquivística tem na literatura as manifestações paradigmáticas intituladas pós-moderna, pós-custodial, continuum, entre outras, que serão abordadas com mais detalhes posteriormente.

Kuhn (1997, p. 13)<sup>4</sup>, o autor da sociologia da ciência que estudou antigos autores e posteriormente sistematizou o termo paradigma científico, aborda como em algum momento há o avanço ou a consolidação na ciência por meio de paradigma, que são “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

Na compreensão de que as práticas científicas “fornecem problemas e soluções modelares”, nota-se que os paradigmas são inerentes do fazer ciência, aliás, fornece inclusive solo para sua continuação de existência, pois poderíamos refletir que sem essas novas configurações e adaptações a ciência e suas disciplinas ficariam estagnadas.

Esse mesmo sentido também é atribuído à Arquivística, que estuda as informações registradas - fruto das ações humanas no decorrer do tempo – e com

<sup>3</sup> *latim tardio paradigma*, do *grego* παράδειγμα, derivado de παραδείκνυμι «mostrar, apresentar, confrontar»>

<sup>4</sup> No livro intitulado *Revoluções Científicas* de 1997.

os fatores da TIC opera-se novas configurações, o que alia seu objeto de estudo em conexão com esses novos elementos de fazeres da comunicação humana.

Com isso, abordam-se, neste subtópico, as relação das TIC na área e sua ação na trajetória de rupturas paradigmáticas.

As TIC desfrutam de uma alta visibilidade nos estudos científicos dentro do atual panorama da humanidade, tal fator se deve ao impacto causado em praticamente todas as atividades humanas. Tratando especificamente da ação do ato da comunicação por meio da divulgação da informação, se no século passado tal atividade estava atrelada a uma duração maior de tempo devido a distâncias do espaço, hoje esses dois elementos: tempo e espaço possuem outra dimensão devido as TIC: rapidez e obsolescência são características recorrentes quando o assunto é informação.

Desde a invenção do computador e depois da Internet, o mundo assistiu a uma grande transformação para comunicar-se, e nesse âmbito imprescindivelmente a Arquivística também recebeu tais influências.

A Arquivística foi construída historicamente, portanto não pode ser compreendida como uma disciplina que resulta naturalmente do âmago humano no desejo de organizar, descrever e preservar documentos. Tal disciplina pode ser entendida como sendo, antes, uma área intencionalizada para gerir o conhecimento por meio do registro de cada época.

Foram essas intenções que produziram a área que se conhece hoje, dessa forma, se as TIC ocupam espaço dentro de sua prática e estudos, tal condição é explicada porque os documentos nos arquivos estão representando as ações políticas, culturais, sociais e econômicas de uma nação, de um município, de uma região, ou seja, de uma organização que cumpre uma função por meio do Estado e que está inserida na atual lógica da produção da informação dentro dos aparatos tecnológicos.

Schmidt (2012, p.182) argumenta que, nesse cenário que as TIC adentraram a área, surgem mudanças e com isso também crescem incertezas a respeito de diversos aspectos como documentos eletrônicos, formas de tratar, recuperar e disseminar a informação, quais banco de dados usar, englobando também diferentes dúvidas sobre essa nova configuração que permeia a área.

Schmidt (2012, p. 184) conceitua esse cenário de incertezas como a fase da Arquivologia Contemporânea, que de acordo com ela levou os teóricos da Área a

repensar o que havia sido construído até então, diferente da fase Moderna em que havia predominância da "produção documental, uso, valores e funções de documento, é uma realidade cada vez com menos fronteiras, muros e papel." Esse aspecto de ser "intangível" é o que evidencia novos estudos da natureza da informação arquivística.

Observam-se essas características como condições modernas do ato de fazer e pensar a informação registrada, dessa forma, torna-se necessário olhar para a origem da área, nesse sentido a autora acrescenta:

Todos estes questionamentos são, sem sombra de dúvida, fundamentais para a reflexão da área, porém, o mais importante e que não pode ficar à margem destes enunciados é como seus Princípios, Teorias e Funções estão inseridos nessa discussão, como estão sendo pensados, redescobertos, revisitados, ampliados, adaptados, negados, rejeitados ou até mesmo modificados. (SCHMIDT, 2012, p.184).

Assim, pode-se dizer que teve maior ênfase essas discussões de caráter formativo e configurativo da área – princípio, teorias e funções – quando as TIC adentraram o fazer e o saber da Área, na perspectiva histórica que a autora coloca, inicia aí uma "existência e disputa de diferentes abordagens no interior do campo científico da Arquivologia" (SCHMIDT, 2012, p. 184).

Essas diferentes abordagens resultaram em paradigmas que constituem um núcleo essencialmente formativo de práticas e saberes arquivísticos. Isso significa que o que faz a Área ser o que ela é está construído por meio dos diferentes paradigmas, por isso torna-se essencial compreender como eles se definem:

[...] paradigma não define mais uma verdade em si, atemporal da ciência, mas simplesmente a atividade legítima no interior do domínio científico que ele rege. Contudo, a aparição de enigmas não resolvidos, de anomalias, provoca crises de repetição que se amplificam até que um paradigma rival se apresente como alternativa, por sua capacidade de resolver os problemas colocados. Daí então que emerge a comunidade científica. (BELENS; PORTO, 2009, p. 28)

Situando a Arquivística nesse contexto, os problemas resultantes das TIC levaram os teóricos a sistematizar novas soluções em torno das questões de acesso, tratamento, organização, políticas públicas de informação, compartilhamento da informação arquivística, entre outros. Com essas características formam-se novas configurações de seu campo científico.

Com base em Bordieu (1983), Moreira Junior e Andrade (2015, p.169) argumentam que “um campo é um espaço de disputa justamente porque o que está em jogo são os pontos de vista dos agentes sobre suas atividades, que repercutem em diferentes estratégias para legitimá-los.” Ou seja, se são os paradigmas que constroem a Arquivística, essa construção é dotada de interesses de temas entre os teóricos que atuam nesse campo.

Marques (2011, p. 75- grifo nosso) enfatiza que a Área teve sua configuração como *campo científico-transcientífico-discursivo* marcada,

[...] ao longo do tempo, por discursos mais ou menos homogêneos/articulados, perpassados por habitus decorrentes de contingências históricas, que, por sua vez, passaram a caracterizar paradigmas, modelos, correntes, tradições e tendências do pensamento arquivístico internacional.

O que não é de viés internacional, segundo Fonseca (2005, p. 101), são as relações interdisciplinares com CI, que “se mostraram mais fortes no cenário brasileiro do que no plano internacional. A associação com a CI parece ser uma característica da evolução da área Arquivística no Brasil”.

Fonseca (2005, p. 55) também aborda a questão de rupturas de paradigmas da Arquivística e realiza um “mapeamento de suas fronteiras disciplinares dada pelas suas características” nas categorias de objeto, entidades, objetivos e métodos da Arquivologia Clássica e da Arquivologia Pós-Moderna, nessa última menciona-se que a autora também a remete com o termo de Pós-Custodial:

Pode-se considerar que a abordagem identificada como ‘arquivologia pós-moderna’ ou ‘pós-custodial’ surge no Canadá no início da década de 1990. Seus principais pressupostos remetem, naturalmente, aos princípios identificados com os preceitos do pensamento pós-moderno. (FONSECA, 2005, p. 60)

Essas ponderações necessitam de análises, pois embora as duas teorias apontem igualmente para um viés da não custódia, uma emerge no Canadá e a outra em Portugal, além de outros aspectos configurativos sociais presentes em suas gêneses. Conforme descreve Schmidt, ao se referir aos autores portugueses Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro:

Esses autores, que continuam com bastante trânsito a comunidade arquivística brasileira e cujas reflexões interferem muito na produção literária de nosso país, consideram ser possível estabelecer um paradigma científico para o campo dos arquivos somente quando

inserido na perspectiva informacional- 'pós-custodial' a partir da década de 1980, em detrimento de seus 'antigos' atributos tecnicistas, patrimonialistas e custodiais. (SCHMIDT, 2012, p. 195)

Percebe-se que além de Fonseca outros teóricos da área também agrupam sem distinção conceitual as duas perspectivas Pós-Moderna e Pós-Custodial:

[...] desde a Revolução Francesa o modelo arquivístico vigente que está voltado principalmente à conservação do patrimônio documental é pois questionado pela abordagem arquivística pós-moderna ou pós-custodial que vem sendo construída nas últimas décadas. Todavia os novos estudos procuram definir a Arquivística como disciplina autônoma, a qual apresenta um bojo interdisciplinar pertinente, principalmente com a CI. (SILVA; FUJITA; DAL' EVEDOVE, 2009, p. 286)

Tal confusão terminológica e conceitual aponta para uma necessidade de estudos sociológicos e históricos na CI, já que até os autores que usam o termo pós-moderno não citam ou não têm em suas referências teóricos da História/Sociologia, com isso resulta incoerente, pois o termo pós-moderno tem fundamentação e gênese em tais áreas.

Nesse sentido, concluído que os paradigmas da Área foram alterados e repensados tendo em vista o contexto das TIC, recuperamos no próximo subtópico uma sistematização dos paradigmas que estão em discussão na Área, quem os sistematizou, sua localização geográfica, a natureza e o objeto científico, o período, além de uma categorização de acordo com a linha histórica da Arquivologia: Clássica, Moderna e Contemporânea, por meio da tese de Schmidt (2012).

### **2.3 Sistematização dos paradigmas na Arquivística: Uma análise dos períodos clássico, moderno e contemporâneo da área**

Os paradigmas da Arquivística foram apresentados para solucionar problemas decorrentes de cada época com diferentes contextos sociais, históricos, econômicos, políticos, científicos e culturais que nesse processo alterou critério cuja ação influencia elementos da legitimidade “tanto os problemas”, como as “soluções propostas” (KUHN, 1997, p.144, grifo nosso):

Ao aprender um paradigma, o cientista adquire ao mesmo tempo uma teoria, métodos e padrões científicos, que usualmente compõem uma mistura inextricável. Por isso, quando os paradigmas mudam,

ocorrem alterações significativas nos critérios que determinam a legitimidade, tanto os problemas, como das soluções propostas. (KUHN, 1997, p.144)

Nesse sentido, questiona-se: quais eram os problemas que cada período da Arquivologia buscou responder? Pois compreende-se que a partir dessas resoluções torna-se possível compor uma sistematização da área fundamentada em seu percurso histórico.

Formulam-se as respostas- base dessas indagações tendo como referência a tese de Schmidt, defendida em 2012 na Universidade de São Paulo, com o título: *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. Nesse trabalho a autora categoriza a Arquivologia em três dimensões: Clássica, Moderna e Contemporânea, agrupando-a no interior da classificação de “Fourez (1995) que apresenta três fases importantes pelas quais uma disciplina deve transitar de maneira a buscar consolidação e reconhecimento” (SCHMIDT, 2012, p. 58). Esses aspectos guiarão a transformação de uma área científica.

Essas fases são: pré-paradigmática (Arquivologia Clássica); paradigmática (Arquivologia Moderna); e pós-paradigmática (Arquivologia Contemporânea).

Para se referir inicialmente à Arquivologia Clássica, Schmidt (2012) ressalta o uso dos manuais e no caso cita essencialmente o dos Holandeses, nota-se que o problema girava em torno da ‘organização prática de arquivos’:

[...] o manual nada mais é do que o registro de resultados de uma sistematização teórica articulada com uma prática com documentos em temporalidades e contextos específicos, pois não somente esta publicação, como toda a experiência deve ser considerada produto de situações sociais particulares que evidenciam condições que precisam de reflexão para ser explicadas. (SCHMIDT, 2012, p. 52).

No que tange a Arquivologia Moderna, já com esse viés de um objeto construído, além das técnicas da disciplina, a autora argumenta que nessa dimensão os problemas circularam em torno de questões de ordem prática em âmbito interno:

Os problemas devem deixar de ter origem nas demandas externas para emergir e serem resolvidos no interior da própria disciplina. Os conceitos estão estabelecidos e podem ser operados, ampliando as pesquisas de questão já dominadas a partir de paradigmas fortalecidos, capazes de propor soluções para os problemas de ordem prática (SCHMIDT, 2012 p. 60).

Schmidt escreve ainda que, embora os objetivos da disciplina estivessem sendo os mesmos, ligados a organização, preservação e disponibilização dos documentos, esse período da Arquivologia Moderna era outro tempo, outro contexto, outro mundo.

Nesse cenário não havia mais um contentamento de sentido “apenas com a já “estabelecida e resolvida separação” técnica e teórica da Biblioteconomia com a Arquivologia e a Documentação. Era um novo mundo, com muito mais documento e informação, além de uma nova área se querendo científica, a Ciência da Informação.” (SCHMIDT, 2012, p. 61). Nesse vínculo com a CI é que se estabelecem novos olhares ao fenômeno da informação de cunho arquivístico.

Os problemas dessa fase Moderna estavam, portanto, ligados a uma estruturação prática, a época que viria a seguir teve como problema os aspectos de dimensões teóricas, os aspectos de dimensões físicas, em que a representação da informação tem uma nova configuração de suporte, devido a uma mudança significativa na forma de comunicação e informação: o computador e a internet:

[...] a partir de meados da década de 1980 com o salto tecnológico, além da inserção do computador nas atividades cotidianas, as possibilidades ‘virtuais’ e ‘eletrônicas’ para o documento de arquivo trazem novos questionamentos à área. E é a partir de então que passamos a considerar sua fase como Arquivologia Contemporânea. (SCHMIDT, 2012, p. 62)

Já descritos os diferentes problemas que levaram a Arquivologia a elaborar suas questões de acordo com o contexto vivido, o que gerou seus paradigmas, recupera-se aqui uma sistematização que Schmidt (2012) teceu desses três momentos da área: Clássica, Moderna e Contemporânea, agrupando os paradigmas de cada período, bem como a identificação geográfica, o período, objetivo científico, a natureza científica e os representantes teóricos.

Destaca-se que neste trabalho optou-se por desmembrar o quadro da autora em: Quadro 3 - Abordagens Teóricas, Arquivologia Clássica, Moderna e Contemporânea (Geral); e Quadro 4 - Abordagens teóricas da Arquivologia Clássica, Moderna e Contemporânea (Características). Observa-se que nada do conteúdo foi alterado, tal modificação ocorreu para melhorar a visualização gráfica.

**Quadro 3 - Abordagens Teóricas Arquivologia Clássica, Moderna e Contemporânea (Geral).**

ABORDAGEM	PAÍS/ LOCALIZAÇÃO	PERÍODO	OBJETO CIENTÍFICO	NATUREZA CIENTIFICA	REPRESENTANTES
<b>ARQUIVOLOGIA CLÁSSICA</b>					
Manuais	Holanda	A partir de 1898	Ainda que não assim classificado, o documento de arquivo	Ciência	Manual dos Holandeses (Samuel Mueller, Johan Feith e Robert Fruin)
Manuais	Itália	A partir de 1920	Ainda que não assim classificado, o documento de arquivo	Ciência	Manual de Eugenio Casanova
Manuais	Alemanha	Início do século XX	Ainda que não assim classificado, o documento de arquivo	Ciência	Manual de Adolf Brennek
Manuais	Inglaterra	A partir da década de 1920	Ainda que não assim classificado, o documento de arquivo	Ciência	Manual de Hilary Jenkinson
<b>ARQUIVOLOGIA MODERNA</b>					
Records e Archives; Records Management	Estados Unidos	A partir de meados da década de 1940	Ainda que não assim classificado, o documento de arquivo	Ciência	Shellenbergn, Ernst Posner, Philip C Brooks
Sistemas de Séries	Austrália	A partir da década de 1960	Ainda que não assim classificado, o documento de arquivo	Ciência	Peter Scott, Ian Maclean
<b>ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA</b>					
(TEORIA) Records Continuum	Austrália	A partir metade década de 1990	Informação gerada pelos processos	Ciência	Livia Lacovino; Frank Upward; Xiaomi An; Peter Marchal; Jay Kennedy; Cherry Schauder; Sarah Flynn; Adrian Cunningham; Barbara Reed; Dagmar Parer; Ann Pederson; Sue Mckemmish; Michel Piggot; Chris Hurley
Pós-Custodial	Portugal	Final da década de 1990	Informação Social	Disciplina subordinada a Ciência da Informação	Armando Malheiro; Fernanda Ribeiro;

Arquivística Integrada	Montreal-Quebec/Canadá	Década de 1980	Informação Orgânica	Disciplina autônoma inserida nas Ciências da Informação, dividindo o espaço deste campo de conhecimento, ainda mais virtual que real, com a biblioteconomia, a museologia e os estudos de comunicação (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p.17)	Luis Carlos Lopes; Carol Couture; Jean Yves Rousseau; Jacques Ducharme
Arquivística Funcional ou Pós Moderna	Canadá Inglês	Final década de 1980	<i>Process-Bound information</i> -informação registrada pelos processos administrativos e organizadas com vistas a recuperar o contexto; Vínculo processual	Disciplina Científica	Terry Cook; Hugh Taylor — proclamou a mudança, é inglês, mas em 1965 se mudou para o Canadá; Tom Nesmith; Laura Millar; David Bearman; Eric Ketelaar — Holandês (Archivalization); -Hans Booms; Verne Harris; Ciaran B. Trace (EUA); Barbara Craig
Diplomática Arquivística ou Contemporânea	Canadá inglês; Itália	Final década de 1980	Documento de Arquivo	Ciência autônoma	Luciana Duranti ; Bruno Delmas; Paola Carucci (italiana); Robert Henri-Bautier — pioneiro, década de 1960; - Christopher Brooke
Estudos sobre Tipologia Documental e Identificação	Espanha	Década de 1980	Arquivo — enquanto conjunto de documentos de arquivo-; documento de arquivo	Ciência autônoma	Vicenta Cortés Alonso, Maria Luiza Conde Villaverde

**Fonte:** (SCHMIDT, 2012, p. 136-178-216), modificação gráfica realizada pela autora.

**Quadro 4 - Abordagens teóricas da Arquivologia Clássica, Moderna e Contemporânea (Características).**

Abordagens Teóricas	Características
<b>ARQUIVOLOGIA CLÁSSICA</b>	
Manuais	Normalização das atividades com documentos públicos considerados históricos, Descrição, Arranjo e Inventário, divulgação do Princípio da Proveniência e da Ordem Original, Organicidade
Manuais	Inventário, Ordenação, catalogação, guias e índices
Manuais	Classificação pela função de produção; ausência de obrigação do Arranjo Físico dos documentos; três diferentes maneiras de estabelecer a Organicidade; Avaliação pela instituição Arquivística; Taxonomia analítica dos sistemas de arquivos diferenciando os documentos produzidos dos acumulados
Manuais	Ideia de Custódia Contínua; valor de prova dos documentos de arquivo, avaliação pela administradora produtora, verdade arquivística diferente da verdade histórica, <i>Archive Group</i> , Documento com qualidades essenciais- Imparcialidades em relação à criação, Autenticidade em relação aos procedimentos- evidência/prova. Naturalidade em relação à criação; Interdependência
<b>ARQUIVOLOGIA MODERNA</b>	
Records e Archives; Records Management	Foco na Avaliação, <i>record group</i> , teoria do Ciclo Vital, Gestão de Documentos, <i>Archives e records, records manager e archivists</i> , documentos "modernos"- administrativo, valor primário e secundário
Sistemas de Séries	Sistema de Série, crítica ao <i>archive group</i> e ao <i>record group</i>
<b>ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA</b>	
(TEORIA) Records Continuum	Derivada da existência do mundo digital; baseada na abordagem do "Sistema de Séries"; estabelece uma perspectiva contínua para a gestão de documentos, que não separa os documentos correntes dos permanentes e nem a profissão entre records managers e archivists; documento de arquivo como entidade lógica e não física; rejeitam a teoria do Ciclo Vital por a considerarem linear e fragmentada.
Pós-Custodial	Mais ênfase na informação do que nos aspectos físicos e estático do documento; dinâmica transdisciplinar e interdisciplinar; defende mudança-ampliação do Objetivo Científico- isto é, mudança do paradigma custodial para o pós-custodial;- crítica o conceito de informação orgânica; - Malheiro defende como diferente da Arquivologia Pós-Moderna.
Arquivística Integrada	Negação quanto à divisão americana "Moderna" entre records e archives, (re) construção da área e sua (re)condução ao nível de disciplina científica, gestão da informação devendo subsidiar a gestão dos documentos, integração dos valores primários e secundários aos documentos.
Arquivística Funcional ou Pós Moderna	Critica a Diplomática arquivística; revisita o Princípio da Proveniência com o discurso do "contexto por trás do texto"; paradigma social dos arquivos; influência do sujeito na produção; documento como produto de uma atividade; documento não é considerado imparcial e neutro; análise funcional do processo de criação do documento; muda o foco do documento para o processo que o criou; novas formas de produção documental; -MACROAVALIAÇÃO (macroappraisal) funcional-estrutural. É a avaliação das funções e não dos documentos, por isso é a macroavaliação; importante para a preservação dos documentos eletrônicos; afirma que a produção é anterior e obsoleta e defende a ruptura; pós-modernidade como tendência intelectual; documento de arquivo como PRODUTO e não como sub-produto, critica a Naturalidade e a Imparcialidade;- documento eletrônico é o primeiro cerne da "pós-modernidade" para a área, critica a Imparcialidade e a Naturalidade; Propõe a Macroavaliação e redescoberta da Proveniência; influenciados pela inserção dos documentos eletrônicos, conceito de Fundo é dinâmico em detrimento de um Fundo Estático(realidade dinâmica estática); Arquivos sem muro ( não necessariamente físico e deve ser acessível).

Diplomática Arquivística ou Contemporânea	Volta aos clássicos (Jenkinson); documento como subproduto de uma atividade; valor probatório; gênese e tipologia documental; texto por trás do contexto; prevalecem a (italiana); IMPARCIALIDADE, AUTENTICIDADE, NEUTRALIDADE, UNICIDADE E INTERRELACIONAMENTO; redescoberta da Proveniência; Diplomática para compreender o processo de produção dos documentos e definir tipologia; defende valor probatório; reinventa uma disciplina muito ligada à paleografia e documentos antigos, históricos; diferente da Diplomática Clássica que trabalhava com documentos únicos e antigos e históricos, essa diplomática se vale das séries documentais podendo também ser aplicada nos documentos contemporâneos; Documento como subproduto; influenciados pela inserção dos documentos eletrônicos; Projeto InterPARES.
Estudos sobre Tipologia Documental e Identificação	Fixar os tipos documentais mais recorrentemente produzidos e solicitados, formação de séries documentais, determinar a identidade do documento de arquivo, caracterizar os elementos próprios e exclusivos que conferem essa identidade, elementos que o individualizaram e o distinguem em seu conjunto, revelar o vínculo arquivístico.

**Fonte:** Schmidt (2012, p.136-178-216) modificação gráfica realizada pela autora.

Apresentados os problemas e os períodos da Arquivologia, observa-se que toda sua trajetória histórica levou a uma sistematização da área de conceitos e práticas que podem ser entendidas dentro do âmbito configurativo, de uma disciplina que caminhou de uma prática, com foco em questões internas, para teorias que ampliam o viés interno e conseguem direcionar seu olhar aos seus entornos de configurações sociais nos quais está inserida, como verificado em cada país para diferentes teorias.

Nesse sentido, como salientou Schmidt (2012), a arquivística foi ao longo dos tempos passando de uma condição pré-paradigmática até sistematizar-se numa paradigmática que, por sua vez, encontra-se numa dimensão pós-paradigmática.

Com isso contextualiza-se que:

Durante o período de transição haverá uma grande coincidência (embora nunca completa) entre os problemas que podem ser resolvidos pelo antigo paradigma e os que podem ser resolvidos pelo novo. Haverá igualmente uma diferença decisiva no tocante aos modos de solucionar os problemas. **Completada a transição, os cientistas terão modificado a sua concepção da área de estudos, de seus métodos e de seus objetivos.** (KUHN,1997, p.116)

Na Arquivologia é possível verificar esse cenário descrito por Kuhn (1997), visto que houve coincidência dos problemas, inicialmente relativos à organização dos Arquivos para fornecer o acesso, depois com a dimensão interna da disciplina, voltando atenção à melhoria desse processo, e posteriormente, na nova transição, com a Arquivologia Contemporânea, a vertente que também se orienta pelo viés da recuperação da informação, e isso recai sobre uma modificação da concepção da área de estudo, dos objetivos e dos métodos.

Com a sistematização de Schmidt, nota-se que as teorias da Arquivologia Contemporânea trazem cada uma em si uma concepção da área de estudo olhando para as características de um mundo agora globalizado, com novas preocupações de acesso, com destaque do uso público de informação, pois a figura dos Arquivos se relaciona diretamente com os cidadãos, numa perspectiva de uma disciplina científica que estuda formas de organizar e representar a informação para um acesso às demandas sociais.

Essa nova preocupação em olhar para o acesso, aspecto da natureza da Arquivologia Contemporânea devido às TIC, pode ser explicada com Bordieu (1997), que ao abordar que na ciência há lutas de poder pelo campo científico – entendendo este enquanto um universo intermediário entre o objeto (no caso a disciplina Arquivística) e os acontecimentos (exemplo o cenário das TIC). Nesse sentido, serão os dominantes que nortearão os caminhos da pesquisa científica de determinado campo:

os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, 'compensar', determinando uma concentração de esforços de pesquisa. (BORDIEU, 1997, p. 25)

Esses fatores também se refletem nos objetivos da disciplina, que juntos com essa transformação paradigmática têm como base uma teoria e prática além da custódia da informação arquivística, com atenção aos entornos das TIC inerentes à Área como tendência para o acesso.

No que tange aos métodos para que se torne possível tais objetivos, torna-se vital o diálogo com outras áreas de estudo, e nesse sentido identifica uma interdisciplinaridade com o campo da organização e representação do conhecimento. Dessa forma, argumenta-se no próximo tópico como esse campo oferece à Área vertentes teóricas e metodológicas para o acesso à informação orgânica registrada.

### **3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: VERTENTES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA**

Neste tópico aborda-se, num primeiro momento, a importância que houve para a sociedade o desenvolvimento da escrita e a possibilidade da materialização da fala por meio dos registros. Ressalta-se que tal aspecto culmina posteriormente como um solo fértil que dará bases para o ser humano na criação de uma ciência cujo objeto seja a informação registrada. Assim a Ciência da Informação desenvolve-se ao longo dos anos enquanto área essencial para atuar na organização, representação e compartilhamento dos registros documentais em âmbito das ações humanas. Trata-se, em seguida, dentro da área da Organização do Conhecimento, suas vertentes de Tratamento enquanto elementos fundamentais para dar acesso ao conhecimento produzido na vertente arquivística. Dessa forma chega-se aos instrumentos documentários, recuperando o percurso histórico das linguagens documentárias. Notadamente, dentro dessa esfera específica, relaciona-se a importância dos tesouros na área da Arquivística enquanto uma ferramenta de acesso às informações produzidas pela linguagem orgânico-funcional.

#### **3.1 Do registro documental às Linguagens Documentárias: percurso das ações humanas para possibilitar o acesso ao conhecimento arquivístico**

A necessidade humana de se comunicar teve como consequência, ao longo dos tempos, a criação dos registros documentais. Essa ação alterou as formas de vivências, configurando uma sociedade possível de memória por meio das narrativas históricas, dentro de um contexto espacial e temporal. Aspectos esses possíveis devido à materialidade da fala em um suporte físico.

A matéria enquanto estado de algo que tenha massa e volume e, portanto, ocupa um espaço é uma condição na qual os seres humanos estão estruturados, a partir de seu corpo físico. Nota-se, porém, que simultâneo com esse espaço físico humano para existir, há um estado cuja materialidade, num primeiro momento, não ocorre sem intenção imediata, que é a observação humana do mundo por meio dos seus sentidos, tal aspecto irá possuir materialidade ao criar um outro espaço.

Esse outro espaço pode ser entendido como a necessidade da comunicação, dando origem ao universo das interações possibilitadas por meio das linguagens, dos

sinais, do comunicar aquele sentir em relação a sua observação no mundo naquele estado presente com outros seres humanos ou consigo mesmo numa condição de expressão.

Esse tornar material algo imaterial formula um sentido humano para se comunicar com o fim de atender suas necessidades, sejam de âmbito individual ou coletivo. Questiona-se: Quais necessidades são estas? O que leva os seres humanos a querer comunicar-se? Evidentemente além das razões fisiológicas, residem os motivos referentes ao ser, constituído como indivíduo. Embora estas sejam essenciais, interessa, nesse sentido, as necessidades ocorridas mediante as relações num âmbito coletivo, que irão dar formas aos documentos arquivísticos.

Nesse viés, o ser humano em coletivo se organiza para atender as necessidades dos grupos, sejam essas instituições públicas - cujo interesse será o cidadão num nível amplo da sociedade – ou instituições privadas – cujo interesse será em nível específico do proprietário e seus funcionários, clientes, entre outros. O que se salienta a partir dessa inferência é que em ambos os contextos as necessidades comunicam ações administrativas ou históricas representadas por meio de documentos com diferentes suportes e tipos. Portanto será o comunicar ação por meio da informação registrada que irá formar os documentos.

Essa análise que permeia a condição da comunicação ocorre para atender essas necessidades, permite inferir uma relação com a teoria de Popper dos três mundos para abordar como os registros documentais modificaram as vivências humanas.

O que Popper (1972) teoriza sobre os três mundos é um olhar sob três divisões: 1) mundo físico - em que existe a matéria como, por exemplo, a terra, as folhas, a casa, a natureza..; 2) o mundo dos sentidos - em que o ser humano observa, interpreta os objetos do mundo 1; 3) o mundo da criação do espírito humano - do conteúdo, daquilo que só cabe ao ser humano criar, por exemplo, um vestido, um horta, um livro, um rádio e dar sentido de uso a esses a partir de sua compreensão.

Tangível a esses aspectos, se o mundo 3 é o espaço da criação por meio da interação do mundo 1 e com as propriedades do mundo 2, pode-se afirmar que ele assume uma expansão a um nível com características essencialmente humanas, como salienta Popper. Percebe-se assim que esse elemento de criação enquanto condição humana perpassa as etapas com diferentes intenções.

Dentro dessas, pode-se destacar a memória como uma etapa de criação, atendendo-se a uma intenção humana: preservar um acontecimento dilatando sua existência no tempo e no espaço. São diversas as narrativas, desde as científicas, poéticas até as mitológicas que abordam sobre esse tema. Nas mitologias gregas, em que a Mnemósine cumpre a função de atuar contra o esquecimento, ela ocupa um espaço central que irá dar vida a outras funções por meio dela, como possibilitar a história, a poesia, a música, a tragédia, os hinos, a dança, a comédia e a astronomia, segundo Sales:

Mnemosine é uma das deusas mais poderosas para os gregos, pois a memória é o catalisador da razão e é esta razão que diferencia os Seres Humanos dos outros animais. Desta forma, a memória está intimamente ligada ao poder da razão, o que fez com fosse considerada por muitos como a primeira filósofa. Uma de suas atribuições como deusa foi de nomear todos os objetos existentes. Por essa responsabilidade deu aos Seres Humanos o poder de memorizar, isto é, de reter conhecimento e de transmiti-lo oralmente. (SALES, 2015, p. 157)

O que fará da memória, além de oral, protagonista no papel do não-esquecimento das ações humanas será o o registro<sup>5</sup>.

Evidencia-se que quando se desenvolve a escrita permite a possibilidade da difusão, o que contribui para “a evolução da memória. As grandes civilizações, como as da Mesopotâmia, do Egito, da China e da América pré-colombiana usaram a memória escrita como símbolo de progresso evolutivo.” (QUEIROZ, 2005, p. 8).

O ser humano, ao longo de sua vivência, registrou sua ação em diferentes épocas, contextos e razões, desde os desenhos nas cavernas até o desenvolvimento de uma escrita e de um alfabeto formando um sistema de linguagem. Com isso fomentou-se a materialidade da memória por meio da escrita. Essa ação de registrar a memória culmina como uma ação só sendo possível a partir de um suporte. Tantos foram estes suportes e tantos são ainda que entrelaçam os três mundos que Popper teorizou, pois no que tange a informação como um meio dessa linguagem comunicacional da memória escrita, será seu conteúdo aspecto essencial de interações humanas ao longo dos anos. Nesse aspecto, Assumpção e Lopez (2016, p. 12) ressaltam:

a informação estando registrada em um meio físico, sendo uma

---

<sup>5</sup> Epistemologia da palavra registro: Vem de *regestus*, participio passado de *regerere*, “trazer de volta, empilhar, coletar”. Fonte: <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/registro/>

coisa, ela está no mundo 1. Ela só fará sentido se for interpretada e entendida, isso somente poderá ser feito por um ser humano que conheça e domine a linguagem da qual a obra está registrada – através da leitura, do raciocínio, do pensamento e do entendimento mental que faz parte do mundo 2. No entanto, se o ser humano não conhecer a linguagem e não fizer uso da informação registrada, ela continua no mundo 1. Dessa forma, o mundo 3 é o conteúdo desse registro, que permanece no livro, texto, etc.

Assumpção e Lopez (2016) argumentam que a necessidade do homem de registrar essa comunicação por meio da escrita só pode ser possível seu entendimento se for notória a linguagem que reside nessa informação, aspecto essencialmente pertencente ao mundo 3. Ainda sobre a importância dos registros por meio da escrita:

A escrita é ao mesmo tempo das coisas mais universais e mais inapreensíveis. Sem a escrita, a cultura, definida como uma ‘inteligência transmissível’, não existiria (talvez existisse de forma rudimentar que mal se poderia reconhecer). A lei, a religião, o comércio, a poesia, a filosofia e a história – todas as atividades que dependem de certo grau de permanência e de transmissão – seriam, se não impossíveis, bastante restritas. (QUEIROZ, 2005, p. 2).

Assim, os registros documentais modificaram as vivências humanas, porque deu condições do ser humano tornar possível o mundo 3, e foi a partir desse mundo que tornou também possível garantir a memória dos acontecimentos humanos, preservando assim uma comunicação materializada num longo espaço de tempo, tem-se, por exemplo, as obras de Machado de Assis, porque o registro do seu pensamento por meio de um suporte fez permanecer essa narrativa, tornando possível que alguém do século XXI tenha acesso a algo do século XIX.

Nessa vertente que permitiu o acesso apesar da ação do tempo, culmina mudanças de aspectos de controle e conhecimento de tempos passados e futuros. Essa ferramenta de ter conhecimento sobre as ações do passado dá ao ser humano aberturas de fronteiras para atuar na preservação de suas memórias, como se observa na construção de identidades de um povo, de um grupo ou de um indivíduo.

Não há possibilidade de aprendizagem ou descoberta que ignorem o momento anterior. Não há construção futura que ignore os feitos passados. Os homens criam e recriam a partir de diversos instrumentos e mecanismos. A escrita difundida e agilizada ao longo dos tempos é parte de um processo no qual as pessoas comuns interagem e produzem os suportes de sua memória. (KARNAL, 2004, p. 3)

Notoriamente, os registros documentais revelam uma sociedade preocupada com sua sobrevivência e vivência, que irá designar ao homem quais memórias irão produzir, quais conservar, quais avaliar e quais destruir. Para todas essas etapas são necessários métodos próprios e técnicas com aportes teóricos adequados, caso contrário toda história de um tempo pode desaparecer, ou ainda pior, pode ser alterada privilegiando apenas um olhar sobre o contexto. “Sempre que os homens sentiram a necessidade de conservar os instantes que a história comporta, a escrita se fez lei. Em todos os tempos, o homem que soube escrever foi rei.” (JEAN, 1998, contra capa, tradução nossa). Pois a escrita, ao longo de seu processo, teve ênfase enquanto um código de comunicação oficial, assim aqueles que não tivessem esse código estariam excluídos dessa comunicação entre oficiais.

Essa análise permite inferir a importância de uma área científica que terá a informação registrada como seu objeto de estudo e que dá fundamentos nos aspectos teóricos e metodológicos nas etapas de organizar, representar e compartilhar esses registros, garantindo a memória de um povo, instituição ou indivíduo, tendo como objeto e objetivo, respectivamente, a informação e o conhecimento.

Essa área é a Ciência da Informação (CI), que atua enquanto um campo que organiza, representa e compartilha conhecimentos contidos nos registros documentais por meio de suas disciplinas: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

De acordo com Rabelo e Guimarães (2006), a CI teve seu desenvolvimento em duas vertentes: a norte americana, que considera que a CI é oriunda de um contexto pós Segunda Guerra Mundial, em que estava presente a revolução científica e técnica para aportes da comunicação e seus diferentes espaços de inserção e a vertente europeia, que enfatiza sua origem na Documentação, salientando que depois da invenção da imprensa de Gutenberg, no século XIX, a produção de documentos em formato de publicações ampliaram num nível global.

Nesse contexto, vale destacar o teórico e advogado, ativista da paz e autor de textos da Ciência da Informação e Documentação, Paul Otlet, de origem belga, que formulou nessa época que para transmitir os conhecimentos contidos nos documentos era necessário reuni-los, pois tudo aquilo que a humanidade estava produzindo deveria estar acessível a todos, propondo, nesse sentido, vários órgãos que impulsionariam a área da Documentação.

Os órgãos foram: *Bibliothèque Collective des Sociétés Savantes*, *Répertoire Iconographique Universel*, *Répertoire Universel de Documentation* ou *Répertoire Encyclopedique de Dossiers* e o que semeou maiores contribuições, o RBU, Repertório Bibliográfico Universal, que funcionava como um catálogo e inventário mundial que despertaria em Otlet e em seu grande amigo Henri La Fontaine a necessidade de desenvolver a Classificação Decimal Universal (CDU), e posteriormente as Fichas Catalográficas, dando alicerce à construção do Princípio Monográfico. (SANTOS, 2006).

Todas essas criações entendidas como instrumentos são aspectos vitais da CI até os dias atuais. O que se verifica com essa vertente histórica da área é que a CI, embora fruto desses dois olhares, um com o paradigma dos contextos de guerras onde a comunidade científica cria uma ciência que atuasse na gestão das informações para as pesquisas, e o outro da continuação de uma área já intitulada Documentação com aspectos milenares de busca e sistematização de organização, em ambas vertentes destaca-se um elemento que pode ser considerado um viés condutor para a área ter o papel que tem e estar no campo do desenvolvimento atual: a organização do conhecimento nos registros informacionais:

[...] bibliotecários especializados norte-americanos e os documentalistas europeus convergiam para um mesmo objetivo: enfrentar o desafio de organizar e prestar serviço de acesso à informação a pessoas e às instituições atuantes em áreas especializadas. (DIAS, 2000, p. 74)

Essas vertentes mostram o fio condutor da CI: estudo de soluções para o acesso informacional, aspecto necessário diante do crescimento informacional.

Saracevic (1996), em seu texto sobre as origens, evolução e relações da CI, conceitua-a com enfoque sobre o papel mediador entre quem produz e usa a informação e salienta a abordagem sobre a tecnologia que se insere na área:

[...] ciência da informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais. (SARACEVIC, 1996, p. 47).

Saracevic (1996) ainda ressalta três razões para a existência da CI, apontando sua *natureza interdisciplinar*, constituindo assim o respaldo necessário com outras áreas do conhecimento; sua *ligação com as tecnologias da informação*, tendência lógica de consequência de que estamos no caminho da era da informação; e por último seu *papel ativo e deliberativo na sociedade da informação*, trazendo ao cenário atual que a CI tem em sua essência a função de ser social e humana e deve ir além da tecnologia, uma vez que essa funcionalidade diz respeito a sua própria natureza de constituir um ciclo de disseminação de conhecimento para a sociedade em que está inserida.

Assim o que se verifica nessa abordagem é que para tornar essas razões tangíveis no mundo material residem três etapas instrumentalizadoras: a organização, a representação e o compartilhamento da informação e do conhecimento.

Essas três etapas instrumentalizadoras são essenciais para condicionar a área da CI a ser o que ela é, a ter suas razões de existência, suas funções no mundo humano.

O que a CI se propõe a organizar e representar? A informação e o conhecimento. O termo informação existe em diferentes áreas do saber humano, ele pode ter diversos significados para cada uma delas. Mas e para a CI, o que é informação? Que tipo de informação irá essa área tratar? Capurro e Hjørland abordam sobre esse aspecto de maneira conduzida a refletirmos:

Existem muitos conceitos de informação e eles estão inseridos em estruturas teóricas mais ou menos explícitas. Quando se estuda informação, é fácil perder a orientação. Portanto, é importante fazer a pergunta pragmática: '*Que diferença faz se usarmos uma ou outra teoria ou conceito de informação?*' Essa tarefa é difícil porque muitas abordagens envolvem conceitos implícitos ou vagos que devem ser esclarecidos. (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.193)

Os autores supracitados argumentam que esses esclarecimentos tendem a causar resistência, já que o termo informação tem sido usado com recursos de *status* em vez de recurso teórico. Assim eles inserem uma reflexão sobre fazermos questionamentos no que mais precisamos saber sobre esse conceito de informação para darmos contribuição ao campo da CI.

Com esse artigo pode-se ressaltar uma distinção essencial que Hjørland e Capurro (2007, p. 193) escrevem da informação como coisa/objeto (visão de

Buckland) e informação como signo (que precisa ser interpretado por um agente cognitivo). Ao se ater nesses aspectos, o que fica evidente é que informação para a CI, se estiver na visão interpretativa, tende a ser mais pragmática, essa possibilidade de exergar a informação para a CI terá seu significado centrado nos contextos social e cultural, características estas que são vertentes do atual paradigma em que estamos emergidos.

O que caracteriza uma área dentro da modernidade é o paradigma que a rege. Tal conceito pode ser entendido, segundo Lopes Yepes (2016), como um conjunto de características que merecem ser campos de estudo e discussão dentro de uma área do conhecimento.

A ciência, enquanto construção histórica de um tempo, fruto das ações humanas em constantes mudanças, traz consigo novas concepções de pensamento e fazeres a cada modelo novo de transformações. Isso influencia em âmbito social todos os campos do conhecimento, logo a área da CI também teria reflexo dessas características. O que notamos com isso é uma área que ao longo de seu desenvolvimento caminha por diferentes paradigmas também, portanto o que evidencia nesse sentido serão os conceitos de informação ligados aos diferentes paradigmas epistemológicos da área da CI: físico, cognitivo e social.

De acordo com Capurro (2003), o conjunto de características do **paradigma físico** centra-se na teoria matemática de Shannon e Weaver, que postula que há um objeto físico que um emissor transmite a um receptor, nessa vertente não denomina transmissão de informação, mas de mensagem, e outra característica é que exclui o usuário do processo informacional.

Com esses aspectos é proposto por Brookes em 1977/1980 um novo conjunto de características para nortear a área, intitulado de **paradigma cognitivo**, percebendo a necessidade do usuário no processo informacional, ele é colocado como vertente vital, assim se verifica de que forma os processos da informação transformam ou não o usuário, porém esse modelo não aborda sobre o meio social em que está situado esse usuário, o que também terá impacto no processo de transformação do usuário por meio de um registro informacional.

De acordo com Capurro (2003), o autor Frohman (1995), fundamentado em Wittgenstein (1958) e Foucault (1994), critica essa vertente, pois argumenta que essa forma de reger a área é reducionista e associal, pois ignora a construção social dos processos informacionais, também defendem esse viés social Hjørland e

Albrechtsen (1995), ao delimitarem que um campo cognitivo de estudo tem relação com os grupos sociais, chamando estes de comunidades discursivas.

Assim o que vem posteriormente a prevalecer é o **paradigma social**, cuja busca ideal não se pauta na representação da informação, mas na análise de acordo com o contexto social de relevância e critério do grupo em questão. (CAPURRO, 2003).

O paradigma social na área pode ser visto como um olhar sobre sair de um ângulo tecnicista a caminho de uma ampliação num caminho social, Ribeiro e Silva (2002) nomeiam esse período como pós-custodial e aí inserem um **conceito de informação para a CI** com essa visão, que também é acentuada com os autores mencionados acima.

Ribeiro e Silva (2002) argumentam que, verificados todos os processos históricos da área, o conceito que a configurou não está em harmonia mais, uma vez que seu nível ontológico tem maior abrangência do que seu suporte material, pois questiona-se: como é possível reduzir Informação a Documentação?

Eles ampliam o olhar para sairmos da visão custodiadora e tecnicista do documento para olharmos o processo informacional que é resultado materializado dos fenômenos humanos e sociais.

O que caracteriza essa ruptura está contido nos conceitos, assim, esboçam o conceito de informação como:

[...] um conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num suporte material qualquer (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionadas. (RIBEIRO; SILVA, 2002, p. 37)

A continuidade desse pensamento ocorre quando os autores supracitados (2002) constatam que o registro material ou físico torna possível a existência da informação, porém não a faz ser, ou seja, sua essência é de natureza social e psíquica, que reside na mente humana e por outro lado também reside na interação social com o ambiente em que vivem os sujeitos. De acordo com os autores, essa interação é representada por um código, a língua, essa característica é de natureza humana, faz parte natural, e é diferente do que a ação de materializar num suporte externo físico.

O exemplo disso pode ser: um grupo de amigos conversam entre si, assim, nesse diálogo, produzem informações para se comunicarem, tal comunicação é

realizada pela fala, esse código (língua) faz parte deles, não necessita de nenhum meio externo para isso acontecer. Quando ocorre alguma intenção de ação para posterioridade, então externaliza-se em algum suporte físico, por exemplo, faz uma fotografia do momento.

A partir desse ponto que Ribeiro e Silva (2002, p. 42) sistematizam seis **propriedades intrínsecas da informação**, ou seja, as características que estão dentro da informação, nesse momento constroem teorias fundamentando a vertente pós-custodial:

- 1) **estruturação pela ação** (humana e social) - o ato individual e/ou coletivo funda e modela estruturalmente a informação.
- 2) **integração dinâmica** - o ato informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da ação.
- 3) **pregnância** - enunciação (máxima ou mínima) do sentido ativo, ou seja, da ação fundadora e modeladora da informação.
- 4) **quantificação** - a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente.
- 5) **reprodutividade** - a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e
- 6) **transmissibilidade** - a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável (RIBEIRO; SILVA, 2002, p. 43)

Uma outra contribuição está em Rendón Rojas (2005), ao argumentar que a informação tem sua fonte no mundo material, o conhecimento, por sua vez, provém do sujeito, e para isso fundamenta-se na teoria psicogenética de Piaget, em que o conhecimento é algo construído pelo indivíduo com base na assimilação, integração e reorganização das estruturas que permitem interpretar o mundo e interagir com ele.

Para o autor supracitado Rendón Rojas (2005), o mundo faz-se ausente de sentido, quem confere tal sentido e significações são os seres humanos, por isso este se constrói de sentido e valores. Nesse processo é necessário identificar a existência de valor, que vem com o questionamento se o objeto desejado (as ações humanas) permite o desenvolvimento do homem, não o individual, mas o comunitário. Essa abordagem evidencia uma relação com o paradigma social da CI.

Dentro desse viés epistemológico social, os efeitos da ação de informar mostram que conforme o ser humano recebe informação, ele também informa, esse processo é cíclico e determinante sobre o que será a informação para a Área, assim menciona Araújo (2014, p. 24-25, grifo nosso):

[...] os seres humanos em suas diferentes ações no mundo (produzir pesquisa científica, construir sua identidade, monitorar o ambiente mercadológico, testemunhar direitos e deveres, etc.), produzem registros materiais, documentos – eles in-formam. **É essa ação de produzir registros materiais que é a informação, que é o objeto de estudo da Ciência da Informação.** A Ciência da Informação não estuda a ação administrativa, política ou cultural em si mesmas, mas apenas naquilo que elas têm de informacional.[...] Ao mesmo tempo, ainda, os seres humanos, também em suas diferentes ações (tomar decisões de investimentos, testemunhar determinados direitos, comunicar-se com os outros, etc.), **utilizam esses documentos**, esses registros materiais – os seres humanos se in-formam. É também **essa ação de utilizar, se apropriar dos registros de conhecimento** que é a informação, e que é também objeto de estudo da CI.

Para que seja possível, portanto, fazer uso da informação, o campo da Organização do Conhecimento (OC) oferece vertentes teóricas e práticas, pois é uma atividade que existe desde há muito tempo:

Remonta à Antiguidade a preocupação do homem em organizar o conhecimento, no intuito de categorizar ideias e fornecer subsídios à perpetuação da memória social. Nesse sentido, Aristóteles, Porfírio e Bacon, dentre outros, envidaram esforços efetivos para a sistematização de um conhecimento existente, aspectos que forneceram as bases filosóficas para que, já na Contemporaneidade, com a explosão documental, se pudesse ir além, voltando esforços para a organização e a posterior representação de um conhecimento registrado, como subsídio à construção de novos conhecimentos, como se verifica na obra de Harris, Dewey, Otlet e La Fontaine, Ranganathan, Cutter, Kaiser e tantos outros. (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012, p. 12).

A CI, enquanto área participativa do fluxo da informação e conhecimento, realiza esforços para que os conceitos de seus campos possam estar alinhados e existirem, dessa forma verifica-se que, no que tange à OC, recuperamos aqui duas visões que se complementam para esse sentido de alinhamento. Na primeira os autores entendem que a disciplina da OC é dedicada ao estudo e desenvolvimento dos:

[...] **fundamentos e técnicas da** planificação, construção, gestão, uso e avaliação dos sistemas de descrição, catalogação, ordenação, classificação, armazenamento, comunicação e recuperação dos **documentos criados pelo homem para testemunhar**, conservar e transmitir seus saberes e seus atos, a partir de seu conteúdo, **com o objetivo de garantir sua conversão em informação capaz de gerar novos conhecimentos.** (ESTEBAN NAVARRO; GARCÍA MARCO, 1995, p.149, tradução nossa).

Já na segunda conceituação, Hjørland (2008, p. 86, tradução nossa) argumenta em dois níveis seu conceito, no sentido específico que a OC “é sobre atividades como descrição do documento, indexação e classificação realizada em bibliotecas, bases de dados bibliográficos, arquivos e outros tipos de instituições de memória [...]”; no sentido amplo, o teórico argumenta se tratar de uma “divisão social do trabalho mental, ou seja, a organização de universidades e outras instituições para pesquisa e educação, estrutura de disciplinas e profissões, a organização social dos meios de comunicação, etc [...]”.

Ao analisar esses conceitos sob o ângulo da arquivística, verifica-se que a organização e a representação do conhecimento na área se encontra no âmbito específico, que ocorre por meio de dois processos nucleares: a classificação e a descrição. (TOGNOLI, BARROS, 2015). Ilustra-se na figura 2 tal perspectiva:

**Figura 2 - Processos Nucleares da OCA.**



**Fonte:** Elaborado pela autora com base em Tognoli e Barros (2015).

Na abordagem de Hjørland se evidencia, com tais aspectos, que o específico só existe em detrimento do amplo. Por conseguinte não existiria o sentido específico se não houvesse o amplo. Dessa forma coloca-se em destaque que a CI ao dar:

“a importância de considerar o campo amplo da OC relaciona-se à questão sobre como a OC no sentido específico pode ser desenvolvida. [...] O sentido específico não pode desenvolver um corpo frutífero de conhecimento sem considerar a OC numa perspectiva ampla. Em outras palavras: não existe um ‘universo do conhecimento’ fechado que pode ser estudado pela OC isoladamente de todo o estudo das outras ciências da realidade.” (HJØRLAND, 2008, p. 87, tradução nossa).

Esse desenvolvimento que o autor argumenta pode ser compreendido enquanto uma base que permeia as ações metodológicas ou teóricas que irão incidir nas práticas dos campos da CI : Arquivos, Bibliotecas e Museus. Assim nota-se que é preciso considerar, portanto, o sentido amplo para que as áreas da CI possam ter progressos e confluências na perspectiva da OC.

Mas quais são as áreas do sentido amplo que o sentido específico pode receber contribuição? Ou, em outras palavras, ao abordar este trabalho na ótica da Arquivística, que tem seus processos nucleares condizentes nas teorias da OC, o que do campo amplo poderia contribuir para o objeto do trabalho aqui exposto (no caso a organização e representação das linguagens orgânicos-funcionais por meio da padronização terminológica)?

Hjørland (2008) menciona algumas disciplinas no sentido amplo enquanto principais, dentre essas, tem-se a linguística. Dessa forma, para responder o enunciado acima, vale-se dessa disciplina, uma vez que os documentos na arquivística só existem porque há a linguagem na sociedade, caso contrário, não haveria a linguagem materializada nos documentos de arquivo. Ao recuperar essa relação do quanto o amplo está inserido no específico, torna-se possível recuperar aspectos que contribuam para a área da Arquivística. E nesse sentido a linguagem é uma delas.

Ao relacionar essa importância da linguagem na Arquivística, nota-se que as linguagens estão contidas nas funções nucleares da OCA - a classificação e a descrição. Verifica-se que esse processo todo alimenta o próprio sentido amplo do conhecimento arquivístico, uma vez que a linguagem, enquanto disciplina, irá organizar a realidade humana, posteriormente ela é materializada em documentos que nascem em decorrência de funções específicas nas organizações, esses registros são classificados e descritos para ser possível seu acesso à informação

orgânica, e com esse acesso o ciclo torna-se contínuo. Essa abordagem encontra-se ilustrada na figura 3:

**Figura 3:** Sentido amplo e específico da OC: Da linguística às atividades da OCA para o acesso à informação



**Fonte:** Elaborado pela autora com base em Hjørland (2008, p. 86-87).

Para Hjørland, a linguística (que é a área de estudo da linguagem) é uma das disciplinas constituintes para se organizar a realidade/conhecimento social, nesse sentido o mesmo aspecto é materializado nos documentos arquivísticos, porém verifica-se que depois que a informação orgânica registrada passa pelos processos da OCA, obtém-se uma nova representação da linguagem, condizente com a função que originou o documento: o plano de classificação e os guias/catálogos/inventários.

Ressalta-se aqui que um dos elementos que poderá complementar essa representação com uma padronização atuará enquanto um ponto de acesso complementar. Antes de aprofundar tal aspecto, recupera-se a seguir as ligações conceituais entre os fatores linguagem e conhecimento, que são insumos para tornar possível o acesso à informação na Arquivística, pois de acordo com Bufrem, Arboit e Sorribas (2012, p. 267), “não se pode ter acesso à informação e, logo, ao conhecimento, sem o intermédio da linguagem.”

Para Fogl (1979, p. 21 *apud* BRASCHER;CAFÉ, 2008, p. 3), a informação “compreende uma unidade de três elementos: 1. Conhecimento (conteúdo da informação); 2. Linguagem (um instrumento de expressão de itens de informação); 3. Suporte (objetos materiais ou energia).”

Com essa exposição é dada uma visão holística ao conceito de informação e mostra que o conhecimento é o próprio conteúdo da informação.

Em razão da língua ter sua natureza ligada ao contexto social-histórico, Cintra e colaboradoras (2002, p. 20) a conceituam enquanto um “sistema-estrutura de valores e formas”. Estes “não são construções particulares de um indivíduo; são antes o resultado de todo um contexto sócio-histórico que determina as condições de produção do discurso.” (CINTRA et al 2002, p. 22). Por ser de natureza de tal desdobramento em nível social, torna indispensável para a manutenção da história, o que garante aos seres humanos grandes potencialidades de vivência, ao ter o acesso para as atividades de seus contextos específicos.

Para exemplificar, a informação registrada, notadamente, é um produto do discurso humano, mais amplo, é também um sistema de símbolo<sup>6</sup>, já que o “sistema de símbolo, orais ou escritos, mais importante na troca de informação é, sem dúvida, a língua. Os recursos linguísticos são usados para identificar, ordenar e relacionar os signos e os símbolos contidos nos registros [...]” (SILVA et al, 1999, p. 26).

O que se infere a partir de tais enunciados é que como a linguagem é origem e causa das relações humanas em suas atividades, ao refletir sobre a questão do acesso ao conhecimento produzido em contextos específicos (do campo da Arquivística) por meio da informação registrada, determina-se que nesses ambientes informacionais o acesso ocorre mediante uma linguagem própria para aquele fim, ou

---

<sup>6</sup>Para McGarry (1999, p.13), “o aspecto fundamental a respeito de símbolos é que são representações, culturais construídas e aceitas, de coisas, idéias e aspirações. Seus significados dependem inteiramente do grupo social que os utiliza”.

seja, uma ligação para comunicar o documento, por isso denomina-se linguagem documentária.

Nesse sentido, se é para comunicar o documento e este varia entre diferentes contextos, nota-se que as Linguagens Documentárias (LDs) re-apresentam o conteúdo informacional por meio de uma nova construção, ou seja, aquilo que se pretende comunicar será dito de outra forma, dessa vez padronizado e sintetizado, pois teve um tratamento, uma análise com objetivo de dar condições ao acesso.

Ressalta-se, porém, que as LDs só existem devido a uma grande quantidade de documentos, isso justifica a ocorrência de seus estudos na CI na década em que houve crescimento dos saberes científicos e tecnológicos. Visto que as LDs são, portanto, uma nova apresentação dos conteúdos documentais, é de sua natureza comportar diferentes elementos dos seguintes campos da Linguística: léxico, vocabulário, nomenclatura e terminologia. (CINTRA et al, 2002). Para construir uma LD parte-se do princípio que deve haver uma necessidade específica, pois o contexto é que norteará todo processo de análise documental para as atividades da representação da Linguagem Natural (LN) para LD.

Esse foco de olhar para um contexto específico, dentro das questões de representação da informação, é uma característica da visão pragmática, que Hjørland (2008) cita nos estudos sobre o uso dos conceitos. Tal visão se aplica no campo LDs na medida em que representar assuntos envolvem mutuamente a organização de conceitos destes. Assim, para cada tipo de conhecimento específico, um tipo de LD é inserida.

Dentre os tipos de LDs, mensuram-se os sistemas de classificação e o tesauro, “as diferenças entre esses dois tipos de LDs reside na maior ou menor grau de reprodução das relações presentes na LN e no universo de conhecimento que se pretendem cobrir.” (CINTRA et al, 2002, p. 29). A autoras complementam que a ação de representar determinados universos do conhecimento para os usuários não dá às LDs condição de substituir o conteúdo documental, mas de atuar enquanto uma ferramenta representativa/indicativa.

Nesse sentido, entende-se que uma sugestão para a padronização terminológica na Arquivística são os tesouros funcionais para atuarem enquanto ponto complementar de acesso, aspecto este que será fundamentado no próximo subtópico.

### 3.2 Os tesouros funcionais enquanto um instrumento de padronização terminológica para o acesso ao conhecimento arquivístico

Considera-se complexo o processo da representação do conhecimento, visto que o problema de como recuperar informações ocorre em diversas áreas do saber humano. Verifica-se que essa característica não se restringe e nem encontrará solução “ideal” apenas no âmbito da Arquivística. Sabe-se que é, antes, essencialmente, um problema de diversas áreas e que existe desde que a produção do registro das ações humanas teve início, desde então, tão tarde não cessa. Ao contrário, com as Tecnologias de Informação e Comunicação presencia-se uma produção cada vez maior.

Para tal situação, dentro de um viés específico na área da CI, nota-se que houve, durante um período, ênfase em produzir e difundir informação, deixando os processos de gerir e administrar em segundo plano, aspecto que evidencia necessidade de aprofundamentos:

É possível considerar então, que os problemas atuais para a gestão e preservação de documentos de todo o tipo e em especial dos digitais, são testemunhos diretos de que os avanços obtidos nos últimos 50 anos, **foram sobretudo na capacidade de produção e difusão da informação, não tendo se verificado o mesmo avanço e progresso na administração e gerenciamento da produção intelectual do homem.** (FONTOURA, 2012, p. 215)

Na Arquivística, registra-se a preocupação de como atuar nesse contexto, por isso apresentam-se, neste subtópico, os instrumentos terminológicos para serem aplicados em âmbito da arquivística para cumprir um objetivo : ser ponto de acesso complementar na questão de *gerenciar* e *administrar* a informação, que são, antes, processos de organizar e representar o conhecimento arquivístico.

Nesse sentido, parte-se aqui da premissa de que as linguagens que serão padronizadas no Arquivo por meio do tesouro devem ser compreendidas enquanto representação da materialização de uma função do produtor documental.

A caracterização de função, ainda que englobe os elementos na área, pode ser complementada no que tange à razão de sentido. E qual é o sentido de Arquivo? Derrida, autor da filosofia, argumenta que cada coisa se torna portadora de diferentes significações, e no que tange ao arquivo, atribui seu sentido, de um lugar

com função de poder, ou seja, é portador de uma legitimação:

Como o *archivum* ou o *archium* latino (palavra que empregamos no singular, como era o caso inicialmente do francês "*archive*", que outrora era usado no singular e no masculino: "*un archive*"), o sentido de "arquivo", seu único sentido, vem para ele do *arkhêion* grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que comandavam. (DERRIDA, 2001, p.11).

Torna-se vital discutir essa relação, porque para se pensar em questões de ferramentas de padronização terminológica do conhecimento ali contido, antes, é necessário compreender o sentido que fez com que o conhecimento fosse produzido e tivesse um lugar próprio para sua existência.

Verifica-se, portanto, que na concepção de Derrida, ao atribuir o sentido de arquivo enquanto lugar dotado de poder, fa-lo por meio da desconstrução do próprio termo que dá origem à palavra arquivo, "*Arkhe*, lembremos, designa ao mesmo tempo, o começo e o comando." (DERRIDA, 2001, p.11). Assim, em sua visão, se arquivo vem de um termo que designa começo, o filósofo compreende que aquilo que é tido como começo contém um sentido de comando.

Visto essa concepção em detrimento de uma abordagem mais pragmática (que une ação, documento, poder devido à função), o sentido e a função dos arquivos são materializados em documentos que logo também serão dotados como ferramentas para um comando, poder, ou controle de uma ação. Por exemplo, a ação de um secretário da saúde de uma determinada cidade é materializada em um documento, que tem caráter público e oficial, denota poder, pois quem fez tem uma função de ser alguém legítimo – que tem as qualidades da lei para ser quem é, e conseqüentemente, para realizar o que lhe cabe ali, situação portanto que pode ser vista como uma situação de poder.

O arquivo, visto desse ângulo, num prisma de sentido, é também abordado por Monteiro (2014, p. 319), quando recupera, além de Derrida, Foucault, e os insere como "expoentes da filosofia, nessa nova linha de análise do conceito de arquivo", destacando que as abordagens de tais autores:

São exemplos de reflexões que começam a repensar o papel do arquivo na dinâmica social, deixando de lado as análises que tendem a naturalizar o processo de construção e conservação documental e lançam mão de uma discussão mais crítica, abordando, por exemplo, indagações em relação à etnografia dos documentos, como em que medida os documentos e os arquivos controlam e/ou libertam

indivíduos, grupos, sociedades [...] são análises que pretendem localizar **o arquivo como lugar de produção de narrativas e legitimação de discursos, partindo do pressuposto de que a acumulação de documentos não se dá de forma neutra**. As práticas arquivísticas são revestidas de intencionalidade e racionalidade, produzindo um arcabouço documental que irá servir a determinados interesses. (MONTEIRO, 2014, p. 319-grifo nosso).

Em síntese, o arquivo enquanto um lugar com sentido de poder/legitimação é provido de interesses e intenções, portanto os documentos não são neutros, eles são materializações de uma função específica no contexto que o foi produzido. Nesse âmbito, os documentos de arquivo têm função administrativa e somente depois de cumprido tal aspecto é que virão outras funções, como, por exemplo, o sentido cultural.

Com isso, Rodrigues (2010, p. 186) aborda que o documento só será de arquivo “se os vínculos de proveniência e organicidade se preservarem autênticos em seu conteúdo”, e complementa que:

[...] hoje o conceito de documento é mais amplo do que no passado, porque se passou a entender que ele reflete a própria complexidade do seu ambiente de produção, e que para analisá-lo é necessário compreender a lógica de funcionamento do órgão que o produziu.” (RODRIGUES, 2010, p.180).

Essa compressão da lógica do funcionamento do órgão que produziu o documento deve ser a base para os aspectos de padronização terminológica da organização e representação do conhecimento arquivístico.

O que será representado no contexto arquivístico são dois aspectos: vínculo/organicidade e função de sua origem, pois “o documento de arquivo tanto resulta como registro de uma determinada ação, como registra ações que provocam outras ações” (BELLOTO, 2010, p. 162) . Esse aspecto deve ser recuperado, uma vez que a padronização terminológica somente ocorrerá depois dessa etapas da OCA realizado.

Deve ressaltar também que dentro da ação que é representada mutuamente estão ancoradas as cinco peculiaridades dos documentos de arquivo: **1)** imparcialidade (criação) - que foi criada para o atual estado da presente ação e não para a posterioridade, **2)** autenticidade (procedimento) - que o configura em relação de um procedimento regular estrutural, **3)** naturalidade (acumulação) – em que se

acumula naturalmente, pois é o curso fluido das ações nas organizações, **4)** organicidade (pois se relaciona com os demais documentos criados na mesma atividade) e **5)** unicidade (no conjunto) – perpassando que cada ação é única, logo cada conjunto documental também será. (BELLOTO, 2002, p. 25)

Para representar a informação arquivística, precisa-se de uma ferramenta, de algo próprio àquele fim, neste trabalho intitula-se de instrumento, devido ao conceito deste, que é operar a execução de uma tarefa em especial: permitir que o conhecimento arquivístico esteja acessível.

Nesse sentido, quais são os instrumentos de representação e organização da área conhecidos e desenvolvidos? E quais destes possuem em sua essência esses dois aspectos: representar vínculo/organicidade e representar função?

Entende-se que tais instrumentos são os planos de classificação funcional e os guias, séries, catálogos e inventários, os quais são resultados das atividades de classificação e descrição:

[...] a Arquivística tem o arranjo e a descrição dos documentos de arquivo como processos complementares e nucleares de sua teoria e prática, com o objetivo de classificar, ordenar, descrever e fornecer acesso aos documentos. Estes processos têm objetivos específicos, dividindo um objetivo em comum: representar o conhecimento arquivístico. (TOGNOLI, 2012, p. 3)

Para ampliar a importância desses instrumentos, relaciona-os com as sete funções arquivísticas abordado por Rousseau e Couture (1998), sendo portanto: criação, avaliação, aquisição, classificação, conservação, descrição e a difusão, pois compreende-se que para cada função da área reside um meio de realizar aquilo, ou seja, reside um instrumento para cada atividade dentro da arquivística. Mas convém lembrar que segundo os autores supracitados:

[...] não se trata aqui de estabelecer distinções entre os arquivos correntes, os intermediários e os definitivos. Com efeito, as funções **devem ser abordadas de modo a cobrir o conjunto de princípios, dos métodos e das operações que se aplicam à organização e ao tratamento dos arquivos**, independente da idade destes. (ROUSSEAU; COUTURE 1998, p. 265, grifo nosso)

A função de criação está ligada ao contexto que gera o documento, que se faz enquanto evidência dentro da perspectiva humana a necessidade de se comunicar por meios de registros, nesse âmbito o fator representativo não está em razão de ser um instrumento, mas é antes a externalização do ato para uma

determinada atividade.

Reunidos os documentos, recuperado seu contexto de organicidade e funcionalidade, cabe a função da classificação, uma realização essencialmente de viés representativo e organizativo do conhecimento, que dará base a todos outros instrumentos para recuperação da informação. Nessa etapa o instrumento é o plano de classificação.

A classificação é um elemento importante para a transparência e o compartilhamento de informações, que são caminhos seguros para a tomada de decisões, para a preservação da memória técnica e administrativa das organizações contemporâneas e para o pleno exercício da cidadania. Ela é uma atividade reconhecida, pela maior parte dos autores que tratam da questão, como matricial. (SOUZA, 2002, p.5)

No contexto múltiplos de atos, constituindo as massas documentais, situa-se a função da avaliação - enquanto uma atividade que em detrimento do excesso age para verificar o valor de cada documento para aquele contexto, num prima significativo do que deverá ser preservado. Nessa função reside o instrumento: Tabela de Temporalidade de Documento, realizado em comissões de profissionais. A característica desse instrumento é de caráter organizativo e representativo.

No que tange a função da aquisição - verifica-se enquanto uma forma de integrar aos conjuntos documentais mais documentos que têm relação com estes, aqui opera um instrumento de caráter de gestão.

Coexistindo com todas as funções, a conservação tem um caráter de preservação também, porém é um aspecto mais ligado à questão física, seja do documento em papel ou documento digital.

A função da descrição - ocorre em grande medida nos conjuntos documentais que foram avaliados e possuem valores históricos e culturais, ou seja, esse caso ancora-se na questão de permanência, enquanto algo que foi categorizado para servir a alguma futura ação. “Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram.” (LOPES, 2002, p. 15). O autor ainda sistematiza nessa etapa da descrição quais instrumentos representativos são elaborados, conforme o quadro:

### Quadro 5 - Tipos de instrumentos de pesquisa.

NIVEL	BASE DA DESCRIÇÃO	INSTRUMENTO
instituição	conjuntos documentais amplos	guia
fundo, grupo, coleções	Séries	inventário
Séries	unidades documentais	catálogos
unidades documentais selecionadas pertencentes a uma ou mais origens	assunto, recorte temático	catálogo seletivo; índice

**Fonte:** Lopes (2002, p. 25).

Nessa função de descrição, o sentido da organização e representação do conhecimento é vital por duas questões - apresenta-se enquanto um caminho da busca ao conteúdo informacional e ao mesmo tempo coopera para uma visão holística do arquivo, já que é uma síntese de tantos documentos ali reunidos.

A função da difusão relaciona-se também com conjuntos documentais de valores históricos e culturais, mas tem outra relação no que tange os instrumentos.

A difusão tem sido pouco explorada na área, sinalizando uma necessidade de estudo. A função da difusão é abordada dentro da literatura da área, permeando o viés cultural que existe em sua essência, nesse sentido, “*Más allá de su misión tradicional em el setor especializado de la investigación histórica profesional, los archivos tienden a convertirse em verdaderos divertimentos culturales*” (HILDESHEIMER, 1984 *apud* MUNDET, 2001, p. 364).

Dessa forma, os instrumentos de organização e representação do conhecimento, pode-se citar “as publicações culturais. São as monografias e as revistas de caráter histórico, os boletins de informação, as revistas culturais regionais e as edições de texto.” (BELLOTO, 2014, p.139).

Mundet (2001, p. 368-369, *tradução nossa*) aborda que para promover o arquivo no sentido cultural são apresentados cinco aspectos. Destes, compreendemos o um e o dois como instrumento representativos do arquivo .

- 1) folhetos publicitários (informação geral sobre arquivo, seus fundos e serviços);
- 2) Boletim Informativo (publicação periódica sobre as atividades do arquivo, destaca aspectos mais importantes de novos fundos incorporados, ou temas de investigação, etc);
- 3) O uso dos meios de comunicação (sempre que acontecer algum acontecimento relevante entre as atividades do arquivo, tais como conferências, mesas redondas, jornadas, etc);
- 4) As visitas guiadas (também servem para aproximar os arquivos dos cidadãos e mostrar os serviços oferecidos);
- 5) O toque personalizado do arquivista (tem uma incidência fundamental na imagem que se projeta). As relações com os usuários no aspecto externo em forma de colaboração com associações culturais, científicas e com publicações, oferecendo instalações para o lançamentos de livros, a colaboração com oficinas

de turismo, convocação de prêmios de investigação, essas são algumas ações básicas para difundir o arquivo.

Inerente a todas essas questões de quais são os instrumentos, vale esclarecer quem são os utilizadores desses instrumentos. Nessa perspectiva, deve-se ter em mente para quem será desenvolvido, enquanto subsídio ao trabalho do arquivista ou enquanto ponte de acesso à construção do conhecimento do usuário (cidadão/pesquisador).

Parte-se do princípio de que, mesmo sendo para o trabalho do arquivista, este o faz de um modo geral para o usuário, portanto tal divisão é didática, pois, no fundo, a própria existência de qualquer forma de organizar e representar o conhecimento já contém em essência que será para um usuário. Denota esse viés social da perspectiva dos registros documentais em âmbito da arquivística, embora esse aspecto da Área deva ser mais centro de atenção, por enquanto, compreende essa visão de que, de forma geral, todas as atividades tenham sentido geral de ser para o usuário cidadão/pesquisador. O teórico Schellenberg (1984, p. 58, grifo nosso) sistematizou que existem dois valores sobre os documentos em âmbito público:

**valor primário** para a gestão de criação e **valor secundário** para outras instâncias e utilizadores. Os documentos públicos são gerados para realizar as finalidades para as quais um organismo foi criado: administrativo, fiscal, legal e operacional. Os documentos públicos são preservados em uma instituição arquivística definida, porque têm um valor que existirá por longo tempo, mesmo depois que cessam de ser do uso corrente e porque terão valores importantes para outros usuários que não os atuais.

Já Mundet (2001 p. 367-368) classifica o usuário em duas perspectivas: 1) usuários internos (membros da entidade do arquivo, seja uma administração pública ou organização) e 2) usuários externos (são os cidadãos e pode-se dividir em diferentes grupos - investigadores científicos, os aficionados, os estudantes, os cidadãos em geral).

O olhar da área para os usuários externos levou algum tempo, tendo sido verificado apenas em 1989 essa preocupação, que ocorreu no momento que surgiu pesquisas nessa temática. Essa tendência de se direcionar ao usuário é abordada por Ribeiro (2010) na dimensão pós-custodial, em que ela aborda que nas últimas duas décadas esforços ocorrem no intuito de se voltar o conhecimento para o

usuário. Passa-se do modelo de análise centrado no sistema para o de análise centrada no usuário.

Nessa perspectiva, com foco no usuário, seja ele do valor primário ou secundário, reflete-se aqui com base nos argumentos já iniciados: O Arquivo é um lugar de poder no sentido da lei, nesse fator está intrínseco que para tal é necessária a função, então o documento existe enquanto resultado da função, o conjunto disso tudo é compreendido enquanto OCA, que irá tratar essa massa documental para a perspectiva de acesso. Mas compreendendo também que, como Hjørland abordou, o sentido amplo da OC que contribui para o específico foi recuperado para a Arquivística, a linguagem, nesse aspecto, qual pode ser o instrumento que atenda a esse objetivo de padronizar a linguagem das atividades da OCA?

Especificando o contexto em que se originam os documentos arquivísticos, o objetivo dessa linguagem será ter um papel mediador que reflita as atividades orgânico-funcionais contidas nos registros, aspecto que está na natureza dos tesouros funcionais, os quais:

[...] possuem características que se aproximam do paradigma do usuário (sistema focado no usuário, isto é, a preocupação com as linguagens), ao comportar: relacionamentos entre descritores (principalmente relações de equivalência); base temática; o controle de vocabulário, ao contrário dos planos de gestão (planos ou quadros de classificação) que são orientados (focados) no sistema documental (nomeação estrutural ou funcional de unidades documentais). (AGUIAR; TALÁMO, 2012, p. 135)

O tesouro nessa linguagem funcional irá, portanto, controlar o vocabulário da sua função que deu origem ao documento. Nesse sentido, entende-se que as funções “delimitam e descrevem as atividades as quais produzem os registros” HURLEY (1993, p. 01). E para complementar o uso das funções, o referido autor argumenta que:

As funções diferenciam as agências (as agências de saúde diferem das agências de educação) umas das outras. Eles ampliam nossa compreensão sobre a natureza e finalidade de cada uma das diferentes agências (as funções educacionais incluem escolaridade, educação contínua, aprendizado e treinamento vocacional, educação universitária, educação de imigrantes e reestruturação industrial, mas excluem jardins de infância, pré-escolar e creche). (HURLEY, 1993, p. 01- tradução nossa.)

Ao representar a função e não o conteúdo de tais registros, o tesouro funcional agrega diferentes ações no sistema de informação arquivística:

[...] opera como índice de termos do plano de classificação; - opera como índice para encontrar séries documentais a serem eliminadas; -provê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia adotada pelo arquivo; - pode ser usado como ferramenta para ajudar o funcionário a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia-a-dia. (SMITH; KOBASHI, 2003, p. 45).

O seu campo de estudo está relacionado a área da Terminologia e da Linguística (AGUIAR; TALÁMO, 2012), visto que irá representar as funções por meio de termos a partir da análise do contexto funcional, resultando em uma linguagem documentária.

A linguagem enquanto aspecto de solução para os ambientes informacionais, onde residem de um lado as informações e de outro os usuários (sejam pesquisadores/cidadãos ou administrativos pertencentes à instituição), é também constituída como tema de outras áreas do conhecimento científico além da Arquivologia:

[...] o problema básico que configura os campos da arquivologia, da biblioteconomia, da documentação e da ciência da informação, nesse prisma, ainda vigora: para que uma informação possa cumprir seu papel no ciclo de produção, organização, disseminação e geração de novo conhecimento, isso é, para que seja socializada, é necessário que seja localizável e recuperável pelo usuário, o que é possível por meio de tratamento linguístico informacional adequado. (MOREIRA; DAVANZO; MORAES, 2015, p. 2).

O tratamento linguístico informacional pela ótica da Ciência da Informação traz contribuições para a Arquivística, não obstante, ainda que permeie a importância desse instrumento para a área, as configurações teóricas e metodológicas do vocabulário controlado para Arquivos têm sido pouco exploradas na literatura:

Na arquivologia, as discussões sobre aspectos teóricos e metodológicos da construção de vocabulários controlados ainda não são realizadas com a frequência e o aprofundamento com que são realizadas ciência da informação de modo amplo e na biblioteconomia e na documentação, de modo especial. Mesmo a terminologia arquivística referente a esses instrumentos de ORC ainda é incipiente. (MOREIRA et al, 2015, p. 2).

Entende-se, assim, que o caminho do usuário até a informação e como ocorrerá o processo – se resultará ou não em recuperação – será conduzido por

meio da linguagem, esta que trabalha com diversos elementos dentro da CI, norteados com a linguagem documentária. Segundo Cervantes (2009, p. 45), a linguagem documentária “deve organizar os conteúdos segundo os interesses de seus usuários a fim de lhes possibilitar a comunicação com o sistema de informação”. A relevância desse aspecto mediador deve nortear uma política de acesso informacional ao sistema, caso contrário, ficará incoerente, pois sendo o sistema para o usuário, a linguagem deve estar mediada para ele. A competência dos profissionais da informação é estarem atentos a essa dimensão, estudando, para isso, o perfil do usuário.

Realizando, portanto, uma síntese desses expostos, apresenta-se o quadro 6, que descreve as categorias: funções da arquivística, funções que são orientadas para organizar e representar o conhecimento, instrumentos para essa ação, utilizador do instrumento, e a relação que esses instrumentos têm com o tesouro funcional.

**Quadro 6 - Relação dos tesauros funcionais com os instrumentos da organização e representação do conhecimento.**

<b>Função da arquivística (Geral-descritas por Rosseau e Couture</b>	<b>Funções orientadas para organizar e representar o conhecimento arquivístico</b>	<b>Natureza ontológica da função</b>	<b>Instrumentos de organizar e representar o conhecimento arquivístico</b>	<b>Utilizador do instrumento</b>	<b>Relação com o tesouro funcional</b>
criação	-	administrativa/ burocrática		produtor	pode ser usado como ferramenta para ajudar o funcionário a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia-a-dia.
conservação	-	-preventiva			
avaliação	Avaliação	-organizativa -representativa	tabela de temporalidade	arquivista	opera como índice para encontrar séries documentais a serem eliminadas
aquisição	-	-gerenciativa -administrativa			
classificação	Classificação	-organizativa -representativa	plano de classificação	arquivista	opera como índice de termos do plano de classificação.
descrição	Descrição	-organizativa -representativa	-guia -inventário -catálogo -catálogo seletivo; índice	usuário	provê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia adotada pelo arquivo
difusão	Difusão	-organizativa -representativa -educativa	-folheto publicitários -boletim informativo -publicações culturais -monografias -revistas culturais e regionais -edições de texto	usuário	provê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia adotada pelo arquivo

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos teórico Rosseau & Couture (1998); Lopes (2002); Belloto (2014); Mundet (2001); Smith; Kobashi (2003).

A característica da crescente produção do conhecimento arquivístico no cenário das TIC é de um ambiente complexo devido aos processos da aceleração dos recursos físicos, mas principalmente digitais. Refletir sobre as formas de como representar tal conhecimento com instrumentos terminológicos é de importância para o acesso informacional. Dentro dessa perspectiva, os tesouros funcionais, ao ser campo de estudo dentro da área, condizem como uma ferramenta complementar de solução aos problemas de acesso à informação orgânica.

Considera-se que, num prisma pragmático, com o desejo de encontrar soluções para tal acesso, deve-se antes lembrar que a essência dessas informações é o próprio conhecimento, dessa forma torna-se coerente também buscar arcabouços teóricos na disciplina que está ancorado nesse mesmo desejo de soluções e que se faz pelo caminho da organização e representação do conhecimento: a Biblioteconomia.

Para compreensão de como essas disciplinas se apoiam em organizar e representar o conhecimento, há algo que as une enquanto premissa de qualquer processo de acesso: o ato de classificar. Tomemos essa tarefa enquanto núcleo na dimensão preliminar do acesso. Ao tomar nota do conceito desse termo, Albuquerque (2015, p. 22- grifo nosso) argumenta que tal atividade:

se caracteriza pelo processo de agrupar e dividir o conhecimento por suas semelhanças, dispor as informações de modo que suas relações de analogia se sobressaiam, para que as ciências, o saber ou documentos possam ser apreendidos de forma precisa. **A classificação é um fenômeno social e nela cada fato impulsiona a criação de novas formas de classificação entre os seres e os saberes.** Dessa forma, as ações apresentadas no domínio das relações sociais são atos classificatórios.

Para aproximar a relação tesouro e classificação, nota-se que essa caracterização, enquanto fenômeno social, desencadeia posteriormente novas classificatórias, assim, no que tange aos saberes da informação orgânica, essa nova forma de criação se materializa nos tesouros funcionais, que irão dentro dessa perspectiva ser pontos de acesso complementar.

Entende-se com isso que os tesouros funcionais só existirão depois do processo da classificação.

Na Biblioteconomia há também o uso dos tesouros posterior à classificação, mas há divergência do conhecimento que é representado, pois “em uma dimensão abstrata, as classificações bibliográficas classificam assuntos e as classificações

arquivísticas classificam ações” (SALES, 2016, p. 66)

Pelo fato das ações gerarem informação orgânica de natureza contextual e por isso única e legítima, as classificações desse tipo não serão universais:

Diferentemente das classificações bibliográficas, as classificações arquivísticas não podem ser universais em sua plenitude, pois os conhecimentos que elas organizam e classificam se referem a uma determinada entidade. Desse modo, enquanto as classificações de bibliotecas classificam assuntos enciclopédicos, **as classificações elaboradas no âmbito arquivístico classificam as ações da entidade.** Portanto, os conhecimentos que interessam a esses tipos de classificações são o funcionamento e a estrutura das entidades que produzem documentos. (SALES, 2016, p. 66, grifo nosso)

Para esse objetivo de classificar a função, tem-se os planos de classificação que “funcionam como instrumentos que permitem compreender como o fundo arquivístico foi concebido.” (SALES, 2016, p. 74). Referido autor sistematiza ainda um quadro que ilustra em análise comparativa as classificações bibliográficas e arquivísticas:

**Quadro 7** - Comparação entre as classificações bibliográficas e arquivísticas

<i>Variáveis</i>	<i>Classificações Bibliográficas</i>	<i>Classificações Arquivísticas</i>
Concepção	Atividade intelectual de formação de classes	Atividade intelectual de formação de classes
Conhecimento organizado	Enciclopédico	Pessoal ou institucional
Princípios teóricos	Teoria da classificação	Teoria da classificação
Elementos/termos	Designam assuntos	Designam ações
Relações	Subordinadas (gênero/espécie e todo/parte) Coordenadas (associativas)	Subordinadas (gênero/espécie e todo/parte) Coordenadas (associativas)
Representação	Códigos classificatórios	Códigos classificatórios
Resultados	Sistema de classificação	Plano de classificação
Uso	Organização de coleções e catálogos e localização da informação	Representação do contexto de produção da informação

**Fonte:** Sales (2016, p. 74)

O autor elabora essa sistematização com um olhar que amplia os estudos da classificação, mas é possível constatar alguns aspectos desse quadro. Em primeiro momento, na variável dos princípios teóricos, na classificação Arquivística, o que norteia não será a Teoria da Classificação, mas sim o princípio da proveniência. Na

variável elementos/termos, é importante frisar que as classificações Arquivísticas designam funções/estruturas. E por fim, na variável representação, não serão somente os códigos classificatórios que irão garantir o papel da representação, aqui nesse aspecto os termos de linguagens terminológicas desempenham um papel vital.

Com essa compressão, nota-se que, na ótica arquivística, será sempre a ação o elemento central que emana a energia criadora de documento e que por isso necessita ser representado (em termos de linguagem terminológica) na mesma forma que foi gerado.

Um teórico que argumenta sobre essa visão circular e espiral de ver o conhecimento representado pela linguagem é Ranganathan, um ser humano que por meio de seu espírito observatório e sensível transcedeu limitações do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação ao sistematizar saberes que revolucionaram a área e a mantêm atual até os dias hodiernos. Sua história profissional e pessoal se mesclam, pois muito de sua contribuição para o campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação tem influência de seu modo de viver, teve uma educação brâmane e formação em Matemática e em Literatura inglesa. Além desses aspectos profissionais, muitos o viam enquanto um mestre:

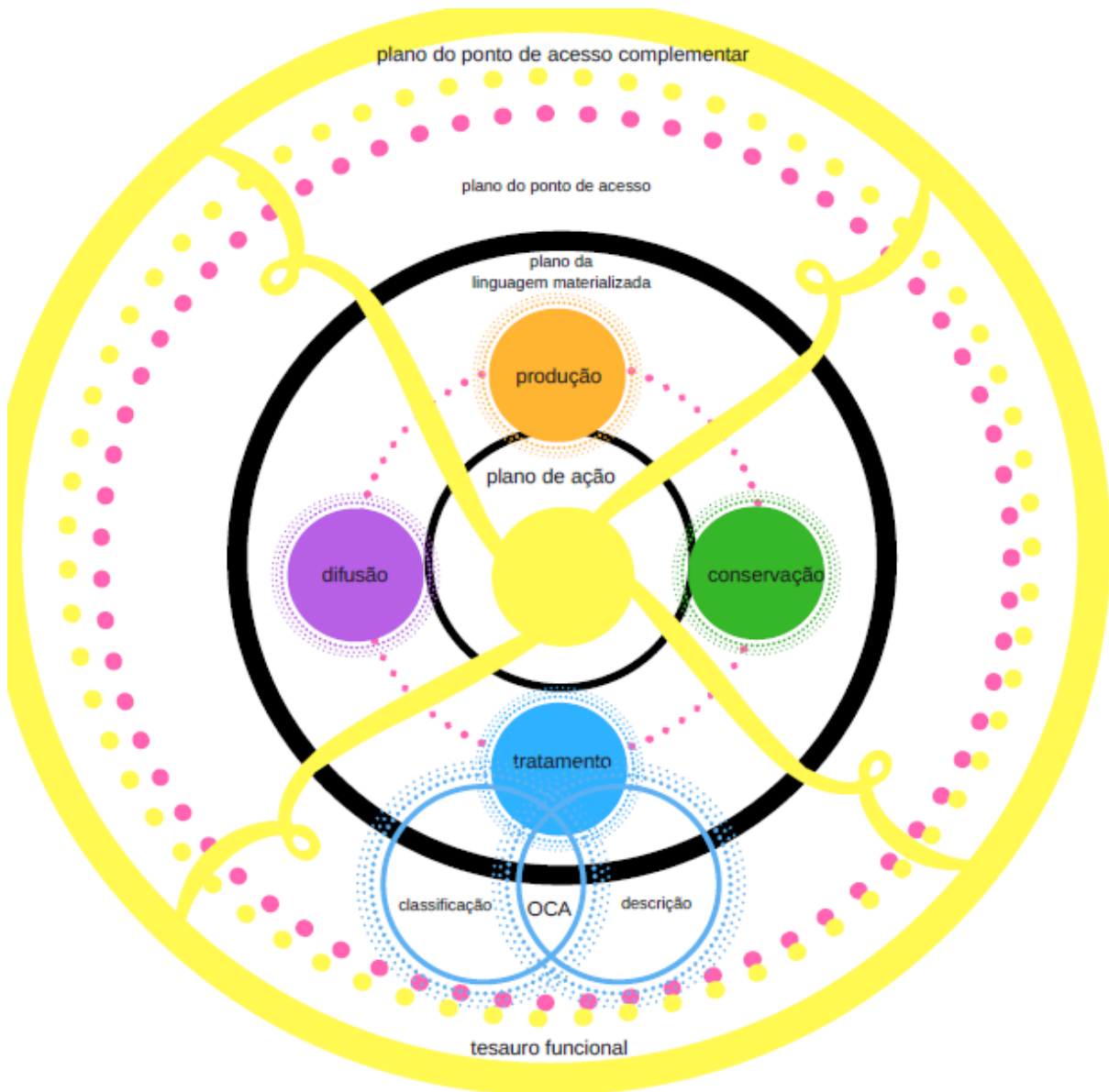
Muitos de seus seguidores viam a ele como um Yogui. Ele concentrava todo o seu corpo, sua mente e sua alma na disciplina da Biblioteconomia. Seus seguidores acreditavam que ele tinha abraçado esse preceito como uma parte da perfeição espiritual. (SESHADRI, apud GARFIELD, 1984, p. 152)

Outro aspecto que o torna referência são suas obras, pois há muitos escritos seus em Ciência da Informação e Biblioteconomia, mas a essência de sua teoria aparece em: *Five Laws of Library Science*, 1931; *Colon Classification*, 1933; *Prolegomena to Library Classification*, 1937; *Philosophy of Book Classification*, 1951; e *Elements of Library Classification*, 1962. (SEPULVEDA, 1998).

Sua teoria pode ser usada enquanto complementação do tema aqui abordado, pois é possível compreender esse universo da ação à representação (do centro à expansão) com uma analogia da Teoria Geral da Classificação de Ranganathan com a manifestação dos Cânones do 1) plano das ideias, 2) plano verbal e 3) plano notacional, que no conhecimento arquivístico se manifestam em 1) plano das ações, 2) plano da linguagem materializada, 3) ponto de acesso e 3.1) ponto de acesso complementar. Tal perspectiva encontra-se ilustrada na figura 4,

com comentários posteriores.

**Figura 4** - Mandala Arquivística: do plano da ação ao plano de acesso complementar



**Fonte:** Elaborada pela autora com base nas orientações de Rosseau e Couture (1998), Ranganathan (1967), Tognoli e Barros (2015), Smit e Kobashi (2003) e Aguiar e Talámo (2002).

A escolha da mandala se deve ao seu conceito, de que será o centro a energia criadora que permeia ascensões e que ao regressar ao centro novas ascensões ocorrem, tal dimensão acontece numa perspectiva crescente, contínua e espiral. Em outras palavras, a ação que parte do centro é representada para o acesso, e posteriormente, ocorrendo o acesso, tal representação irá incidir sobre a

forma como ocorrerão novas produções da ação.

No caso do conhecimento arquivístico no **plano das ações**, a ação destinada a ser cumprida é o que dará origem à função. Tudo nesse plano ainda é abstrato.

Posteriormente, com a delimitação da função, produz-se documentos das atividades realizadas, é quando a ação é materializada e ascende ao **plano da linguagem materializada**, nesse plano, cabem os aspectos que permeiam as informações orgânicas de Couture e Rosseu (1998) com a criação, conservação, tratamento e difusão.

Dada a ênfase de acesso por meio da OCA no tratamento, os processos nucleares são a classificação e a descrição (TOGNOLI; BARROS, 2015), que tornarão o solo fértil para o **plano do acesso**, nesse plano constroem-se os planos de classificação, os guias, séries, catálogos. Ou seja, o que tornará a ação recuperável para posteriormente ser realizada novamente, para gerar uma nova ação e assim por diante.

O que se acrescenta dessa analogia da teoria de Ranganathan, será a outra categoria, o **plano de acesso complementar**, que cumpre o objetivo de padronizar as linguagens orgânico-funcionais representadas pela OCA, que se materializam nos tesouros funcionais, representando qual foi a ação que deu a origem ao documento arquivístico, pois em comparação disciplinares “se os códigos das classificações bibliográficas informam onde o documento está, os códigos das classificações arquivísticas informam de onde o documento veio.” (SALES, 2016, p. 75).

Convém ressaltar que todos os pontilhados em forma circular da mandala representam a linguagem, porque como Hjørland (2008) salientou ela é uma das disciplinas centrais que organiza a realidade, e nesse sentido o conhecimento que a Arquivística se propõe a organizar é uma linguagem de caráter orgânico-funcional.

Nesse mesmo sentido da linguagem, Schueler (1932, p. 12-13) argumenta que ela “é um instrumento que confere sentido às coisas. Ao nomear o homem tira os objetos do caos indiferenciado da percepção, os revela, classifica-os e dá-lhes forma.”

Dessa forma, extrair do caos a informação orgânica com os processos nucleares da OCA é essencial e posteriormente utilizar os pontos de acessos complementares com o uso dos tesouros funcionais pode aumentar o nível de acesso à informação orgânica e alimentar passos para otimizar a produção do

conhecimento arquivístico, com parâmetros de uma padronização capaz de harmonizar a tão ideal busca de soluções de recuperação da informação na sociedade da “informação”.

Abordam-se, em seguida, os procedimentos metodológicos enquanto caminho para uma sistematização teórica da Arquivística Pós-custodial e metodológica dos tesouros funcionais.

## **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A importância da metodologia numa pesquisa científica salienta-se por seu caráter de viés condutivo e objetivo. A pesquisa científica concentra sua razão em construir conhecimentos a partir da existência de problemas. Mas deve-se ressaltar que “um problema é de natureza científica quando envolve proposições que podem ser testadas mediante verificação empírica” (GIL, 2010, p. 8). Por isso a escolha de um material documental para testar as proposições.

O caminho a ser trilhado para verificar as proposições a fim de atender ao objetivo estabelecido decorre de diferentes elementos de acordo com a causa e o que se pretende atender. Na presente pesquisa, busca-se desenvolver uma sistematização teórico-metodológica no âmbito de tesouros funcionais a partir da Arquivística como forma de padronização da linguagem -orgânico-funcional.

Portanto, neste subtópico, apresentam-se os procedimentos para alcançar esse caminho que será realizado por meio da análise de conteúdo. Inicia-se com uma abordagem histórica e conceitual desse método, posteriormente, exploram-se suas etapas e situam-nas com os parâmetros escolhidos na presente pesquisa.

### **4.1 Abordagem histórica e conceitual da Análise de Conteúdo (AC)**

A ação de analisar consiste na atividade de desmembrar um todo e vê-lo por partes, nesse sentido com o objetivo de obter compreensão para alguma nova ação posteriormente.

Ao realizar essa função em conteúdos, observa-se que é ampliada a compreensão de tais mensagens com maior rigor, o que possibilita novas descobertas. É dentro dessa perspectiva que a análise de conteúdo, enquanto método e técnica, ganha espaço nas metodologias científicas:

é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas a adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2003, p. 31)

De acordo com Bardin (2003), o seu surgimento ocorreu nos Estados Unidos, com âmbito inicial no campo jornalístico, e só houve maior impacto depois da

Segunda Guerra Mundial, quando se inicia a ênfase sobre investigação política, com a análise de mensagens da comunicação dentro da imprensa, com foco nas propagandas políticas:

Apesar de precedentes históricos, foi em 1927 que Harold Laswell começou a trabalhar com a análise de conteúdo, estudando a propaganda na Primeira Guerra Mundial. Nessa época a linguística e a análise de conteúdo não se conversavam, por mais que tivessem a linguagem como objeto de estudo semelhante. Em 1940 e 1950 o método de análise de conteúdo despertou interesse, o que levou a seu maior desenvolvimento (Richardson, 1999). Foi justamente nessas décadas que Berelson, auxiliado por Lazarsfeld, desenvolveu estudos mais aprofundados a respeito da análise de conteúdo (Bardin, 2006). Contudo, também outros estudos, tanto americanos como franceses, foram realizados no sentido de aprimoramento da técnica. (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 736)

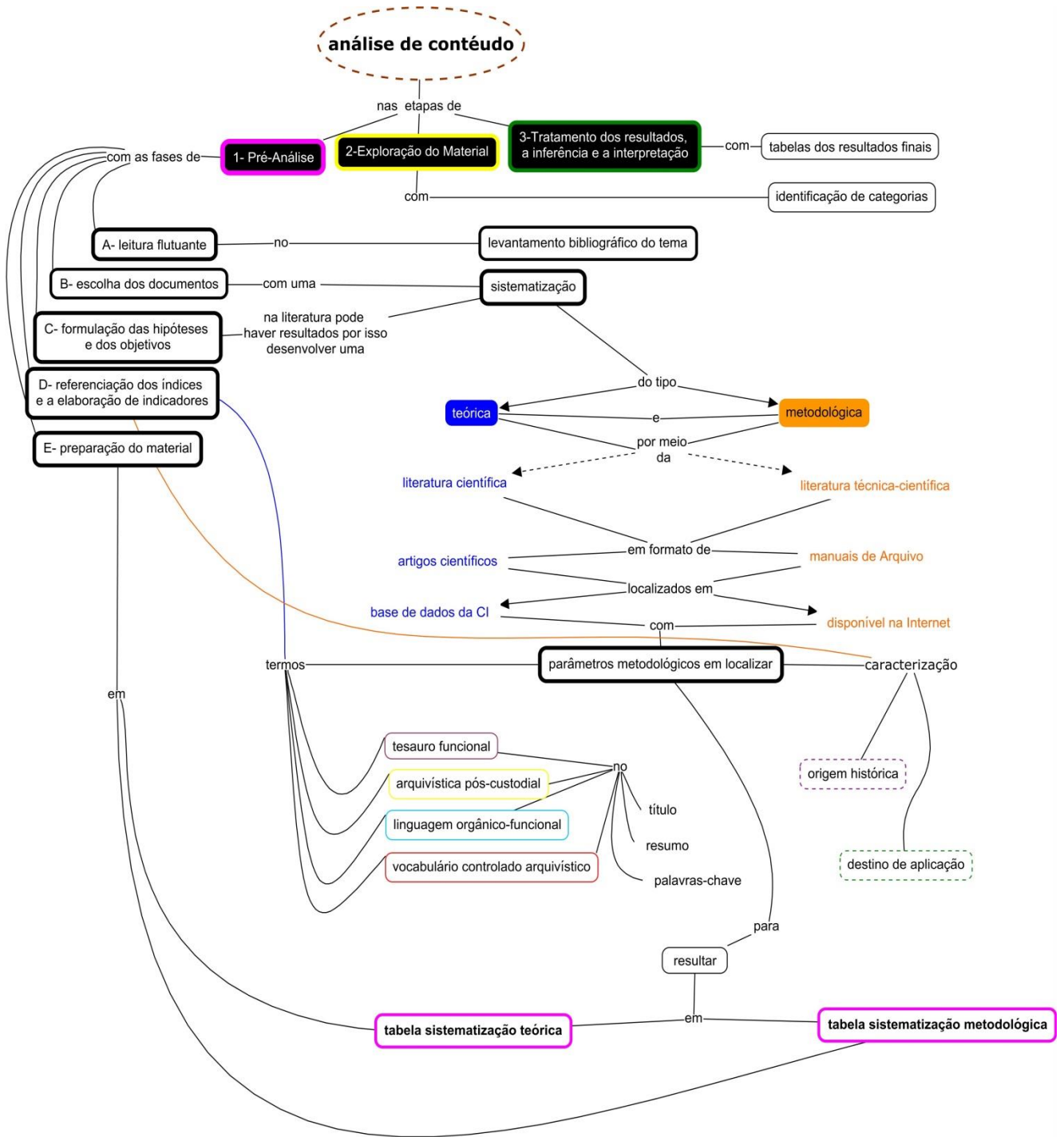
As razões de escolha desse método justificam-se pelo seu caráter investigativo com foco no rigor e nas descobertas, pois ao analisar o conteúdo há um enriquecimento da leitura, e então, com um novo olhar desperto, pode-se ver compreensões que levam a novas percepções. (BARDIN, 2003).

Como esse método é aplicado a comunicação, pois segundo Hanry e Moscovici (1968 apud Bardin, 2003, p. 33) “tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo”, no contexto da presente pesquisa, a análise de conteúdo pode satisfazer a resolução do problema, que é a busca de sistematização teórica e prática sobre como construir tesouros funcionais.

#### **4.2 Etapas da Análise de Conteúdo para compor e analisar o *corpus*.**

A seguir apresentam-se as etapas pelas quais é possível realizar a análise de conteúdo de acordo com Bardin (2003) a partir de um mapa conceitual, figura 5, que revela cada aspecto que a presente pesquisa seguiu:

Figura 5 - Etapas da metodologia por meio do mapa conceitual.



Fonte: Elaborada pela autora.

#### 4.2.1 Pré-Análise: composição do *Corpus*- Literatura Científica

A palavra compor vem do latim (*componere*), significa formar ou construir de diferentes partes ou de várias coisas.<sup>7</sup> O que se pretende a partir dessa análise é conduzir uma estrutura do que será realizado, dessa forma, para compor o *corpus* da pesquisa, ou seja, o universo a ser parte da solução do problema, tem-se enquanto elementos cinco categorias: 1) tema, 2) termos, 3) linguagem, 4) ano e 5) fontes.

O tema da pesquisa refere-se aos tesouros funcionais enquanto instrumento complementar que padroniza as linguagens do conhecimento arquivístico.

Essa abordagem com o objetivo de padronizar está ancorada na perspectiva de acesso, o que recorre à teoria da Arquivística pós-custodial, pois ela direciona seu olhar a não custódia, ou seja, formas que aquela informação possa estar disponível a seus usuários.

Dessa forma, delimitaram-se os termos para conduzir a pesquisa, extraídos do tema. Focou-se no título, palavras-chave e resumos dos artigos. A linguagem desse material foi definida de acordo com o aporte histórico de cada eixo, da arquivística pós-custodial originária da vertente europeia aos tesouros funcionais, atribuídos inicialmente pela Austrália e duas línguas em que a Ciência da Informação e Arquivística possuem solo fértil desenvolvido, assim delimitou-se os idiomas inglês, espanhol e português.

O espaço temporal da pesquisa foi delimitado no período de 2000-2016, pois compreende-se a partir do século XXI.

As fontes para serem coerentes com os demais elementos foram delimitadas no escopo da Ciência da Informação, que incluem também a Arquivística, dessa forma selecionam-se as bases, Academic Search Premier - ASP (EBSCO), Library and Information Science Abstracts - LISA (ProQuest); Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP); Web of Science - Coleção Principal (Thomson Reuters Scientific); SCOPUS (Elsevier) e a BRAPCI .

A tabela 1 apresenta o resumo da composição do *corpus* :

---

<sup>7</sup> DICIONÁRIO AURÉLIO (2009, p. 509)

**Tabela 1-** Metodologia para sistematização teórica para compor o *corpus* da pesquisa - Literatura Científica.

TEMA	TERMOS NO TÍTULO, RESUMO OU PALAVRAS-CHAVE	LINGUAGEM	ANO	FONTES
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Arquivística Pós-Custodial</li> <li>■ Tesouro Funcional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ tesouro funcional</li> <li>■ arquivística pós-custodial</li> <li>■ linguagem orgânico-funcional</li> <li>■ vocabulário controlado arquivístico</li> <li>■ tesouro funcional</li> <li>■ archivística poscustodial</li> <li>■ lenguaje orgánicos y funcionales archivística</li> <li>■ vocabulário controlado archivístico</li> <li>■ functional thesaurus</li> <li>■ post-custodial archives</li> <li>■ organic-functional language</li> <li>■ controlled vocabulary of Archival</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Português</li> <li>■ Espanhol</li> <li>■ Inglês</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ 2000-2016</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Academic Search Premier - ASP (EBSCO)</li> <li>■ Library and Information Science Abstracts - LISA</li> <li>■ Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)</li> <li>■ Web of Science</li> <li>■ SCOPUS (Elsevier)</li> <li>■ BRAPCI (Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação)</li> </ul>

**Fonte:** Elaborada pela autora.

#### 4.2.2 Pre-Análise: Composição do *Corpus*- Literatura Técnico-Científico

A arquivística enquanto uma área de aplicação dentro das organizações é fruto de uma sistematização teórica e prática milenar. Em decorrência dessa característica, é notável o desenvolvimento de sua literatura técnico-científica para dar parâmetros em como realizar as atividades da gestão documental, seu objetivo em existir.

Ao rever novamente o problema que norteia a pesquisa em identificar as **sistematizações teórico-metodológicas** que subsidiem a construção de tesouros funcionais, nota-se que a composição do corpus da literatura científica conflua na perspectiva de sistematização teórica, assim ampliou também para a sistematização metodológica com a literatura técnico<sup>8</sup>-científica da área.

<sup>8</sup> Técnica (do grego τέχνη, *téchne*, 'arte, técnica, ofício': portanto, a técnica confundia-se com a arte, tendo sido separada desta ao longo dos tempos) **é o procedimento ou o conjunto de**

**Tabela 2** - Metodologia para sistematização teórica para compor o *corpus* da pesquisa - Literatura Técnico-Científica

TEMA EM BUSCA DE MÉTODO	ORIGEM HISTÓRICA	ORIGEM DE APLICAÇÃO	FORMATO	CRITÉRIO
■ Tesouro Funcional	■ Austrália	■ Brasil	■ Manuais de como fazer	■ Disponíveis na Web, oriundos de Arquivos Públicos Nacionais ou Estaduais

Fonte: Elaborado pela autora.

A delimitação nos países de origem e de aplicação tem como base a justificativa histórica no primeiro e a pragmática no segundo. Ou seja, onde começou e onde será usada.

No tópico a seguir destacam-se os resultados da exploração do material, seguido dos seus tratamentos por meio de categorias representadas em tabelas.

## 5 RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÕES

Com os parâmetros metodológicos descritos no tópico 4, verificou-se que na literatura científica a incidência de recuperação dos termos ocorreu da seguinte forma: Tesouro Funcional: 3 (três trabalhos, com um não disponível na íntegra); Linguagem orgânico-funcional: 0 (nenhum trabalho); Vocabulário Controlado Arquivístico: 4 (quatro trabalhos); e Arquivística Pós-Custodial: 26 (vinte e seis trabalhos - destes, quatro não estavam disponíveis na íntegra, restando 22 (vinte e dois trabalhos).<sup>9</sup> Ao constatar o tipo documental dos trabalhos, delimitou-se apenas em artigos científicos (desconsiderando dissertações, teses, capítulos de livros e resenhas), ficando portanto com a seguinte estruturação:

Tesouro Funcional	Arquivística Pós-Custodial	Vocabulário Controlado Arquivístico
nenhum artigo	<b>12 artigos</b>	1 artigo

Nessa fase da pesquisa, com o objetivo de realizar uma sistematização teórica consistente, focou-se nas temáticas que houvesse maior incidência, dessa forma a análise de conteúdo foi realizada na temática da Arquivística Pós-Custodial a partir dos seguintes artigos:

1. BIZELLO, M.L. La valoración de documentos en las universidades portuguesas y brasileña. **Ibersid**. ene-jun 2016, Vol. 10 Issue 1, p. 87-93. 7p
2. JORENTE, M,J.V. Archives information publishing new design in post-custodial regime: The National Archives Experience Digital Vaults. **Information Services & Use** 31 (2011) 147–155
3. SOARES, A.P. A; PINTO, A.L; SILVA, A.M da.O paradigma pós-custodial na arquivística. **PÁGINAS a&b**. S.3, 4 (2015) 22-39
4. RIBEIRO, F. A arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

<sup>9</sup> Representada no apêndice 1.

5. PINTO, M. M. G de A. Uma era, uma visão, um paradigma: da teoria à prática. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património Porto**, 2005 I Série vol. IV, pp. 101-123.
6. ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015.
7. SILVA, L. E. F. Uma ruptura a-significante: o desconstruir-se a ideia de uma “nova ciência arquivística pós-moderna” sob uma ótica pós-estruturalista. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015. (termo no resumo, p-cave)
8. LEMOS, J. G. O.; NAKANO, N.; JORENTE, M. J. V. O paradigma pós custodial e sua representação no design da informação no sítio do arquivo nacional do reino unido? the post custodial paradigm and its representation in information design at the uk’s national archives sítio. **Liinc em revista**, v. 10, n. 2, 2014.
9. VIANA, G. F. R.; MADIO, T. C. C. A produção institucional na perspectiva arquivística - lei de acesso à informação e aproximações ? institutional production from an. **Liinc em revista**, v. 9, n. 2, 2013.
10. MASSON, S. L. M. A arquivística sob o prisma de uma ciência da informação. **Arquivística.net**, v. 2, n. 1, p. 85-103, 2006.
11. BRITO, D. M. A informação arquivística na arquivologia pós-custodial. **Arquivística.net**, v. 1, n. 1, p. 31-50, 2005.
12. LUZ, A. R. Psl - Ciência da Informação: projeto de *software* livre em ciência da informação. **Arquivística.net**, v. 1, n. 2, p. 43-52, 2005.

Desses artigos foram extraídos conceitos que abordassem a Arquivística Pós-Custodial, o que está sistematizado na tabela a seguir:

Tabela 3: Mapeamento geral Arquivística Pós-Custodial da literatura científica.

<p>1. BIZELLO, M.L. La valoración de documentos en las universidades portuguesas y brasileña. <b>Ibersid</b>. ene-jun 2016, Vol. 10 Issue 1, p87-93. 7p <b>(termo no resumo)</b></p>
<p>Em Portugal, a Universidade do Porto desenvolveu a gestão da informação tendo como base teórica o paradigma pós-custodial concebido pelos professores Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, publicado em uma série de artigos e livros, amplamente divulgados em Portugal e no Brasil. As reflexões propõem o método quadripolar, sendo os polos: o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico; a sua fundamentação científica embasa todo o trabalho desenvolvido em torno do documento/informação (4). <b>p. 91</b></p> <p>Os estudos e o fazer arquivístico sob a fundamentação pós-custodial de vertente portuguesa realizam um importante levantamento contextual da instituição objeto do estudo, procurando compreender sua estrutura administrativa (orgânica) e a legislação que rege os diversos aspectos da empresa ou instituição e da documentação produzida e recebida a ser organizada e tratada. <b>p. 91</b></p>
<p>2. J ORENTE, M,J.V. Archives information publishing new design in post-custodial regime: The National Archives Experience Digital Vaults. <b>Information Services &amp; Use</b> 31 (2011) 147–155 <b>(termo no título, resumo, palavra-chave)</b></p>
<p>The idea of a Post-custodial Archivistics was born in Quebec Canada. Louise Gagnon-Arguin linked the concept to post-modernity [21]. Just after, Carol Couture [22], Jacques Ducharme e Jean-Yves Rousseau also did it. Fernanda Ribeiro [23] and Armando Malheiro da Silva [24], Portuguese archivists, defend a post-custodial paradigm related to analyses of archives on current days too. Unlike the previous period, known for praising custody, patrimony and technicalities regarding Archives and Libraries, <b>the post-custodial paradigm does not depend on physical spaces and institutions created mainly since 1789</b> along with the administrative changes brought by the French Revolution: a model of institutional keeping and guarding public administration documents has become available for the sake of democratic ideals. Such paradigmatic model is attached to the building, the physical place, which according to Ribeiro [23] was a popular idea fuelled by the positivism. <b>p. 154</b></p> <p>The search for an independent identity constituted a new science field in the 1950s - Information Science (IS) - also marked by the parallel increase of informatics which deeply influenced the emergency of the shift theory: to post-custodial and informational scientific paradigm. <b>p. 154</b></p>
<p>3. SOARES, A.P. A; PINTO, A.L; SILVA, A.M da.O paradigma pós-custodial na arquivística. <b>PÁGINAS a&amp;b</b>. S.3, 4 (2015) 22-39. <b>(termo no título, resumo, palavra-chave)</b></p>
<p>o chamado paradigma pós-custodial, trazendo para a Arquivística mudanças epistemológicas, frente ao novo cenário de atuação. P.22</p> <p>O paradigma pós-custodial, emergente no final do século XX, possui uma perspectiva que coloca a Arquivística no campo da Ciência da Informação, pois entende que o objeto científico da mesma não pode mais ser o documento de arquivo, mas sim a informação. Por esse motivo, esse paradigma contrapõe-se ao paradigma custodial voltado para valorização do documento de arquivo de valor permanente. P. 22</p> <p>Silva (2006:18) menciona que “a mudança da perspectiva custodial e patrimonialista (fechada através da conotação como “tesouro”) para uma pós-custodial e aberta, dominada pela busca incessante dos conteúdos (informação)”, mesmo que pouco consistente, encontra sua origem nas ideias de Otlet e La Fontaine, os quais destacam a necessidade de acesso rápido e eficiente a documentação, ocasionando a ruptura na prática profissional com o surgimento de um novo perfil de profissional, o documentalista, mas que somente no século XXI configurou-se como um novo paradigma. P. 25</p> <p>Silva et al. (1999:210) expõem o processo histórico da Arquivística em três fases, a saber: fase sincrética e custodial, fase técnica e custodial e a fase científica e pós-custodial. A primeira fase, durante o século XVIII-1898, é marcada pelo surgimento dos arquivos históricos e a Arquivística surge ligada a Paleografia e a Diplomática, exercendo função de disciplina auxiliar da História; neste período surgem o princípio da proveniência e a noção de fundo. Na segunda fase, período de 1898 a 1980, ocorre a especialização profissional do arquivista, momento em que os arquivos administrativos passam a ser gerenciados com o controle e avaliação de documentos, em todo seu ciclo de vida. Por fim, na terceira fase, a partir de 1980, o arquivista é um profissional da informação, os arquivos passam a ser vistos como sistemas de informação, introduzindo, portanto, a Arquivística no campo da Ciência da Informação. (SILVA et al., 1999:210). P. 25</p> <p>Paradigma Pós-Custodial:          - Valorização da informação enquanto fenômeno humano e social, sendo a materialização num suporte um epifenômeno (ou derivado informacional); - Constatação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-se aquele no trinômio criação-seleção natural/acesso-uso e o segundo na antinomia efêmero/permanente; - Propriedade máxima concedida ao acesso à informação por todos</p>

mediante condições específicas e totalmente definidas e transparentes, pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação; - Imperativo de indagar, compreender e explicar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação; - Alteração do atual quadro teórico-funcional da atividade disciplinar e profissional por uma postura diferente sintonizada com o universo dinâmico das Ciências Sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação; e - Substituição da lógica instrumental, patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação”, pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade organizacional e, assim sendo, as práticas informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e atores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação, em vez de estabelecer ou impor regras operativas, compreender o sentido de tais práticas e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou) prospectivas mais adequada. P. 26-27

Schmidt (2012:184) comenta que no campo da Arquivologia existem diferentes perspectivas, sendo que algumas movimentam-se em direção do deslocamento da abordagem “tradicional” e “custodial”, preocupada com os documentos históricos e o suporte físico, para uma “pós-moderna” e “pós-custodial”, voltada para a informação e o processo de produção documental. P. 27

Denominação :Pós-custodial, pós-moderno, dinâmico, informacional, científico. Visão da Arquivística: Integrada ou contínua; interpretativa do contexto funcional. Objetivo da disciplina: Eficiência e eficácia administrativa, pelo uso da informação de alta qualidade como instrumento de apoio à tomada de decisões na instituição. Preservação: Custódia e preservação das informações pela necessidade de garantir o acesso público. Objetivo: Informação arquivística, arquivo como sistema de informação. Profissional: Gestor de informações orgânicas e, ao mesmo tempo, construtor da memória.

Acervo: Documentos tradicionais e digitais. Instrumentos: Gestão de processos de negócio, classificação e avaliação funcional, vocabulário controlado, normas de descrição; retomada dos métodos da Diplomática.(SANTOS, 2011:123')p. 28

Destacam-se, também, as considerações de Lopes (2000:115): a Arquivística Integrada busca o status de disciplina autônoma, levando ao desenvolvimento de uma Arquivística científica. Essa é a proposta da Arquivística pós-custodial, conforme defendem os autores desse paradigma.. p. 30. O surgimento do paradigma pós-custodial aponta uma nova abordagem dos estudos na área, provocando uma reflexão sobre o posicionando da Arquivística no campo da Ciência da Informação. P. 33

#### 4. RIBEIRO, F.A arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011. **(termo no resumo e palavra-chave)**

Nos anos mais recentes, começou a ser defendida a inserção da Arquivística no campo da Ciência da Informação. Foi o início da era “**pós-custodial**” em que os arquivos emergem como sistemas de informação, cuja complexidade nem sempre se confina à ordem material dos documentos e cuja organicidade transcende as vicissitudes da sua tradição custodial.

FASE CIENTÍFICA E **PÓS-CUSTODIAL**: Arquivista profissional da Informação Emergência do arquivista / cientista da Informação/ 1980- .... - Arquivos como Sistemas de Informação - Conhecimento arquivístico - Normalização do acesso aos arquivos e à Informação - Consequências da pós-industrialização - Sociedade da Informação - Globalização da economia p. 63

Estes traços não esgotam a caracterização possível do modo de ver e de agir dos profissionais da documentação/informação, uma vez que se veem confrontados, na actualidade, com alterações estruturais propiciadoras da emergência de um novo paradigma (informacional, científico e pós-custodial), que começou a despontar, há umas décadas, através do reforço da componente tecnicista do paradigma custodial, patrimonialista e historicista. Tal componente acentuou-se, a partir dos anos sessenta do século XX, com a generalização do legado de Paul Otlet e Henri La Fontaine e com a intensificação de políticas centradas na difusão da informação científica e técnica e com a afirmação do Estado Cultural p. 64

Como se caracteriza o novo **paradigma informacional, científico e pós-custodial**:

- valorização da informação enquanto fenómeno humano e social, sendo a materialização num qualquer suporte um epifenómeno;
- constatação do incessante e natural dinamismo informacional, oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-

se aquele pelo trinómio criação/selecção natural/acesso-uso, e o segundo, na antinomia efémero versus permanência;

- prioridade máxima dada ao acesso à informação por todos, em condições bem definidas e transparentes, pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação;

- imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação;

- alteração do actual quadro teórico-funcional da actividade disciplinar e profissional por uma postura diferente, sintonizada com o universo dinâmico das Ciências Sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação;

- substituição da lógica instrumental, patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação”, pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade ou organização e, assim sendo, as práticas informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e actores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação, em vez de ou antes de estabelecer regras operativas, compreender o sentido de tais práticas e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou) prospectivas mais adequadas (SILVA, 2006).

p. 64

5. PINTO, M.M.G de A. Uma era, uma visão, um paradigma: da teoria à prática. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património Porto**, 2005 I Série vol. IV, pp. 101-123. **(termo no resumo)**

A era digital, uma nova visão da administração pública e do relacionamento do Estado com o cidadão, quer no contexto nacional, quer no contexto europeu, e o **paradigma pós-custodial**, dinâmico, informacional e científico constituem as linhas mestras de um projecto premiado à época pelo seu carácter inovador, não obstante as interrogações que se anteviam e que não foram ignoradas, as quais, dia após dia vão obtendo as correspondentes respostas, despoletando, todavia, novas interrogações numa dialéctica indissociável do desenvolvimento do conhecimento científico e do progresso das organizações. p. 104

6. ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015. **(termo no resumo)**

Neste sentido, Ribeiro (2010) questiona: No quadro do novo paradigma emergente, que apelidamos de pós-custodial, científico e informacional, e perante estas novas lógicas de mediação e este novo tipo de mediadores, qual o papel do profissional formado em CI na construção da sociedade em rede? Será que continua confinado ao domínio de umas quantas especificidades técnicas e normativas, aplicadas à organização e representação da informação, com a finalidade de proporcionar o acesso? Onde cabe o seu anterior papel de guardião da memória informacional, como factor de identidade de um povo? Onde reside a sua função mediadora e a que âmbito se circunscreve? (RIBEIRO, 2010, p.69) p. 106

7. SILVA, L. E. F. Uma ruptura a-significante: o desconstruir-se a ideia de uma “nova ciência arquivística pós-moderna” sob uma ótica pós-estruturalista. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015. **(termo no resumo e palavra-chave)**

a produção arquivística canadense é apontada por alguns pesquisadores nacionais e internacionais como o ápice de uma “nova arquivística”, pois traria uma dinamicidade mais remodelada principalmente a partir da desterritorialização com o modelo tradicional da custódia, por meio de uma visão holística influenciada pela pós-custodialidade 2 e tem Terry Cook como um de seus precursores. P. 26

No entanto, percebemos que essa nova ideia funcional/pós-moderna é pautada em um pueril denso, pois entendemos que a pós-custodialidade canadense interligada com a pós-modernidade irrompe de forma drástica com algumas características básicas da Arquivologia, ficando apenas no discurso teórico, não evoluindo para a prática, pois clarificamos que se os pós-modernos não se rendem aos objetivos da ciência é, então, porque buscam uma regra “total” construtiva na nuvem do discurso. Por conseguinte, revisitar os pressupostos epistemológicos e paradigmáticos da Arquivística se faz necessário, principalmente face ao crescimento da área no cenário nacional e internacional e no campo teórico P. 29

Silva (2011) novamente se faz enfático ao afirmar que uma nova pauta de reflexões lançada pela Arquivologia pós-custodial não leva, só por si, ao fortalecimento como campo disciplinar autônomo e independente. Além disso, devemos compreender se o paradigma pós-custodial traz esse sustentáculo reformista tão diluído na teoria arquivística contemporânea. P. 31

É pertinente ressaltar que relacionar a Arquivologia contemporânea com a adjetivação de “pós-moderna” acarreta

um risco eminente, visto que o campo ainda absorve muito do paradigma tradicional/custodial e, além disso, o próprio termo “pós-moderno” é colocado de forma genérica ao de pós-custodialidade, acarretando uma confusão terminológica. P. 31

8. LEMOS, J. G. O.; NAKANO, N.; JORENTE, M. J. V. O paradigma pós custodial e sua representação no design da informação no sítio do arquivo nacional do reino unido ? the post custodial paradigm and its representation in information design at the uk’s national archives sítio. **Liinc** em revista, v. 10, n. 2, 2014. **(termo no título, resumo e palavra-chave)**

Inevitavelmente, tal mudança de paradigma atinge diretamente os profissionais da área. Se tradicionalmente eram tidos como guardiões de memória a serviço de investigadores ou cientistas, na era pós-custodial passam a estruturadores e gestores de informação em contextos orgânicos produtores de fluxos informacionais. Ou seja, a preocupação com a preservação da memória permanece, mas agora por meio de uma gestão de qualidade e não mais pela privação do acesso aos documentos. E este deve ser já um ponto primário no tratamento da informação, posto que no universo do digital os processos informacionais adquirem tamanha velocidade e fluidez que a decisão sobre o que conservar se faz necessária logo no instante da criação, não podendo deixar de considerar as condições técnicas/tecnológicas necessárias para garantir sua perduração a longo prazo (RIBEIRO, 2005). Desse modo, as políticas institucionais devem explicitar a aplicação das normas de descrição e metadados dos itens documentais, em qualquer suporte ou meio. p. 677

Assim a conclusão desse estudo, visualizada no Gráfico 2, é pensada: uma vez que os princípios pós-custodiais norteiam as políticas institucionais do arquivo e portanto a aplicação das normas arquivísticas de descrição, a interface visualizada pelo internauta será construída para garantir o acesso e a disseminação da informação. À medida que a instituição estiver comprometida como os princípios pós-custodiais, a preocupação com o acesso será traduzida na interface digital, e por consequência facilitará a disseminação da informação e a construção do conhecimento. p. 689

9. VIANA, G. F. R.; MADIO, T. C. C. A produção institucional na perspectiva arquivística - lei de acesso à informação e aproximações ? institutional production from an. **Liinc** em revista, v. 9, n. 2, 2013. **(termo no resumo)**

[...] um paradigma que ainda está em construção e que induz uma mudança de postura do arquivista, ou seja, o profissional deixa de ter uma atuação passiva e passa a ter uma atuação proativa. É também exigida desse profissional uma interação com outros profissionais, principalmente da área de TI, assim como com profissionais de outras áreas que atuam na organização.

10. MASSON, S. L. M. A arquivística sob o prisma de uma ciência da informação. **Arquivística.net**, v. 2, n. 1, p. 85-103, 2006. **(termo no resumo)**

Silva et al (1999) entendem que o processo informacional, relativo aos arquivos, apresenta três fases: a fase sincrética e custodial, até ao século XVIII, a fase técnica e custodial, de 1898 a 1980, com os Arquivos Históricos e Arquivos administrativos, a gestão de documentos, normalização arquivística, reformulação crítica da noção de “fundo”, e a fase científica e pós custodial, em que os arquivos são tratados como sistemas de informação e a Arquivística, uma ciência epistemologicamente redimensionada, no campo da Ciência da Informação, dentro das Ciências Sociais. P. 88

Segundo Silva (2002), contra esse paradigma dominante está a desenvolver-se um outro que é pós-custodial, informacional e, finalmente, científico, tendo em conta que as disciplinas do paradigma ainda prevaemente (Biblioteconomia, Documentação e Arquivística) não podem ser, de acordo com sua análise, consideradas ciências. O paradigma emergente caracteriza-se: (a) pela valorização da informação (referente de um fenómeno humano e social), residindo nela e não no suporte (material onde os códigos são registados) o objecto central de estudo; (b) pela afirmação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao “imobilismo” documental; (c) pela impossibilidade de manter a “compartimentação” documentalista da informação pelo espaço institucional e tecnológico onde se conserva (serviço de Arquivo, serviço de Biblioteca e sistema informático/software de computador monoposto ou em rede), porque este critério é superficial e não abrange o dinâmico contexto de produção (organicidade), de retenção/memória e de uso/consumo (funcionalidade); (d) pela necessidade de conhecer (indagar, compreender e explicitar) a informação social através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes em vez do universo rudimentar e fechado da prática informacional empírica composta por um conjunto uniforme e acríptico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou objectivos de criação, classificação, ordenação e recuperação; (e) pela alteração do actual quadro teórico-funcional, em que quase só pontificam as práticas metodológicas e os interesses da História, do Direito, da Ciência da Administração, dos Estudos Culturais, para uma postura diferente no universo dinâmico das Ciências Sociais; e (f) pela substituição da lógica instrumental patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação” pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão. (Silva, 2002, p. 591-593). P. 97

A revolução tecnológica, que se seguiu à segunda metade do século XIX, e a estreita relação entre informação e tecnologia digital, fortalecida a partir dos anos 80 do século XX, tornou possível questionar a noção estática de “documento” (informação registrada num suporte), como conceito operatório e como objeto de estudo, e demarcou, segundo alguns teóricos, a entrada dos arquivos e da Arquivística na chamada era pós-custodial e científica, conforme designam Silva et al (1999, p.185 a 192), num paradigma científico-informacional que propõe a mudança do enfoque do objeto de estudo e de trabalho, do “documento” para a “informação”.

P. 99

11. BRITO, D. M. A informação arquivística na arquivologia pós-custodial. **Arquivística.net**, v. 1, n. 1, p. 31-50, 2005. **(termo no resumo)**

Arquivologia pós-custodial é a denominação para a corrente de pensamento que busca uma renovação no modo de saber e fazer para a Arquivística do século XXI. Surgida no Canadá, mais especificamente na cidade do Quebec, teve na professora Gagnon-Arguin a instigadora do diagnóstico da evolução da Arquivística em tal cidade. Em seguida, em 1988, houve a publicação de um importante artigo por parte de Carol Couture, Jacques Ducharme e Jean-Yves Rousseau, e intitulado “L’archivistique a-t-elle trouvé son identité?”. Logo seguida pela obra “Os Fundamentos da disciplina arquivística”, onde se analisa a “informação registrada orgânica”, como o resultado das ações e interações desenvolvidas pelas instituições desde o seu passado, seu presente e seu futuro, com vistas à utilização futura de sua memória acumulada (Malheiro da Silva e Ribeiro, 2002, p. 3). O assunto se faz presente nas obras de Michel Cook, Terry Cook, José Maria Jardim, entre outros. A proposta da Arquivística pós-custodial é a transformação da Arquivística em uma disciplina da Ciência da Informação. Para tanto, sugere o avanço na teoria e na prática de tal modo que a cientificidade venha a se tornar o ponto central da Arquivística, distanciando-se do senso comum tão presente na rotina dos arquivistas hodiernos. Foge do pensamento arquivístico custodial que trata o documento como um bem cujo valor se limita a servir unicamente à cultura ou à história; ou, tragicamente, que o tratamento arquivístico se justifica somente pela necessidade de liberação de espaço físico nas dependências das instituições.

No sentido contrário, a Arquivística pós-custodial sugere a análise e o estudo dos arquivos, e também a substituição do atual objeto da Arquivística (o documento) pela informação arquivística. “Daí decorre que o objeto da Arquivística não seja claro e que se confunda o método com meras aplicações técnicas”. (Malheiro e outros, 1999, p. 155). Este quadro se agrava em virtude da presença cada vez mais freqüente dos novos suportes documentais que são utilizados pela administração e que se constituem em desafios enfrentados pela Arquivística, tanto no tratamento físico quanto o tratamento intelectual (Malheiro e Ribeiro, 2002, p.18). Terry Cook também aborda a questão . P. 37-38

A Arquivística pós-custodial salienta a necessidade de se promover a interdisciplinaridade entre a Arquivística e as demais ciências. Malheiro comenta, “A Arquivística pode e deve ser uma ciência para além do meramente instrumental ou técnico, o que, desde logo, obriga a substituir o primado do fazer pelo do conhecer” (Malheiro da Silva, p. 213, grifo do autor). Com isto, seria possível o desenvolvimento de pesquisas e da experimentação científica, surgindo então, a figura do arquivista-cientista da informação. P. 38-39

12. LUZ, A. R. Psi - ciência da informação: projeto de software livre em ciência da informação. **Arquivística.net**, v. 1, n. 2, p. 43-52, 2005. **(termo no resumo)**

Arquivística pós-custodial, apresentado pelo professor Armando B. Malheiro, entre outros autores. **Arquivística.net** (www.arquivistica.net), Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 43-52, jul./dez. 2005 Nos anos 80 e 90, assistimos a uma revolução tecnológica e social, de tal modo que torna emergente novos questionamentos e dilemas em todas as áreas, conseqüentemente também na Arquivística. Como sugerem Armando Malheiro da Silva e outros, já se observam atualmente, uma percepção e saber do “corpus” científico indicativo de um novo caminho, uma nova e ampla abordagem à disciplina (LUZ apud SILVA, 2004). Os arquivos apontam como sistemas naturais, orgânicos, complexos e dinâmicos, porém integrados, ajustados ao fenômeno da informação social. P. 49-50

**Fonte:** Sistematizado pela própria autora. (2017),

Para a análise dos artigos, buscou-se dentro deles a localização do termo Arquivística Pós-Custodial, em que foi possível realizar uma **nova categorização** de acordo com as facetas de Ranganathan em:

1) **PERSONALIDADE:** aquilo que descreve-se em pessoas, criou-se a categoria: Principais teóricos;

2) MATÉRIA : o que compõe a substância da teoria, portanto criou-se a categoria: Abordagem conceitual e pragmática;

3) ENERGIA: enquanto aspecto que direciona ações, portanto criou-se a categoria: Métodos de representar a informação/conhecimento;

4) ESPAÇO: para representá-lo criou-se a categoria Localização geográfica e institucional dos teóricos;

5) TEMPO: enquanto medida temporal anual, com a categoria: Ano dos artigos.

Tabela 4- Resultados da Sistematização Teórica- Arquivística Pós-Custodial

Faceta Principal:	➔	<b>Arquivística Pós-Custodial</b>
<b>PERSONALIDADE</b>  Principais teóricos		<p><b>-SILVA e RIBEIRO</b> (BIZELLO, M.L, 2016); (JORENTE, M.J.V, 2011); (SOARES, A.P. A; PINTO, A.L; 2015); (PINTO, M.M.G de A, 2005); (ROCKEMBACH, M, 2015); (SILVA, L. E. F., 2015); (LEMOS, J. G. O.; NAKANO, N.); (JORENTE, M. J. V., 2014); (VIANA, G. F. R.; MADIO, T. C. C. , 2013); (MASSON, S. L. M, 2006); (BRITO, D. M. A, 2005); (LUZ, A. R., 2005)</p>
<b>MATÉRIA</b>  Abordagem conceitual e pragmática		<p><b>-(o que)</b> inserção da Arquivística no campo da Ciência da Informação <b>-(o que)</b> ênfase na estrutura orgânica/funcional do produtor da informação por meio da lógica científica</p> <p><b>-(porque)</b> coerência teórica e prática para o cenário das TIC</p> <p><b>-(como)</b> participação ativa no processo informacional (criação, tratamento, conservação e difusão) <b>-(como)</b> atuação de profissionais para priorizar acesso administrativo com rapidez, eficiência e segurança das informações <b>-(como)</b> atuação de profissionais para priorizar acesso histórico, crítico e cultural com mediação educativa e social</p> <p><b>-(onde)-</b> aplicação em sistemas de Informação físico e digitais.</p> <p>(BIZELLO, M.L, 2016); (JORENTE, M.J.V, 2011); (SOARES, A.P. A; PINTO, A.L SILVA, A.M, 2015); (RIBEIRO, F, 2011); (PINTO, M.M.G de A, 2005); (ROCKEMBACH, M, 2015); (SILVA, L. E. F., 2015); (LEMOS, J. G. O.; NAKANO, N.; JORENTE, M. J. V., 2014); (VIANA, G. F. R.; MADIO, T. C. C. , 2013); (MASSON, S. L. M, 2006); (BRITO, D. M. A, 2005); (LUZ, A. R., 2005);</p>
<b>ENERGIA</b>  Métodos de Representar a informação/ conhecimento		<p><b>ênfase no acesso</b></p> <p>- <b>(instrumento da Organização do Conhecimento)</b> Gestão de processos de negócio, classificação e avaliação funcional, vocabulário controlado, normas de descrição; retomada dos métodos da Diplomática. (SANTOS, 2011, APUD SOARES, A.P. A; PINTO, A.L; SILVA, A.M, 2015)</p> <p>- <b>(instrumentos normativos)</b> Normalização do acesso aos arquivos e à Informação (RIBEIRO, F, 2011);</p>
<b>ESPAÇO</b>  Localização geográfica e Institucional dos artigos		<p>Espanha (1) Portugal (2) Brasil (8) Amsterdã (1) ----- Ibersid Information Services &amp; Use (1) PÁGINAS a&amp;b Perspectivas em Gestão &amp; Conhecimento Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património Informação Arquivística (2) Liinc (2) Arquivística.net (3)</p>
<b>TEMPO</b>  Ano dos artigos		2005 (3); 2006; 2011 (2); 2013; 2014; 2015 (3); 2016

Fonte: Elaborada pela autora.

No que tange ao *corpus* da literatura técnico-científica, recuperou-se, de acordo com o contexto de origem histórica dos tesouros funcionais, no Arquivo Nacional da Austrália, um manual de **Desenvolvimento de Tesouro Funcional**, e dentro da perspectiva de aplicação, no Brasil, no Arquivo Público de São Paulo, um manual de como Elaborar Vocabulário Controlado para Arquivos no subcapítulo: **3.3. A construção de um tesouro funcional.**

Dessa forma, chegou-se a um total de 2 (dois) manuais para compor o *corpus* da literatura técnico-científica.<sup>10</sup>

Após a leitura dos materiais, sistematizaram-se as seguintes categorias:

1) natureza pragmática conceitual (representada pelo conceito e dimensões que ele abrange), 2) aspectos preliminares necessários, 3) funções que o tesouro funcional desempenha, 4) aspecto teórico evidenciado e 5) etapas de passos e ações necessárias para sua construção.

**Tabela 5** – Resultados da Sistematização Metodológica - Como construir tesouro funcional

<b>Variáveis</b>	<b>Arquivo Nacional da Austrália</b> 2. Construindo um tesouro funcional	<b>Smit e Kobashi</b> 3.3. A construção de um tesouro funcional
<b>Natureza pragmática conceitual</b>	Um tesouro funcional é uma ferramenta de classificação para ajudar as organizações a gerenciar seus registros e outras informações comerciais. É uma lista controlada de termos unidos por relações semânticas, hierárquicas, associativas ou de equivalência. Essa ferramenta atua como um guia para atribuir os termos de classificação aos registros individuais. (p.7)	Um tesouro funcional controla o vocabulário que designa a razão de ser do documento (sua função) e não o que ele contém (assunto). (2003, p.44)
	Um tesouro funcional pode abranger apenas as funções principais que a organização executa ou pode descrever a totalidade das funções desempenhadas pela organização. As funções principais são responsabilidades únicas da organização. (2003,p.16)	

<sup>10</sup> Representadas no apêndice.

<b>Aspectos preliminares necessário</b>	Parte do esquema de classificação. (2003, p.6)	A sua construção partirá do plano de classificação e o reordenará. (Nunca é demais salientar que um tesouro funcional não substitui tal plano.) (2003, p.44)
<b>Funções que ele desempenha</b>	O principal objetivo de um tesouro funcional é permitir aos usuários navegar entre os termos que podem ser usados para classificar, descrever e recuperar registros e outras informações da instituição. Construir um tesouro de funções envolve a criação de relações lógicas entre funções de negócios, atividades e tópicos. Na linguagem do tesouro há relacionamentos dos termos de relações gerais, específicos, relacionadas e de equivalência, e também de termos não preferidos. (2003, p.16)	- opera como índice de termos do plano de classificação; - opera como índice para encontrar séries documentais a serem eliminadas; - provê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia adotada pelo arquivo; - pode ser usado como ferramenta para ajudar o funcionário a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia-a-dia. (2003, p.45)
<b>Aspecto teórico evidenciado</b>	Perspectiva de acesso à informação gerada pelos processos.	Perspectiva de acesso à informação gerada pelo processo.
<b>Etapas de passos e ações necessárias para sua construção</b>	Consta das funções principais (quadro 8) e das funções complementares.	Não consta.

**Fonte:** Elaborada pela autora com base em :

- 1) NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. Developing a Functions Thesaurus: Guidelines for Commonwealth Agencies, Canberra: National Archives of Australia, 2003.
- 2) SMIT, J.W; KOBASHI, N.Y. Como elaborar vocabulário contrado para aplicação em arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2003.

Delimitou-se para esta pesquisa as etapas passo-a-passo de como elaborar tesouro das funções principais. No quadro 8, apresenta-se uma sistematização conforme o manual do Arquivo Nacional da Austrália:

**Quadro 8-** Processo passo-a-passo para a construção de um tesouro de funções principais.

<b>Passos</b>	<b>Ações</b>
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Digite os termos da função principal do esquema de classificação comercial. Certifique-se de que estes são marcados como termos preferidos.</li> <li>• Digite quaisquer termos de função adicionais concebidos para acomodar os requisitos do usuário. Marque estes como termos preferidos.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insira notas de escopo ao lado do termo de função.</li> <li>• Reconheça a fonte do termo, que será sua organização específica, pelo esquema de classificação.</li> <li>• Assegure que os termos classifiquem (sejam classificados?) em ordem alfabética.</li> </ul>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Digite os principais termos de atividade do esquema de classificação empresarial da organização e assegure-se de que estes são marcados como termos preferenciais.</li> <li>• Digite os termos adicionais do nível de atividade desenvolvidos para acomodar os requisitos dos usuários (por exemplo, "maços" e "tipos de atividades" de "atividades mega") e assegure-se de que sejam marcados como termos preferenciais.</li> <li>• Insira notas de escopo próximas ao termo de atividade.</li> <li>• Reconheça a fonte do termo, por exemplo, Palavra-chave AAA ou o esquema de classificação de negócios específico da sua organização.</li> <li>• Assegure que os termos classifiquem em ordem alfabética.</li> </ul>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insira os termos formulados para o terceiro nível de classificação. Esses termos de tópicos podem estar relacionados a grupos de transações, que podem incluir conceitos de assunto, tipos de registro ou abreviaturas usados na organização. Idealmente, esses termos não devem ter mais de duas palavras.</li> <li>• Certifique-se de que estes termos são marcados como termos preferidos.</li> <li>• Se uma nota de escopo for necessária para explicar o termo, insira-a adjacente ao termo.</li> <li>• Reconheça a origem do termo.</li> <li>• Assegure que os termos classifiquem em ordem alfabética.</li> </ul>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabeleça relacionamentos mais amplos e mais estreitos. Esses relacionamentos ocorrerão simultaneamente na maioria dos aplicativos de sinônimos.</li> <li>• Certifique-se de que os termos da função tenham uma relação BT com cada termo de atividade realizado para executar a função.</li> <li>• Certifique-se de que os termos de atividade tenham uma relação NT com os termos de função aos quais eles estão conectados.</li> <li>• Assegure-se de que os termos de atividade tenham uma relação BT para cada tópico.</li> </ul> <p>Execute a atividade.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegure-se de que os termos do tópico tenham uma relação NT para cada termo de atividade a que se relacionem.</li> </ul>
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabeleça relações associativas com uma etiqueta RT para termos no mesmo nível. Por exemplo, um termo de função só pode ter uma relação RT com outro termo de função e um termo de atividade só pode ter uma relação RT com outro termo de atividade. Um termo de tópico pode ser relacionado a outro termo de tópico.</li> <li>• Essas relações RT ocorrerão simultaneamente na maioria dos aplicativos de sinônimos.</li> </ul>
6	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Digite os termos não preferidos. Estes são variações nos termos preferenciais, terminologia desatualizada, variações ortográficas etc. que são usadas na organização para descrever funções, atividades e tópicos. Estes termos são colocados no dicionário de sinônimos, mas não são considerados aceitáveis para uso.</li> <li>• Indique a relação de equivalência ligando o termo não preferido ao termo preferido. Certifique-se de que o termo preferido tenha uma etiqueta "USAR".</li> <li>• Assegure que os termos classifiquem em ordem alfabética.</li> </ul>
7	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certifique-se de que os termos não preferidos sejam inseridos no termo preferido.</li> <li>• Indique a relação de equivalência anexando uma marca "USAR PARA" ao termo</li> </ul>

	não preferido.
8	<ul style="list-style-type: none"><li>• Revise a listagem e assegure-se de que nenhum relacionamento ilógico tenha sido criado.</li></ul>
A construção do dicionário de sinônimos não precisa ser conduzida em estrita conformidade com o processo descrito acima. Pode-se começar no nível do tópico. O ponto importante a lembrar é que as relações devem ser estabelecidas de acordo com as regras do dicionário de sinônimos.	

**Fonte:** Arquivo Nacional da Austrália (2003, p. 18-19- tradução nossa.)

Ao analisar os resultados, verifica-se que, sobre a literatura científica, a baixa incidência da recuperação dos termos de tesouro funcional, vocabulário controlado arquivístico e linguagem orgânico-funcional nos idiomas inglês, espanhol e português revelam a necessidade de maiores aprofundamentos científicos na temática, aspecto que pode ser justificado à medida que se compreende que, com as novas reformulações da Arquivística frente ao cenário das TICs, a padronização terminológica oferece subsídio complementar de acesso à informação.

Com a análise da Arquivística pós-custodial (APC), verifica-se que a categoria de personalidade confirma a gênese de aprofundamentos científicos na vertente europeia portuguesa com os teóricos Silva e Ribeiro.

Na matéria, nota-se que a teoria APC tende a uma perspectiva que vai ao encontro do paradigma social mencionado por Capurro (2003), pois não tem como meta a busca ideal de representar a informação/conhecimento, mas focaliza de acordo com o contexto social de relevância e critério do grupo em questão onde será aplicada. Essas características que a formam mostram sua natureza de aspecto social, já que ampliam o olhar para além da técnica e da custódia, com vista a uma dimensão de acesso do processo informacional que é resultado materializado das ações em humanas e sociais.

Quanto a energia que ela proporciona, seu método de representar a informação/conhecimento atua dentro do viés do objeto da presente pesquisa. Essa confluência mostra-se norteadora para o incentivo das pesquisas de linguagem na arquivística.

O espaço de solo brasileiro com maior incidência confirma os laços institucionais e que os autores de universidades públicas brasileiras têm dialogado com Portugal nos últimos anos com os projetos de internacionalização das universidades públicas.

O período de tempo encontrado é coerente com a ascensão que as TIC tiveram nas comunidades discursivas arquivísticas a partir do séc XXI, quando houve maior ênfase de tal temática nos trabalhos científicos.

Sobre a análise realizada por meio dos manuais, nota-se que Smit e Kobashi (2003) ampliaram o olhar sobre a importância de trazer a questão da padronização por meio dos tesouros para a Arquivística, e ao estudar o tesouro funcional contribuíram de forma sintética e objetiva, abrindo caminhos para pesquisas nesse cenário. Por conta do sintetismo, não contempla a descrição das

etapas de construção do tesouro. Porém, nesse aspecto, o Arquivo Nacional da Austrália contribui numa abordagem metodológica e pragmática. A explicação dos passos e das ações a serem seguidas para sua construção permite o desenvolvimento de uma operacionalização dos vocabulários na linguagem funcional.

Mas, ainda que o manual da Austrália indique as etapas da construção com passos e ações em uma tabela, ele é ausente de um diagrama gráfico ilustrativo sistemático para essas etapas, dessa forma, ressalta-se que o manual poderia ser aprimorado com novas contribuições de informações visuais, para que sejam elencadas etapas instrumentalizadas dessa construção, de forma didática e ilustrada. Nesse sentido, outra orientação que caberia realizar é a de inserir as perspectivas teóricas da arquivística pós-custodial para permear tal construção.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O elemento essencial das atividades de cunho arquivístico é dar condições para o acesso informacional das ações realizadas pelos seres humanos em contextos específicos de sua produção. Nesse sentido, verificou-se que no caminho histórico da Arquivologia houve, durante um longo período, diferentes medidas teóricas e metodológicas para o aspecto de acesso.

Nesse esse panorama, viu-se desde o paradigma custodial, compreendendo o acesso entendido enquanto guarda, até o pós-custodial, panorama cujo acesso é tido em seu sentido amplo, confluyente às novas características da sociedade, em que a custódia já não servia mais a uma área que avançava em dimensões científicas, culturais, políticas, econômicas e sociais.

Foi no olhar pós-custodial que verificou a compreensão de representar a informação arquivística levando em consideração sua natureza linguística. Essa ligação se evidencia a medida que se compreende a tríade informação-linguagem-conhecimento, mensurando a importância de considerar a questão da linguagem na área, no entanto essa linguagem precisa estar em conformidade com as características do documento de arquivo, ligada à função e à organicidade, ou seja para o acesso precisa de um instrumento que represente a função documental. Para isso, tem-se o tesauro funcional.

Nesse sentido, essa pesquisa teve como direcionamento o problema de que se os tesouros funcionais atuam enquanto ponto de acesso complementar, que padronizam as linguagens orgânico-funcionais dos conjuntos documentais, essa ferramenta poderia ampliar a busca de soluções de problema de recuperação e acesso à informação registrada. Dessa forma, norteou a questão de pesquisa: quais são as sistematizações arquivísticas teórico-metodológicas que subsidiam a construção de tesauro funcional?

Foram recuperadas as sistematizações teóricas arquivísticas, por meio da literatura científica, com a descrição da arquivística pós-custodial que opera com métodos e modelos para representar a informação com diversos instrumentos, dentre eles, os vocabulários controlados para o acesso. Dessa forma, garantir acesso à informação arquivística por meio dos tesouros funcionais está condizente com a perspectiva pós-custodial.

No que tange a sistematização metodológica, encontrou-se nos manuais de

arquivo de Smith e Kobashi (2003) um caminho de parâmetros conceituais e finalidades, sem a descrição de etapas para construção. Porém o manual da Austrália pode contribuir nesse sentido, indo além da descrição e finalidade para apresentar também os passos necessários da construção.

Esses resultados permitem contribuir e levar a dimensão da importância de estudos que visam ao uso de padronização das linguagens nas informações arquivísticas para o acesso. Inclusive foi possível constatar que no manual dos arquivistas holandeses, de 1898, no último capítulo, sobre o uso convencional de certos termos e sinais, “No interesse da clareza, é proveitoso usar-se sempre a mesma terminologia nos vários inventários. Também sob outros aspectos é conveniente a uniformidade”. (MULLER; FEITH ; FRUIN, 1975, p. 147).

Verifica-se que passado mais de um século desse manual dos holandeses, essa questão da padronização terminológica continua atual, fator que evidencia que esse aspecto linguístico/terminológico constitui um elemento da natureza dos documentos de Arquivo.

A arquivística pós-custodial se insere nessa perspectiva quando inclui a área na Ciência da Informação e permite novos diálogos com disciplinas da linguística, que Hjørland aborda, também, enquanto sentido amplo de organizar a realidade e que reflete na CI.

A questão do acesso é inerente ao estudo da linguagem que contém nas informações orgânicas, mas o que define o grau de recuperação da informação arquivística com a atual característica da sociedade que incentiva e cria as TIC?

Ao recuperarmos as ideias de Castell (2000) com o paradigma da sociedade do conhecimento, em que elenca cinco características como: a) a informação é matéria-prima; b) os efeitos das tecnologias têm alta penetrabilidade; c) predomínio da lógica de redes; d) flexibilidade; e e) crescente convergência de tecnologias, tornou-se possível inferir para a representação complementar das informações arquivísticas precisa ser um instrumento adaptável, dinâmico e flexível. Para tanto, o uso do tesouro funcional se justifica, porém ainda necessita de maiores aprofundamentos de como poderia ser construído com base nas indicações do Arquivo Nacional da Austrália e da teoria pós-custodial.

Esta pesquisa revelou outros apontamentos além da visão teórica e metodológica de como atuar na construção de tesouro funcional, necessita-se também refletir sobre os seguintes aspectos:

1) Este trabalho confirmou que há ausência de produção científica sobre a temática de tesouro funcional (mesmo ele tendo relevância para a questão do acesso à informação arquivística, aspecto que tanto se busca) qual será a razão dessa característica?

2) Com fundamentos em Hjørland sobre o sentido da linguagem em organizar o conhecimento, questiona-se: o que explicaria a ausência de estudos sobre linguagem na área arquivística? Será a ausência de interdisciplinariedade dos estudos da Filosofia, Linguística e Sociologia no campo? Há outros fatores, quais?

3) Vivendo as atuais características da sociedade em que o excesso de informação é sempre o desafio que norteia diversas pesquisas, quais seriam as contribuições se a Arquivística e a Ciência da Informação estudassem a natureza linguística da informação registrada com um olhar direcionado para **seus usos**? A questão do acesso estaria mais pragmática? Teríamos um novo olhar sobre como recuperar informações?

4) Quais têm sido as contribuições sociais, políticas e culturais que a Arquivística tem oferecido à atual sociedade? Elencar os estudos de linguagem no campo Arquivístico ampliaria de que forma essas contribuições?

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, F. L. de; TALÁMO, M. de F. G. M. O Controle de Vocabulário da Linguagem Orgânico-Funcional -concepção e princípios teórico-metodológicos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 117-138, jan./jun. 2012 - pág. 117.
- ALBUQUERQUE, A.C de. Em foco a classificação: abordagens conceituais na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 20, n. 43, p. 20-46, mai./ago., 2015.
- ASSOCIAÇÃO dos Arquivistas Holandeses. Manual de arranjo e descrição de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.
- ASSUMPCÃO, L.C.F; LOPEZ, A.P.A. O conhecimento científico e a multimodalidade informacional **Inf. Inf.**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 04 – 28, jan./abr. 2016. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/17171> > Acesso em 20 out 2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA. 1977/2003. Disponível em <<http://pt.slideshare.net/RonanTocafundo/bardin-laurence-anlise-de-contedo>>. Acesso em 15 out 2016.
- BARROS, J.D. A. Procura do Conceito. In: **Os conceitos**: seus usos sociais nas ciências humanas. Petrópolis, R.J: Vozes, 2016.
- BELENS, A.J., and PORTO, CM. Ciência e tecnologia, uma abordagem histórica na sociedade da informação. In PORTO, CM., org. **Difusão e cultura científica**: alguns recortes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 23-43.
- BELLOTO, H.L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em documento de arquivo**. 2002
- BELLOTO, H. L. **Arquivística objetos, princípios e rumos**. São Paulo Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BELLOTO, H.L. **Arquivo**: Estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.
- BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento. In: **Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação**: Diversidade cultural e políticas de informação – ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: ENANCIB, 2008.
- BUFREM, L.S; ARBOIT,A, L; SORRIBAS, T.V. Organização do Conhecimento e a teoria do Círculo de Bakhtin. **20 Años del Capítulo Español de ISKO**. Actas del X Congreso ISKO Capítulo Español (Ferrol, 2011). Universidade da Coruña (Espanha), 2012. ISBN: 978-84-9749-535-6 Pp. 265-281
- CAMARGO, A.M.de A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de Terminologia Arquivística** São Paulo: AAB/Núcleo Regional de São Paulo/Departamento de Museus e Arquivos, 1996.
- CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. In: A Sociedade em rede. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1.

- CERVANTES, B.M.N. **A construção de tesouros e a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.
- CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev e ampl São Paulo: Polis, 2002. 92 p. (Coleção Palavra-Chave, 4).
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge organization**, v. 33, n. 1, 2006
- DAVANZO, L. **Vocabulário controlado para arquivos: análise de viabilidade e proposta**. 2016. 102 F. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, 2016.
- DODEBEI, V.L.D. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 119 p.
- ESTEBAN NAVARRO, M. A ; GARCÍA MARCO, F.G Las “Primeras Jornadas sobre Organización del Conocimiento: Organización del Conocimiento e Información Científica”. **Scire**. 1 : 1 (en.-jun. 1995)
- FERRATER MORA. J. **Dicionário de Filosofia**. Edições Loyola. 2001.
- FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GARCIA, J. Notas sobre o conceito de disciplina. In: **Seminário sobre indisciplina na educação contemporânea**. Curitiba. 2006. p. 69-84.
- GARFIELD, E. Father of library science in India. **Current Contents** .1984 n. 6. 152-154.
- GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** .5ª Ed.. São Paulo, Atlas, 2010.
- GUIMARÃES, J.A. C; DODEBEI, V. Introdução-Organização do Conhecimento. Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade. **In I Congresso Brasileiro de Organização e Representação do Conhecimento**. Rio de Janeiro. 2012
- HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowl. Org.** 35(2008), n.2/n.3
- HURLEY, C. What, If Anything, Is A Function? **Archives & Manuscripts** 21(2) 1993
- JEAN, G. **La escritura**: memoria de la humanidad. Tradução Enrique Sánchez Hormigo. Barcelona: Ediciones B, S. A. , 1998.
- KARNAL, L; NETO, J. A. de F. **A Escrita da Memória** – Interpretações e Análises Documentais. 01. ed. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004. v. 01. 411p.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.
- LOPEZ, A. P.A. **Como descrever documentos de arquivos**: Elaboração de instrumentos de pesquisa./ Andre Porto Ancona Lopez.- São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. 64 p. (Projeto Como fazer, 6)

- MARQUES, A. A da C. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil.** – Brasília: FCI/UnB, 2011. 399 fl. (Tese de Doutorado)
- MARQUES, A.A da C. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil.** 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MONTEIRO, F. Reflexões epistemológicas dos arquivos e do fazer arquivístico enquanto instrumentos de poder. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, p. 313-322, jan./jun. 2014 – p. 313
- MOREIRA JR, A.F; ANDRADE, T.H. N. de . Pierre Bourdieu e a Noção de Campo Científico: contribuições para o estudo da prática científica e técnica. In: Hayashi MCPI, Rigolin CCD, Kerbauy MTM, organizadores. **Sociologia da ciência: contribuições ao campo CTS.** Campinas (SP): Alínea; 2014. p 161-181.
- MOREIRA, E; DAVANZO, L; MORAES, I. S. de. Abordagens sobre vocabulários controlados para arquivos: conceitos, aplicações e metodologias. In XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO Espapa-Portugal, 19-20 de noviembre, 2015, **Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos.** Murcia: Universidad de Murcia.
- MOREIRA, W. et al. Vocabulário controlado para a representação documentária em arquivos correntes da UNESP. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/.../seminariodearquivologiaebiblioteconomia>>. Acesso: 12 set.2016.
- MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.
- MUNDET, J.R.C. **Manual de archivística.** Fundacion German Sanchez Ruiperes. Madrid, 4 edición, 2001.
- NAVES, M.M.L; KURAMOTO, H. (Org.). Organização da informação: princípios e tendências. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. 142p
- POPPER, K.R. **Conhecimento objetivo.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
- QUEIROZ, R. de C. R. A informação escrita: do manuscrito ao texto virtual. In: **Encontro Nacional de Ciência da Informação** ( Cinform), 6, 2005, Salvador ( BA). Proceedings. 2005. Disponível em <[http://www.ufrgs.br/limc/escritacoletiva/pdf/a\\_info\\_escrita.pdf](http://www.ufrgs.br/limc/escritacoletiva/pdf/a_info_escrita.pdf) >Acesso em 20 out 2016.
- RABELLO, R.; GUIMARÃES, J. A. C. Documentación y Ciencia de la Información: en busca de un horizonte epistemológico a partir de sus objetos de estudio. In: **Encuentros Internacionales sobre Sistemas de Información – Ibersid**, 11., 2006, Zaragoza. Resumen... Zaragoza: Facultad de Filosofía y Letras, 2006.
- RANGANATHAN, S.R. Prolegomena to library classificaion. 3 ed. Bombay: Asia Publishing, 1967. 640 p.
- RIBEIRO, F. Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. Boletim cultural – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Famalicão:

Câmara Municipal. ISSN 0871-3308. Vol. 1 (2005), p. 129-133.

RIBEIRO, F. Da Mediação Passiva À Mediação Pós-Custodial: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. **Inf. & Soc: Est.**, João Pessoa, v.20, n.1, p. 63-70, jan./abr. 2010.

RODRIGUES, A.C . Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura.. In: Lidia Silva de Freitas; Carlos Henrique Marcondes; Ana Célia Rodrigues. (Org.). **Documento: gênese e contextos de uso**. 1ed.Niterói, RJ: EdUFF, 2010, v. , p. 175-192

ROUSSEAU, J.Y ; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SEPULVEDA, F. A. M. A **gênese do pensar de Ranganathan: um olhar sobre as culturas que o influenciaram**. Dissertação de Mestrado. Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia, 1998. Disponível em <http://www.conexaorio.com/bit/sepulveda/> Acesso em ago 2017.

TOGNOLI, N.B. A representação na Arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, p. 79-92, 2012.

TOGNOLI, N.B ; GUIMARÃES, J.A.C ; TENNIS, J. T. . Diplomatics as a methodological perspective for Archival Knowledge Organization. In: **The Fourth North America Symposium on Knowledge Organization** - NASKO, 2013, Milwaukee. Transition Cultures, Transition KO: Evolving Exploration, Critical Reflection, and Practical Work, 2013. v. 1. p. 217-225

TOGNOLI, N.T; BARROS, T.H.B . Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição. In: José Augusto Chaves Guimarães; Vera Dodebei. (Org.). **Estudos Avançados em Organização do Conhecimento: Organização do conhecimento e diversidade cultural**. 1ed.Marília: Fundepe, 2015, v. 3, p. 94-99.

## APÊNDICES

## Apêndices 1:

## Literatura Científica

Base de dados	functional thesaurus/ tesauro funcional	post-custodial archives/ archivística pos-custodial/ Arquivística Pós- custodial	controlled vocabulary of Archival/ vocabulário controlado archivístico/ vocabulário controlado arquivístico
Academic Search Premier - ASP (EBSCO)		<p>BIZELLO, M.L. La valoración de documentos en las universidades portuguesas y brasileña. <b>Ibersid</b>. ene-jun 2016, Vol. 10 Issue 1, p87-93. 7p</p> <p>JORENTE, M,J.V. Archives information publishing new design in post-custodial regime: The National Archives Experience Digital Vaults. <i>Information Services &amp; Use</i> 31 (2011) 147–155</p>	Fenton, C. Use of Controlled Vocabulary and Thesauri in UK Online Finding Aids. <i>Journal of the Society of Archivists</i> Vol. 31, No. 2, October 2010, 187–205
Library and Information Science Abstracts - LISA (ProQuest)		SOARES, A.P.A; PINTO, A.L; SILVA, A.M da. O paradigma pós-custodial na arquivística. <i>PÁGINAS a&amp;b</i> . S.3, 4 (2015) 22-39	
Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)	DEL TIO, A.L. Gestão do conhecimento aplicado ao planejamento estratégico de instituições de ensino superior. Campinas. PUC-Campinas, 2006. 91 p. Dissertação de Mestrado (Ciência da	<p>RIBEIRO, F.A. ARQUIVÍSTICA COMO DISCIPLINA APLICADA NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. <i>Perspectivas em Gestão &amp; Conhecimento</i>, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.</p> <p>RODRIGUES, A.M.de A.C. Estudo orgânico-funcional das entidades tutelares da Agricultura (1918-2013): Uma contribuição para o Ficheiro Nacional de</p>	<p>DANTAS, C.M. Representação da informação arquivística: uma proposta para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte. Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. 2015</p> <p>Guerreiro, A.M.V.L. A utilização de vocabulário controlado para indexação como estratégia para a recuperação de</p>

	<p>Informação) (TERMO NO RESUMO, PALAVRA-CHAVE)</p> <p>O controle de vocabulário como dispositivo metodológico para a organização, tratamento e organização da informação arquivística. Campinas, 2008. 267f. il. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, PUC-Campinas, 2008.</p>	<p>Autoridades Arquivísticas (FNAA). <b>Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação</b> – Área de Especialização em Arquivística. 2013.</p> <p>SILVA, C.P. da. DOCUMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CENSURA POSTAL Tratamento Documental e <b>Difusão. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação</b> – Área de Especialização em Arquivística. 2016.</p> <p>DRESSLER, K.G. Portal de gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre : um estudo sobre preservação no meio eletrônico. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <b>Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação.</b> 2011</p> <p>PINTO, M.M.G de A. Uma era, uma visão, um paradigma: da teoria à prática. Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO Porto, 2005 I Série vol. IV, pp. 101-123</p> <p>GRAÇA, A. R. F. de M. O arquivo de Luísa Ducla Soares: uma construção de letras. UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA FACULDADE DE CIÊNCIA SOCIAIS E HUMANAS. <b>Dissertação de Mestrado em Arquivística.</b> 2011.</p> <p>FREITAS, Cristiana Vieira de - A autenticidade dos objectos digitais. Coimbra : 2011. <b>Dissertação de mestrado</b></p>	<p>informação nos arquivos fotográficos: Os arquivos do órgão de soberania, o Presidente da República. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013.</p>
--	---	--	--

		<p>CARVALHO, M.C.L de - Estudo da mediação e do uso da informação nos arquivos distritais. Coimbra : [s.n.], 2014. Tese de doutoramento.</p> <p>JORENTE, M.J.V ET AL. Archives information publishing new design in post-custodial regime: the national archives experience digital vaults. Social Shaping Of Digital Publishing: Exploring The Interplay Between Culture And Technology. Amsterdam: los Press, p. 52-61, 2012.</p>	
Web of Science - Coleção Principal (Thomson Reuters Scientific)	<p>CHUNG-HONG LEE; HSIN-CHANG YANG. Developing an Adaptive Search Engine for E-Commerce Using a Web Mining Approach. INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION TECHNOLOGY: CODING AND COMPUTING, PROCEEDINGS. 2001. (ARTIGO NAO LOCALIZADO NA INTEGRA)</p>		<p>MOREIRA, W ; FUJITA, MSL ; SANTOS, LBP. An archival controlled vocabulary for university archives: the experience of VTArq (UNESP, Brazil).SCIRE- REPRESENTACION Y ORGANIZACION DEL CONOCIMIENTO. V.22 ED.2. p-107-112. 2016.</p>
SCOPUS (Elsevier)		-RIBEIRO, F., DA SILVA, A.M.The epistemological maturity of information science and the debate around paradigms.	

		<p>Information Cultures in the Digital Age: A Festschrift in Honor of Rafael Capurro pp. 111-124. 2016</p> <p>GARABA, F.Dodos in the archives: rebranding the archival profession to meet the challenges of the twenty-first century within ESARBICA. Archives and Records 36(2), pp. 216-225. 2015 (TERMO NO RESUMO) (não localizado na íntrega)</p> <p>TOUGH, A.G.The Post-custodial/Pro-custodial Argument from a Records Management Perspective. Journal of the Society of Archivists 25(1), pp. 19-26. 2004 (TERMO NO RESUMO) (para ter acesso ao artigo deve pagar)</p> <p>BOADLE, D.Reinventing the archive in a virtual environment: Australians and the non-custodial management of electronic records. Australian Academic and Research Libraries 35(3), pp. 242-252. 2004 (TERMO NO RESUMO) (não localizado na íntrega)</p> <p>BASTIAN, J.A.A question of custody: The colonial archives of the United States Virgin Islands. American Archivist 64(1), pp. 96-114. 2001. (TERMO NO RESUMO) (não localizado na íntrega)</p>	
--	--	--	--

BRAPCI		<p>ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. <b>Informação Arquivística</b>, v. 4, n. 1, 2015.</p> <p>SILVA, L. E. F. Uma ruptura a-significante: o desconstruir-se a ideia de uma “nova ciência arquivística pós-moderna” sob uma ótica pós-estruturalista. <b>Informação Arquivística</b>, v. 4, n. 1, 2015.</p> <p>LEMOS, J. G. O.; NAKANO, N.; JORENTE, M. J. V. O paradigma pós custodial e sua representação no design da informação no sítio do arquivo nacional do reino unido ? the post custodial paradigm and its representation in information design at the uk´s national archives sítio. <b>Liinc em revista</b>, v. 10, n. 2, 2014</p> <p>VIANA, G. F. R.; MADIO, T. C. C. A produção institucional na perspectiva arquivística - lei de acesso à informação e aproximações ? institutional production from an. <b>Liinc em revista</b>, v. 9, n. 2, 2013.</p> <p>RIBEIRO, F. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. <b>Perspectivas em Gestão &amp; Conhecimento</b>, v. 1, n. 1, p. 59-73, 2011 - REPETIDO</p> <p>MASSON, S. L. M. A arquivística sob o prisma de uma ciência da informação. <b>Arquivística.net</b>, v. 2, n. 1, p. 85-103, 2006.</p> <p>BRITO, D. M. A informação arquivística na</p>	
--------	--	---	--

		<p>arquivologia pós-custodial. <b>Arquivística.net</b>, v. 1, n. 1, p. 31-50, 2005.</p> <p>PENTEADO, P. Das "ciências" documentais à ciência da informação. <b>Arquivística.net</b>, v. 1, n. 2, p. 95-103, 2005.</p> <p>LUZ, A. R. Psi - ciência da informação: projeto de software livre em ciência da informação. <b>Arquivística.net</b>, v. 1, n. 2, p. 43-52, 2005.</p>	
--	--	---	--

## Literatura Técnico-Científica

País	Tipologia	Ano/Título/Produtor-Autor	Disponível em:
Austrália NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. Developing a Functions Thesaurus: Guidelines for Commonwealth Agencies, Canberra: National Archives of Australia, 2003.	Manual	-2003/ 2.0 Construção do Tesouro Funcional p. 16/ Arquivo Nacional da Austrália	<a href="http://www.naa.gov.au/Images/developing-a-thesaurus_tcm16-47228.pdf">http://www.naa.gov.au/Images/developing-a-thesaurus_tcm16-47228.pdf</a>
Brasil SMIT, J.W; KOBASHI, N.Y. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto como fazer 10)	Manual	2003/3.3. <b>A construção de um tesouro funcional.</b> <b>p. 44/-</b> Arquivo do Estado de São Paulo/-Imprensa Oficial - Associação de Arquivistas de São Paulo - ARQ/SP/- -Johanna Wilhelmina Smit e Nair Yumiko Kobashi	<a href="http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/como_elaborar_vocabulario_controlado_para_aplicacao_em_arquivos.pdf">http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/como_elaborar_vocabulario_controlado_para_aplicacao_em_arquivos.pdf</a>